



FORUM

UNIVERSIDADE DO MINHO

CONSELHO CULTURAL



Conselho de Direcção

Prof. Lúcio Craveiro da Silva (Director)
(*Presidente do Conselho Cultural da U.M.*)

M. Assunção J. Vasconcelos
(*Arquivo Distrital*)

Henrique Barreto Nunes
(*Biblioteca Pública*)

Norberto Cunha
(*Centro de Estudos Lusíadas*)

César Valença
(*Museu Nogueira da Silva*)

Manuela Martins e Francisco Sande Lemos
(*Unidade de Arqueologia*)

Licínio C. Lima
(*Unidade de Educação de Adultos*)

Editor

Conselho Cultural da Universidade do Minho
Largo do Paço
4704-553 Braga
Portugal

Coordenador Editorial

Henrique Barreto Nunes

Orientação Gráfica

Luís Cristóvam

Capa

Castelo de Guimarães. Vista de Sul
Antero Seabra. C. 1863

Distribuição

Livraria Minho
Largo da Senhora-a-Branca
4710 Braga

Periodicidade

Semestral

Execução

Reprografia da Universidade do Minho

Tiragem

1.000 ex.

Depósito Legal

N.º 15998/87

ISSN

0871-0422

FORUM 28

3	<i>Maria da Conceição Falcão Ferreira</i>	Guimarães e <i>Portucale</i> , entre o passado e a memória
43	<i>Paula Mesquita Santos</i>	Oito painéis de João de Glama Ströberl na Sé Primacial (Braga)
71	<i>Maria José Salema</i>	Manuais para o ensino/aprendizagem de Francês de 1732 a 1890
113	<i>Henrique Barreto Nunes</i>	O interesse pelo livro em Portugal

HOMENAGEM A FÉLIX A. RIBEIRO

125	<i>Lúcio Craveiro da Silva</i>	A homenagem do Conselho Cultural
127	<i>Fernando Sá Meneses</i>	Concretizou-se o sonho. A obra está fe
131	<i>José Vitorino de Pina Martins</i>	Félix Ribeiro, servidor da Cultura Portuguesa
137	<i>Félix A. Ribeiro</i>	Falta-me ainda um verso
141	<i>Cecília Leão</i>	O reconhecimento da Universidade

DOCUMENTAÇÃO E VÁRIA

149	<i>Hélio Osvaldo Alves</i>	Reconhecer
153	<i>Jorge Fernandes Alves</i>	Alocação proferida na entrega do Prémio de História Contemporânea
157	<i>Telmo Faria</i>	Recepção do Prémio de História Contemporânea
165		Sessão comemorativa do Milenário de Guimarães
167	<i>Lúcio Craveiro da Silva</i>	Palavras de abertura
169	<i>Manuela Martins</i>	Apresentação da Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira
175	<i>Santos Simões</i>	Palavras finais
179		Doação do espólio literário do Dr. Francisco Miranda de Andrade à Biblioteca Pública de Braga
189	<i>Eunice Ribeiro</i>	António Ventura, <i>José Régio e a Políti</i>
195	<i>Francisco Sande Lemos</i>	João Manuel Bairrão Oleiro
203	<i>Francisco Sande Lemos</i>	Breve observação a propósito de um artigo publicado na revista Al-Madan

NOTÍCIAS

209	<i>Biblioteca Pública de Braga</i>	Notícias da Biblioteca Pública de Braga
221	<i>Museu Nogueira da Silva</i>	Notícias do Museu Nogueira da Silva
225	<i>Unidade de Educação de Adultos</i>	Notícias da Unidade de Educação de Adultos

NOVOS COLABORADORES

235	<i>Maria da Conceição Falcão Ferreira</i>
240	<i>Maria José da Gama Lobo Salema</i>
241	<i>Paula Maria Mesquita Leite Santos</i>

Guimarães e *Portucale*, entre o passado e a memória*

Maria da Conceição Falcão Ferreira

Não posso deixar de agradecer, de imediato, o convite que me foi endereçado pelas Instituições responsáveis por esta iniciativa: o Conselho Cultural da Universidade do Minho, na pessoa do Senhor Professor Lúcio Craveiro da Silva; a Câmara Municipal de Guimarães, na pessoa do Senhor Dr. António Magalhães e a Sociedade Martins Sarmento, na pessoa do Doutor Santos Simões. Um obrigada do tamanho destes mil anos à cidade que, com tanta estima, tem acolhido a minha investigação. À Professora Manuela Martins, cujas palavras só podem entender-se à luz da profunda amizade que nos une, o meu grato e sentido reconhecimento. Ao contrário do que tanta vez acontece, hoje, a dimensão da apresentadora excede, em muito, a da conferencista.

Cumpre-me confessar, também, que não obstante os afazeres de um quotidiano académico que me vem confiscando os dias, me é sempre muito grato *falar de Guimarães*. É com efeito a cidade que venho estudando sistematicamente, em toda a minha vida útil de investigação. À procura dos homens, os fatores da história, e à procura do espaço que moldaram, tenho perseguido a cidade medieval, nas suas mais variadas facetas. Razão de ser desta minha presença, ainda que muitos outros, que à terra vêm dedicando aturado labor, o pudessem fazer, e por certo melhor.

* Texto da conferência proferida em Guimarães, em 12 Julho 2000, por iniciativa do Conselho Cultural da Universidade do Minho, da Sociedade Martins Sarmento e da Câmara Municipal de Guimarães, integrada na comemoração do Milenário da cidade.

A estreita cumplicidade que partilho, porque confinada ao seu percurso medieval, impede-me naturalmente de exceder, nesta breve mensagem, o âmbito que os diplomas permitem, a par dos numerosos contributos historiográficos de provado rigor.

Conhecemos a importância dos mitos e o arquitectar de memórias, quer no arraigar de crenças, quer ao sabor dos acontecimentos. Algo que perpassa o tempo e a lembrança dos homens, virando a estória. Todavia, quando se estuda um percurso, não há tese que derrube os aconteciemnetos prováveis, o evoluir real, a importância de uma terra. Guimarães foi o que foi, num desenrolar que resistiu, para lá de tudo o que hoje como ontem, se queira exaltar ou minimizar. Independentemente do local exacto onde nasceu D. Afonso Henriques, que não parece relevante para a importância que se sabe ter tido Guimarães; independentemente do maior ou menor protagonismo da nobreza regional, em São Mamede – que nada prova contra o íntimo diálogo que uniu o ‘partido’ do jovem Afonso aos senhores do Entre Douro e Minho, e ao povo anónimo; independentemente do local exacto da referida batalha, ou da sua amplitude bélica, Guimarães tinha a importância que tinha, na hora em que nela se instalou a primeira sede da Corte portuguesa. Fora esse, mais que qualquer outro, o argumento invocado séculos adentro. Como já tive oportunidade de referir, quando a Guimarães interessou ver-se reconhecida como *cidade*, na lógica administrativa de Oitocentos, a argumentação veiculada à Corte movia-se entre a antiguidade da vila, e o facto de ter sido “o berço da Monarquia, e assento da primeira Côrte dos Reis Portugueses”. Para além da memória conservada nos arquivos, rememorava-se, então, ser Guimarães o local “onde foi baptizado o Poderoso Dom Affonso Henriques”¹. Algo que cimentava a percepção dos homens de meados do século XIX. Mas entre o passado e a memória, ou melhor, as diversíssimas memórias, foi-se exaltando aqui, denegrindo acolá, ao sabor dos poderes dominantes, na apropriação de protagonismos. Será um pouco este aspecto, mais que os factos por de mais conhecidos, que gostaria de alinhar, através de uns quantos exemplos.

Como tenho vindo a defender, e antes de uma retrospectiva pelos condes de Guimarães, a simples leitura do foral de 1096, anterior à formação do Estado português, deixa perceber que tal diploma foraleiro vinha, apenas, sancionar e regulamentar uma realidade, prenunciadora, sem dúvida, do indiscutível dina-

mesmo urbano. Assim, parece-me ser passível de afirmar que Guimarães não se tornou no que era, ao tempo, porque a Corte a escolheu; antes, a Corte a escolheu pelo que ela já era, ao dito tempo. Por uma lado, as características urbanas que já se divisavam; por outro, o ser o centro em torno do qual gravitavam os mais fortes poderes locais e regionais do Norte, que urgia submeter e/ou aproveitar, legitimando-os sob o controlo político que se organizava; por fim, a posição estratégica, face à rede acastelada do aquém Douro ². Tal não implica que o facto de ter sido sede do primeiro governo de *Portucale* não tenha agido como um dos fundamentais factores de afirmação e de crescimento. Ao longo de toda a Idade Média, também não é o local de nascimento de D. Afonso Henriques que é evocado; antes, o facto de Guimarães ter sido a primeira “capital” do poder político português, e os serviços que prestou. Assim conseguiu mercês peculiares, bem como a remota Carta de Foral, a exemplo de Constantim de Panóias. Só que esta perdeu a importância primeira; Guimarães prosseguiu, num *continuum* de progresso.

Daí o título pensado para a presente comemoração, entre o que se pode compreender, historicamente, e um diversificado leque de memórias que conduzem à construção do passado. Vivido, mitificado ou ambas as coisas, mas que excede, em muito, o fascínio das origens.

1

Guimarães e *Portucale*, nos séculos X e XI

Como bem o demonstrou José Mattoso ³, quer da investigação por si empreendida, quer pela reinterpretção dos notáveis contributos de E. Sáez Sanchez, um primeiro momento que enreda a região de Guimarães nos sucessos da Reconquista cristã aparece liderado pelos condes portugalenses. Hipóteses alternativas de interpretação foram publicadas por Almeida Fernandes que, por sua vez, se apoiou em Rubén Garcia Alvarez, para além da pesquisa pessoal ⁴. Famílias nobres cuja crise de poder se detecta entre os anos de 987 a 1037, ao mesmo tempo que a nobreza de inferior categoria, dos infanções, mostra sinais de alargamento dos seus domínios, logo dos seus poderes. Como

se poderá concluir, um pouco adiante, será a esta nobreza de segundo plano que ficará a dever-se a associação de Guimarães à autonomia de Portucale.

Recuando um pouco, convém recordar esta primeira dinastia condal, de onde proveio Mumadona Dias. Formada pelos descendentes de Vímara Peres, enviado de Afonso III de Leão, conde e presor de Portucale, em 868 (+873). E com esta presença, talvez a primeira relação directa entre o topónimo que veio a ficar na História: *Vimaranes*/Guimarães⁵. Conhece-se a linha de sucessão de Vímara Peres, por via masculina, até ao último conde de Portucale, Nuno Mendes, sem que tal signifique uma transmissão linear do condado. É possível que lhe haja sucedido o seu filho, Lucídio Vimaranes (887-922?), presor da vila de Negrelos. Seu neto Alvito Lucides (915-973?), e o bisneto, Nuno Alvites (959) deixaram menos vestígios do seu protagonismo. De Lucídio Vimaranes, sabe-se confirmante da dotação do mosteiro de Guimarães, em 959⁶. Alvito Nunes (985+1015-1016) sucedera no condado, segundo a lista inserta no *Liber Fidei*⁷, e terá defrontado os Normandos, no castelo de Vermoim, por 1016, segundo os *Annales Portucaleses Veteres*⁸. Todavia, entre 926 e 943, quem parece dirigir os destinos do condado é Hermenegildo, ou Mendo Gonçalves, descendente de Gonçalo Betotes, e neto do conde de Tui, que se crê falecido, já, por 950. A autoridade condal segue, depois, no seu filho, Gonçalo Mendes (950-997?)⁹. Conhece-se o papel que desempenhou nos negócios da corte leonesa, bem como, ao tempo, o legado de Châmoa Rodrigues, em 960, que veio aumentar, consideravelmente, a fortuna do mosteiro de Guimarães¹⁰. Foi sob este governo que se travou um dos sérios momentos de oposição entre os condes de Portucale e os condes de Coimbra, a ponto de Portucale ser invadido. Memórias perpetuadas, mais tarde, por escribas de Guimarães e de Braga e pelo monge de Sampiro¹¹. Segue-se o neto, Mendo Gonçalves II (999-1008). Admitindo que veio a morrer sem descendência masculina, o governo de Portucale retoma a descendência do primeiro presor, Vímara Peres, na pessoa do conde Alvito Nunes (1008-1015/6), e talvez com exercício simultâneo de governo pela viúva, a condessa Tutadomna (+1022/5)¹². A partir daqui, as duas linhagens que podiam assumir os destinos do condado (a de Vímara Peres, e a proveniente dos Betotes) vão unir-se pela aliança matrimonial de Nuno Alvites (1017-1028) com a condessa Ilduara Mendes (filha de Mendo Gonçalves II). Condessa que haveria de sustentar o governo do condado, após a morte do marido¹³. Tem-se como provável que Pedro Alvites (1025-1070),

irmão de Nuno Alvites, possa corresponder ao abade do mosteiro de Guimarães, de nome Pedro, uma das figuras mais relevantes nos documentos relativos ao cenóbio ¹⁴.

Temos, assim, os destinos do condado na varonia de Vímara Peres. O conde Nuno Alvites (1017+1028), filho havido na condessa Dona Gontina, ou Guntina, sucede a Alvito Nunes e transmite o cargo ao filho Mendo Nunes (1028-1050). Funções que já desempenhava, pelo menos, desde 1043. Seu filho, Nuno Mendes (1059+1071), esteve na corte de Fernando Magno, em 1059, e figura como conde em 1070 ¹⁵. As hostilidades abertas contra o rei Garcia determinarão a sua morte, em 1071, na batalha de Pedroso e o confiscar dos seus bens, tal como antes tinha sucedido com Froila Gonçalves (994-1017) ¹⁶. Era o fim do protagonismo da dinastia dos condes portugalenses. Momento em que, longe de se ter configurado um levantamento colectivo, se registava a fidelidade ao rei Garcia, entre outros, por parte de membros da família de Riba Douro, ascendentes directos de Egas Moniz ¹⁷.

Ao destino das duas famílias citadas – a de Vímara Peres, presor do Porto, e a de Afonso Betotes, presor de Tui – estreitamente vinculadas aos destinos de *Portucale*, como se referiu, tinha-se unido uma terceira: a de Diogo Fernandes (909-926), cuja ascendência não tem colhido o consenso dos historiadores. Há quem o identifique como filho de um conde Fernando, repovoador de Castela Oriental; como um poderoso magnate galego ou como o antepassado dos nobres mais importantes de *Portucale*, no século X ¹⁸. Sabe-se, todavia, viver a sul do Douro, mantendo estreitas relações com o mosteiro de Lorvão. Une-se, por matrimónio, a Onega (928+a.959), a quem se assina ora a filiação directa em Lucídio Vimaranes, ou a ascendência navarra, de cujo casamento provém, entre outros, a condessa Mumadona Dias e o conde Ximeno Dias (923-961), cujo protagonismo girou em torno das revoltas contra Ordonho III, em 955. No entanto, foi Mumadona Dias que veio a casar com o já citado conde, Mendo Gonçalves I (c.936-943), que mais vestígios deixou nos documentos conservados, e que permitem enredá-la com o início da Guimarães medieval. O mosteiro que fundou, ao que tudo indica, antes de 950, viria a assumir-se, bem como o seu castelo, como os principais factores de origem e de crescimento deste centro urbano. É citada pela primeira vez num diploma de 936, quando Ramiro II lhe doou a si e a seu

marido uma herdade em Creixomil ¹⁹. Depois, pode seguir-se a gestão do seu património, entre doações que faz e que recebe, e a conhecida partilha de bens, à morte de seu marido, com os seis filhos ²⁰. Quando no ano de 949, recebe a vila de Melres do rei Ramiro II, já figura como protectora do mosteiro de Guimarães. Volvidos dez anos (959) assina a dotação ao cenóbio, no dia em que a sua igreja foi sagrada, e torna-se conversa ²¹. Em 968 determina as condições que devem ser respeitadas por seus filhos Gonçalo e Onega, e descendência, no uso do castelo de Guimarães, recentemente construído ²². Uma das hipóteses aceitáveis é que a sua morte tenha ocorrido poucos dias depois deste acto. Os descendentes desta família parecem ter decaído, prejudicados que foram pela confiscação dos bens de Ximeno Dias, e de seus filhos, por Ordonho III. Outros disseminaram a sua descendência pela Galiza.

Pode fixar-se, então, o ano de 1037 como marco relevante das alterações no quadro dos poderes instituídos, e algo que já se anunciava desde 980. Por um lado, as mudanças dinásticas da casa das Astúrias e Leão corriam a favor de Navarra. Por outro, à medida que se agudizavam as tendências autonomistas das famílias condaís, e a sua oposição ao poder régio leonês, ia-se tornando visível que Navarra e os condes da Borgonha buscavam o apoio na nobreza de segunda categoria. Algo a concorrer, obviamente, para a ascensão desta nobreza dos infanções, em claro detrimento dos antigos condes de Guimarães. Ao findar o século XI, mal se poderia distinguir o que restava dos velhos presores. E uma nova página se abre, então, no protagonismo de Guimarães, paredes meias com a referida ascensão dos infanções. Famílias que não tendo nunca desempenhado cargos políticos, nem obtido títulos nobiliárquicos, vêem progressivamente aumentada a sua fortuna fundiária, acabando por se impor na sociedade portugalense, por finais do século XI. Não obstante as relações destas famílias com a dos condes, e uma ou outra aliança matrimonial, é clara a distinção entre elas. Depois de 1070 tudo indica que os infanções dominavam, sem oposição, o condado portugalense, com apoio do poder régio. Serão estas famílias que, um pouco mais tarde, aceitam sem qualquer oposição os condes estrangeiros, como Raimundo e Henrique.

Este primeiro lanço, que uniu Guimarães aos destinos de Portucale, encerra, entre outros, vários momentos em que a cidade foi palco da História, por via dos condes portugalenses ²³. O simples enumerar de alguns deixa clara a impor-

tância de Guimarães nos primeiros tempos de *Portucale*, mas esconde, naturalmente, o cenário real das coisas²⁴. O perpetuar das memórias dos condes de *Portucale* quase se perdera, entre as fontes narrativas. Lembrados, por vezes, nos textos leoneses e castelhanos, só de passagem se redactam nas fontes portuguesas – os *Annales Portucalenses Veteres*. Este último registo, visando rememorar os feitos dos senhores da Maia, quase nada se debruçou sobre os condes. A historiografia dos séculos XIII e XIV mantém o silêncio, ou remete-os para o cenário dos mitos. Valeu à memória o conservado pelos cenóbios de Guimarães e Lervão. Com efeito, até ao século XVIII, ninguém parece interessado nos seus feitos. Assim aconteceu com os descendentes que deixaram, bem como com os mosteiros que fundaram, caídos que foram em decadência. Com efeito, os magnates do século X vão extinguir-se, paulatinamente, no decurso do século XI. A justificar o facto, as guerras, o sucessivo desmembramento do seu património, via partilhas, a oposição dos reis de Leão e a crescente rivalidade dos infanções. Estes, mais que ninguém, foram os beneficiados pela crise de 980-1037, pelo que a souberam aproveitar em benefício próprio. Por outro lado, revelaram-se mais permeáveis às influências religiosas e culturais de Cluny, donde procederam patronos de importantes mosteiros, e em plena ascensão quando D. Teresa tenta apoio noutro grupo social. Algo que determina o agrupamento dos principais infanções para eleger um novo chefe: o jovem Afonso Henriques.

2

Memórias e silêncios, em torno de São Mamede

“O importante, do nosso ponto de vista, é que a batalha [de São Mamede] constituiu, ao mesmo tempo, uma afirmação de independência dos nobres portucalenses contra uma eventual submissão à alta nobreza”
(José Mattoso²⁵)

A percepção de São Mamede, que tão intimamente ligou Guimarães à independência de *Portucale*, seguiu um curso estranho. As crónicas medievais rodearam o episódio de lendas e mitificaram-no mais que a qualquer feito

de Afonso Henriques²⁶, mas deturparam os factos, de acordo com os objectivos: perpetuar os *Pereiras*, cimentar os feitos da rícomia oriunda dos infanções do Entre Douro e Minho, face ao protagonismo da nobreza de Coimbra, tecendo, aos poucos, uma imagem pejorativa do jovem infante. Paralelamente, enalteciam-se os feitos dos Mendes da Maia, na pessoa de Soeiro Mendes, ou dos de Riba Douro, na figura do aio, Egas Moniz. E assim temos Afonso Henriques a fugir, derrotado, do campo de batalha, para colocar a vitória em Soeiro Mendes; ou um filho a pôr a mãe a ferros, e por isso amaldiçoado e castigado em Badajoz; ou um rei que, excomungado pelo papa, faz bispo de Coimbra o primeiro negro que encontra²⁷... Mas tais escritos, que dão corpo à *gesta de D. Afonso Henriques*, datam dos inícios do século XIV²⁸, oriundos de gente pouco afecta ao rei, ou até escritos fora do país, em território leonês, com defende Gonzaga de Azevedo²⁹. A *Crónica Geral de 1344* dá os primeiros passos na exaltação de Ourique, como origem da nacionalidade mas, como defende José Mattoso, cabe a um escrito anónimo, posterior, conotar aquela batalha com o milagre, conferindo ao feito uma natureza sobrenatural³⁰.

Ao tempo da crise de 1383/85, o símbolo da nacionalidade era já claramente Ourique, e não São Mamede. Era aquela outra batalha que traduzia a expressão da vontade de Deus e motivo suficiente para adoptar como insígnias nacionais o escudo e as quinas³¹.

Como já tive ocasião de escrever, e seguindo, para o efeito, os estudos de José Mattoso, desde finais do século XIV, ou seja, com a dinastia de Avis, esquece-se São Mamede³². Depois, no decurso dos séculos XV, XVI e XVII, os cronistas limitam-se a repetir narrativas, sem tão pouco percepcionarem o que elas sugeriam de sentimento “anti-nacional” – assim se conclui da leitura da *Cronica de 1419*³³, na consagração da lenda de Ourique³⁴ e dos escritos de Duarte Galvão, já referidos. Ao virar o século XVI, Duarte Nunes de Leão fala de São Mamede, mas para pôr em causa toda a tecitura lendária, e para terminar quase tudo negando³⁵. Era um sinal dos tempos, esta visão do medievo, como trevas e obscurantismo. Ao longo dos séculos XVI e XVII, sob o domínio filipino, Frei António Brandão retoma o tema, na *III Parte da Monarquia Lusitana*³⁶. Comprova, então, a veracidade de São Mamede, mas rejeita a prisão de D. Teresa, bem como a lenda do bispo negro, e esvazia-a

de sentido: algo que não passara de uma luta de poder entre dois chefes. Importante havia sido Valdevez, onde o infante D. Afonso fizera obras *maravilhosas* e onde se travara a primeira batalha entre portugueses e castelhanos; mas as origens desta pátria, essas, permaneciam em Ourique. Momento em que Afonso Henriques, na linguagem dos títulos, deixa o de *dux* e toma o de *rei*, mediante tão memorável sucesso: a vitória contra o Islão por intervenção divina ³⁷.

Haverá então de esperar-se pela centúria de Oitocentos, até Alexandre Herculano 'reabilitar' São Mamede e conotar o feito com o surgimento de Portugal. Para o insigne historiador, muito mais que um confronto entre dois chefes, São Mamede era o resultado de uma acção colectiva, sem a qual não teriam havido Valdevez e muito menos Ourique ³⁸. Devolvia-se aos homens o nascimento da pátria, e abria-se caminho para novas interpretações historiográficas. Todavia, como conclui José Mattoso ³⁹, os historiadores que se seguiram quase se limitaram a debater questões secundárias, como a datação do cerco de Guimarães, os feitos de Egas Moniz, ou o nível de oposições face à Galiza. Para defender, então, o que tem por verdade incontestável: ou seja, o carácter colectivo das revoltas dos nobres portugalenses, da burguesia e por certo do povo dos campos, em torno do jovem infante.

E com São Mamede, o reino português e Guimarães, nestes *mil anos a contruir a história*.

Por certo, alheios ao passado e à memória, muitos terão dificuldade em reconhecer o painel de Acácio Lima ⁴⁰, como um recriar a batalha 'de Guimarães', no Palácio de S. Bento, e ao qual chamou "a primeira tarde portuguesa" ⁴¹. Entre acertos e divergentes formas de olhar o passado, São Mamede retomou a memória, desde o século XIX, sem dúvida, *como autêntica certidão de nascimento do reino português*. Mas como feito atomizado, seria muito pouco uma batalha, naturalmente. Sobreretudo quando as omissões arquivísticas não permitem apurar a dimensão bélica do evento, tal como o local que se discute, e cujos contornos têm permitido as mais díspares 'estórias'. Ignorou-se a lide de Guimarães, quando não interessava; exaltou-se, quando a conveniência o ditou, por interesses alheios à cidade e à História. Mitificou-se São Mamede, mas manteve-se uma auréola negativa, na ligeireza de uma luta de um filho contra a mãe e, mais estranho ainda, quando aí se buscavam os fundamentos de um

reino. Isolou-se um sucesso, e abusou-se do silêncio sobre um antes, que 1128 carreava, e de um depois, que ditou exaltações e omissões, qual que seja sem suporte documental, nem enquadramento interpretativo. O que quer dizer que é necessário suprir a escassez das fontes narrativas que ao facto se referiram, para reencontrar o fio de uma meada em permanente construção, como o é a história pátria.

3

São Mamede, a nobreza e a burguesia dos séculos XII e XIII

“Do ponto de vista da história social, a vitória dos barões portugalenses em São Mamede foi extremamente importante, porque, além de consagrar a sua independência, significava que eles se tinham constituído como uma nobreza regional, com uma efectiva coerência e capacidade de organização.” (José Mattoso ⁴²).

Historicamente, sabe-se que os sucessos em torno de São Mamede encerravam um significado bem mais amplo que a anterior oposição dos condes portugalenses à corte leonesa. Um fenómeno colectivo, no contexto da geografia humana do Norte, que não pode remeter-se para fruto de acasos. Sem se poder falar em *espírito nacional*, é possível divisar a necessária homogeneidade congregadora de vontades, de uma expressiva massa humana. E pode interpretar-se, sem dificuldade, que os infanções e os burgueses que ladearam o jovem Afonso manifestavam uma clara resistência a intervenções estranhas ao condado. As famílias nobres ficaram documentadas. Os burgueses lembrados na confirmação do foral, por Afonso Henriques, ainda antes de São Mamede. O silêncio das fontes omitiu as gentes do mundo rural, o que não equivale a supor ausência de protagonismo. Observando os infanções, que se moveram no palco dos alvares do reino, conclui-se que se circunscreviam, essencialmente, à região do Minho: para além dos *da Maia*, *Riba Douro*, *Baião*, contam-se elementos dos *Sousas*, dos *Barbosas*, dos *Azevedos*, dos

Ramirões, dos de *Lanhoso*, entre outros. São destas famílias muitos dos confirmantes dos diplomas portugalenses, entre 1096 e 1131, como são muitos os que ostentam tenências das terras do Entre Douro e Minho.

As famílias dos presores, enviados por Afonso III das Astúrias, talvez não tivessem percebido que, em plano inferior, tomava corpo esta outra aristocracia, de segundo plano, que o *Livro Velho de Linhagens*, escrito entre 1270-1280⁴³, perpetuou como homens filhos de algo de *Portucale*. São, com efeito, as famílias de origem portuguesa que, ao tempo da fundação da nacionalidade, ocupavam os cargos mais importantes da administração regional e da corte leonesa. De referir os senhores de Riba Douro e os da Maia que, por finais do século XII, haviam alcançado, já, a ricomia. Notável foi, também, o protagonismo dos senhores de Baião e de Marnel. Facto que não invalida que dois elementos dos de Baião, e um dos Barbosas tenham seguido D. Teresa, quase até ao final da batalha⁴⁴, altura em que alinham pelo Infante.

A intervenção do conde Fernão Peres de Trava afastou do círculo de D. Teresa as onze ou doze mais importantes famílias, nas quais se incluíam os Sousa, os da Maia e os de Riba Douro. Os fiéis de Baião e dos Barbosas acabam por abandoná-la, também. Deste modo, ao tempo do conflito, o partido de D. Afonso contava com o apoio dos nobres portugalenses. Pela idade do jovem infante (doze anos) é de crer que não fosse o ideólogo do processo. As fontes narrativas dos séculos XIII e XIV, oriundas dos meios senhoriais nortenhos, atribuem alguns dos sucessos mais importantes a Egas Moniz de Riba Douro, a Soeiro Mendes, o Grosso, dos Sosas⁴⁵. Dos da Maia, Soeiro Mendes, o Bom (1081/1103) havia desempenhado papel de relevo junto do conde D. Henrique, quer como governador de várias terras, quer mesmo como representante daquele nas suas ausências⁴⁶. Foi a seu favor que o conde passou a primeira carta de couto, em 1097, ao mosteiro cluniacense de Santo Tirso⁴⁷. Desaparece da cena política entre 1101 e 1103, durante uma viagem do conde D. Henrique ao estrangeiro, em que D. Teresa o terá substituído, para vir a falecer fora, entre 1103 e 1108. Seu irmão, Paio Mendes, foi arcebispo de Braga. O principal representante desta família será, depois, Pedro Pais Alferes, que atingiu o cargo de alferes de D. Afonso Henriques, entre 1147-1169, e de Fernando II de Leão, entre 1171-1186. Os seus bens distribuíam-se por terras em Leão e diversas casas em Guimarães⁴⁸. O seu sucesso na corte portuguesa deve ter

terminado com o insucesso de D. Afonso, após o desastre de Badajoz, bem como os cargos na corte. Fosse como fosse, só o poder bélico das armas senhoriais poderia garantir a força do infante Afonso, a quem foram aderindo as principais tenências de Entre Douro e Minho: um movimento colectivo, como defendeu Herculano. Depois, algo que carreava, já, um sentimento do estranho, face aos galegos, como pode deduzir-se dos *Annales Domni Alfonsi*, ou talvez, mais propriamente, contra a pessoa de Fernão Peres de Trava, a maior força política da Galiza que, com Diogo Gelmirez, personificavam o imperialismo galego. O que permite melhor compreender a presença tolerada de galegos, junto de Afonso Henriques, logo a seguir 1128, como o alferes Fernão Peres Cativo, ou Mem Rodrigues de Tougues, primo direito do Trava⁴⁹. Por fim, algo que parece levado a cabo pelos nobres do Minho, distintos dos da Beira ou de Trás-os-Montes. Eram estes senhores que, desde finais do século X, se vinham comportando como verdadeira força política, com forte influência na corte leonesa e que assumem os destinos do mando, após a morte de Nuno Mendes, em 1071. Momento em que vários destes senhores portugalenses apoiaram o rei Garcia, contra o conde revoltoso.

Fosse qual fosse o papel de outras forças, nos alvares da nacionalidade, é aos *homens bons de Guimarães* que o diploma de 1128 se dirige. Concretamente, evocando os que o haviam ajudado, e lhe haviam prestado bom e fiel serviço⁵⁰. Algo que se passara antes de São Mamede, porque redactado, o diploma, de Abril de 1128 e que aludia, naturalmente, ao cerco de Afonso VII⁵¹. E assim se rememora o protagonismo da burguesia vimaranense. Sem que para tal se anule o mítico e o simbólico que, por secular, entrou já na história da consagrada *cidade berço*, tenha nascido aqui Afonso Henriques ou não, tenha sido o milagre em Cárquere e não em S. Miguel do Castelo, como alguns pretendem; tenha sido São Mamede em São Mamede ou Redanhas, ou em qualquer outro local; tenha sido maior ou menor o protagonismo da nobreza da Feira ou de Faria. Questões menores para escrever uma terra, em história rica.

Não será suficiente o tempo de que disponho, nem a paciência dos ouvintes, para enumerar, que seja, os múltiplos enredos em que Guimarães teve uma palavra a dizer, nos sucessos do reino e tudo o que por aqui se jogou, para além da formação de Portugal, como unidade política autónoma. Num rápido excursão, retemos uns quantos momentos que revelam a importância da cidade, entre indiscutíveis protagonismos.

4

Guimarães e Portugal, dos séculos XIII a XV

Cerca de 1131, quando as permanências da corte preferem Coimbra a Guimarães, ao ritmo das necessidades da Reconquista, esta mantém a sua caminhada de progresso, mesmo com um rei longe, a visitá-la de quando em vez. Incerto o tempo e a vida, Afonso I sela, ainda, a devoção à Virgem de Guimarães, a São Torcato e às relíquias da terra, no teor e disposições de últimas vontades⁵². Reinados adentro, por diversas vezes os vimaranenses haveriam de estreitar o diálogo, nos sucessos político-militares do reino, não obstante o afastamento, agora, do essencial político-militar. Por finais da centúria, verificam-se com relativa frequência as estadas de Sancho I em Guimarães. A 15 de Fevereiro de 1191, por exemplo, dela se fez palco de festa, no decurso das bodas da filha mais velha do monarca, Teresa Sanches⁵³. Rei que voltaria outras vezes, como no São João Batista de 1200⁵⁴. E no quadro das anteriores considerações, fica a pergunta: rememorar-se-ia São Mamede, por terras de Guimarães, no século XIII?

É de lembrar que Sancho I, em uma das suas vindas a Guimarães, assinou o termo ao núcleo fortificado do castelo, demarcando-lhe os limites, como reza a memória de 1258.

No curto reinado de Afonso II, sabe-se por Guimarães, no mínimo, em vinte e dois dias do seu governo; em cálculos de permanência, tal número pode rondar as duas centenas⁵⁵. Entre as suas vindas, emite diplomas de protecção à Colegiada, a exemplo de seus antecessores⁵⁶, e será ainda de Guimarães que parte, em Agosto, para a viagem a Santiago de Compostela⁵⁷. Antes da sua morte, ainda volta, quando terá expedido a Carta de Couto a Santa Senhorinha de Basto⁵⁸, para recolher a Santarém. A este monarca se deveu o conhecido Martim Martins, 'primaz' nos alvares do tabelionato português⁵⁹.

A luta anti-senhorial enredou Guimarães, no decurso dos *Inquéritos de 1220*. Muito concretamente, no que eles exacerbaram os conflitos com D. Estêvão Soares da Silva⁶⁰. Às penas espirituais do bispo, Afonso II respondeu com novas represálias, sobre os seus bens. A executá-las, os *burgueses de Guimarães*,

capitaneados por dois cavaleiros e pelos magistrados da terra⁶¹. Algo que explica que Guimarães seja local escolhido para os portugueses derrotados no confronto com Martim Sanches⁶². Antes ou depois deste outro 'diálogo', o rei haveria de confirmar, com a rainha D. Urraca e o infante Sancho, os foros aos moradores de *Vimaranes*, o que se presume ter ocorrido entre 1215 e 1222⁶³. Pelo exposto, talvez se possa concluir por uma 'colaboração' estreita com a população vimaranense, em momentos cruciais de oposições. No entanto, e como medida de sinal oposto, foi a Afonso II que coube a responsabilidade na submissão da Igreja de Guimarães a Braga, no ratificar da *Concórdia de 1216*. Daí os ecos de uma lembrança descontente, mais tarde, no discurso dos jurados, em 1258: afinal fora Afonso II que "fecit per forciam quod prior et canonici et concilium obedirent archiepiscopo bracarense in spiritualibus..."⁶⁴. Algo que não impediu que a comissão executiva dos *Registos de Guimarães*⁶⁵ partisse desta terra e que, entre os delegados do rei, se incluíssem os priores da Colegiada, da Costa e de São Torcato, em tempos do *post* concórdia⁶⁶.

No conturbado governo de D. Sancho II, e até à sua deposição⁶⁷, apenas se deduz a sua presença em Guimarães, no Dezembro de 1224, no início do ano seguinte, e em 1238⁶⁸. Conhece-se a sua criação por gente da Guimarães senhorial: tarefa confiada a Estevaninha Soares, viúva do antigo alferes de Sancho I, e mordomo-mor de Afonso II, Martim Fernandes de Riba de Vizela⁶⁹. Em tempo de ajuste de contas do *partido dos senhores*, a colaboração de Guimarães haveria de ter um preço: coincidência ou não, o facto é que só em 1252 voltam a surgir tabeliães públicos, nos diplomas compulsados⁷⁰.

Passados os tempos de anarquia, e quando se retira a Sancho II o governo do reino, há quem atribua a Guimarães a assumpção da rememorada fidelidade ao rei legítimo, em mais um presumido protagonismo⁷¹. Pode admitir-se que se tratava, para todos os efeitos, de um Norte mais conservador, e cuja participação não deixou dúvidas aquando da guerra civil, iniciada nas lides de Gaia. Entre os figurantes da crise de 1245-1247, e entre a facção que se opunha ao rei, o conhecido Rui Gomes de Briteiros. Do outro lado, entre outras grandes famílias, os Riba de Vizela. Muitos alcaides mantiveram--se a sua fidelidade a Sancho II, até à sua morte, em Toledo, no Janeiro de 1248. Entre eles, D. Gil Martins de Riba de Vizela, que o acompanhara no exílio e constante entre os subscritores do testamento régio, para além de membros dos pregadores e franciscanos de Guimarães.

O facto de subsistirem, no *Além-Douro*, núcleos de resistência que era necessário controlar, fez com que Afonso III – no entender de Herculano – abandonasse a fiel Lisboa, para estabelecer, temporariamente, a Corte em Guimarães. Confirmada a sua presença já em 1248, fica clara a política do monarca na captação do apoio da nobreza do Entre Douro e Minho. Como todos o sabem, corria o ano de 1250 quando nela se reunia a Cúria Régia⁷², em que participara Mestre Pedro Julião que, antes de ascender a Sumo Pontífice, foi prior da colegiada de Guimarães⁷³ –, para além de muitos bispos, nobres e cavaleiros, e outros procuradores⁷⁴. Era tempo de proceder à construção de novos muros no Castelo, e os primeiros indícios do cercar o antigo burgo do mosteiro. Na colina, quatro feiras atestavam o inegável dinamismo urbano da vila alta, gerador de disputas entre os negócios de 'cima' e 'de baixo'. Enquanto se firmavam imunidades a 'senhores' contra 'senhores, forjavam-se, em Guimarães, as segundas *Inquirições* (1258). A partir de 1261, começa a tornar-se mais visível o crescendo de descontentamentos por parte dos nobres e clérigos atingidos pelo legislar do monarca e data de 1264, por exemplo, o corte de relações entre o rei e o mordomo Gil Martins de Riba de Vizela. Com seu filho, abandona o país, rumo a Castela⁷⁵. No Agosto de 1265 fica a primeira notícia dos muros que se faziam, para cercar o burgo⁷⁶, e em 1272⁷⁷ confirma o termo da vila do Castelo. Data que marca um *crescendo* da rivalidade entre as duas vilas.

Ao tempo de D. Dinis, fica conhecida a 'participação' deste burgo nas novas *Inquirições*, decididas nas Cortes de Guimarães de 1288. E a exemplo de 1250, tornavam as queixas dos senhores, pela violação de imunidades. Compunham a comissão de inquiridores os representantes dos *Estados* nas referidas Cortes: entre eles, Pedro Martins, prior da Costa, e Paio Esteves, tabelião de Guimarães. O acto de posse e o juramento solene da referida comissão, naturalmente na igreja de Santa Maria. Logo no início do seu governo confirmava a protecção à Colegiada e ao mosteiro da Costa⁷⁸, deixando clara a defesa contra os abusos dos ricos-homens, cavaleiros, mordomos e demais poderosos. Abusos que não cessavam, a julgar pelo teor das queixas nas Cortes de 1288⁷⁹. Em 1290, quando se cumpriam as sentenças sugeridas pelas *Inquirições* de "88", a referida Igreja, não obstante a inequívoca protecção régia, incluía-se entre os alvos dos inquiridores: fala-se de oitenta a cem casas das quais os cônegos cobravam *soldadas*; as

testemunhas deixavam a dúvida sobre a legitimidade deste cobrar; uma delas aproveitava para referir que fora ferida por um cónego, um dia, quando demandava aquele tributo para o rei⁸⁰. D. Dinis voltava a Guimarães, depois, entre o Julho e Agosto de 1308. Os últimos anos do seu governo, marcados pela oposição entre pai e filho, iam enredar, de novo, esta cidade, no quadro de um “norte senhorial”. A rebeldia do infante Afonso (futoro Afonso IV) já vinha de anos anteriores, quando se inicia a guerra, em 1320. Da “resistência passiva” dos nobres, e do crescendo de tensões de 1319, chegava-se, agora, à revolta aberta. Entre os partidários do infante, muitos nobres de diferentes categorias; alguns, do termo ‘senhorial’ de Guimarães⁸¹. Em parte, atitude explicada pelas doações que D. Dinis fizera a Afonso Sanches em 1312, em manifesto detrimento do conde D. Martim Gil de Sousa⁸². Depois de Leiria, Coimbra e Montemor-o-Velho, o cenário de desordem deslocava-se para Norte: tomados os castelos da Feira, Gaia e Porto, seguia-se Guimarães, para onde se havia refugiado Mem Rodrigues de Vasconcelos, meirinho-mor do rei⁸³. Ao contrário da entrega ‘fácil’ de alguns castelos, resistiria e conotar-se-ia, para a História, a façanha de lealdade do duplo concelho, na acepção genérica de *Guimarães*. Não se saberá nunca, por certo, quem no intramuros se bateu pela causa do rei, ou pela do infante. Rui de Pina refere um “esforçado de Martim Anes de Briteiros, que fez crer aho Infante que por inteligencias que tinha dentro na Villa, lha faria entregar (...)”⁸⁴. Há quem afirme, no contexto, que, em Guimarães, o Infante contava com o apoio dos “moradores”⁸⁵. Certo é que a perseguição que se move ao fiel Mem Rodrigues revela que nem todos aprovaram o gesto. Restava ao fiel de D. Dinis, por carta régia de 1322, viver escudado na protecção do rei e da casa-forte, no Entre Homem e Cávado⁸⁶. Reza a memória que alguns “vizinhos” dos julgados limítrofes, não só não acorreram a defender a vila, por “induzimento do infante e dos seus”, como foram combater os vimaranenses, fiéis a D. Dinis⁸⁷. Volvidos séculos, fica o Castelo e Guimarães num protagonizar de excepção, na paisagem senhorial nortenha, pelo gesto de Mem Rodrigues. Consequência expressa da citada fidelidade a D. Dinis, são os diplomas de agradecimentos vários: ao Concelho⁸⁸, à Colegiada⁸⁹ e aos besteiros da vila e do Castelo⁹⁰.

D. Afonso IV parece não ter contado com esta terra, no estanciar da sua Corte. Pelos dados conhecidos: conhece-se uma estada, no Julho de 1330⁹¹ e uma outra, presumidamente em 1355⁹², em tempo de fazer concórdia com o infante

seu filho. A fraca expressão das suas permanências não impediu o apoio da terra, nas conhecidas questões com o poderoso arcebispo de Braga – D. Gonçalo Pereira⁹³. Ao lado do rei, cuidava-se, mediaticamente, da eterna luta contra a jurisdição espiritual da Sé de Braga – assim, em 1331, foi todo um concelho armado que procurou impedir, ao lado do prior, a visitação do arcebispo. Nas memórias que enlaçaram Guimarães, prevaleceram dois momentos muito concretos: um, que a tornou mais íntima dos sucessos heróicos da ribeira do Salado⁹⁴. Outro, quando a terra constou do percurso devastador do infante D. Pedro, na guerra civil que estalou, após o assassinato de Inês de Castro, e na sequência da qual Guimarães seria, de novo, palco de um travar de razões. O primeiro selou-se na paisagem pelo *Padrão da Vitória*, monumento que se atribui ao reconhecimento do rei à Virgem Maria. Num recriar o espaço de intercessões, ligava-se à dita Senhora o desfecho de mais uma vitória e, numa 'intercessão' mais palpável, à bravura dos vimaranenses que, algures, em uma das diversas 'batalhas' da hoste cristã, teriam enfrentado os infiéis, ao lado de um rei de meio século. Antes ainda do *Salado*, a guerra prolongada com Castela (1336/39) havia enredado também o Minho, num dos vários episódios. Naquele primeiro ano, muita gente da comarca deve ter integrado a hoste do conde de Barcelos, rumo à Galiza⁹⁵. Destruição voltou a viver-se, em terras nortenhas, por 1337, numa das ofensivas castelhanas⁹⁶.

D. Pedro, já senhor da jurisdição cível e crime em todo o reino, desde a paz de 1355⁹⁷ – sobe ao trono em 1357⁹⁸. Conhecido pelo seu incessante viajar, não parou muito por Guimarães: vindo do Porto, aí estava entre Julho⁹⁹ e Agosto¹⁰⁰ de 1360, para só regressar em Maio de 1363¹⁰¹. Um dos primeiros diplomas que visa esta terra, consiste na nomeação de Gonçalo Pais de Meira para alcaide do Castelo¹⁰². Depois, uma longa carta de privilégios aos besteiros, posteriormente concedida a outros tantos municípios¹⁰³, parece dar a prioridade a Guimarães. Confirma os foros ao Castelo e à vila¹⁰⁴, bem como a algumas instituições religiosas da franja péri-urbana¹⁰⁵. Em relação à Colegiaga, só mais tarde: apresenta o prior, em 1363¹⁰⁶ e, no ano seguinte, outorga dois diplomas a reiterar as defesas e liberdades da Igreja¹⁰⁷.

Já a *Guimarães fernandina* verá a sua história muito mais envolvida nos sucessos do reino e, ao sabor dos mesmos, irá viver um dos períodos mais conturbados e destruidores¹⁰⁸.

Reinante desde 1367, só entre Junho e Julho de 1372 a vila acolheu D. Fernando, talvez em estreita relação com o *Tratado de Tagilde*. Tudo leva a crer que, não fora a guerra em que se envolveu, e o controverso jogo de alianças a que lançou mão, e não teria passado aquém de Coimbra. Mas, pelo contrário, nunca os destinos de Guimarães foram tão jogados, a par de uma Europa em profunda crise. As ingerências do monarca no perturbado cenário peninsular, na extensão da *Guerra dos Cem Anos* afectaram todo o reino. Logo no início do seu governo, e a exemplo dos deferimentos que despachou para o resto do reino, reiterou os *foros e costumes* a Guimarães¹⁰⁹ e nomeou Aires Gomes da Silva para alcaide do Castelo¹¹⁰. No ano seguinte (1368), apresentou o seu físico, mestre Vicente, à igreja de Santa Maria¹¹¹, confirmou e reafirmou os privilégios daquela Colegiada¹¹², bem como a amplitude jurisdicional dos seus priores¹¹³. Ao mesmo tempo, ia reforçando os seus aderentes com tenças e demais privilégios, em detrimento do concelho, fraccionando-lhe o termo¹¹⁴. A partir de Março de 1369, agudizaram-se os confrontos em Castela, com a morte de D. Pedro, em Montiel. As circunstâncias abriam caminho à ingerência do monarca português, 'jogado' e incentivado pelos opositores de D. Henrique II – em que se contavam, entre outros, os *Lara*, os *Haro*, os *Castro*¹¹⁵ – e a quem, segundo o cronista, “muito ledo”, D. Fernando respondeu que lhe prazia muito¹¹⁶, “querençoso do acrescentamento da sua fama e honroso estado”¹¹⁷. Prepara-se a ida à Galiza. À entrada vitoriosa do monarca, seguiu-se a resposta violenta para o reino e um protagonismo penoso para muitos – entre outros, os de Guimarães. Por ausência de enfrentamento em terras galegas, D. Henrique invadiu o Norte, enquanto o nosso rei, a salvo, rumava a Coimbra. No itinerário de uma entrada devastadora, constou o cerco de Braga e, de seguida, o de Guimarães¹¹⁸. A descrição deste outro cerco pertence a Fernão Lopes¹¹⁹ e é por de mais conhecido o realismo impressionante com que pinta o quadro perfeitamente desolador: um lugar bem mais defendido que Braga, as valentias de Gonçalo Pais de Meira¹²⁰, as tentativas de *traição* frustradas de Diogo Gonçalves de Castro¹²¹ e do conde Fernando de Castro¹²². O primeiro de Setembro de 1369 fica como data do início do cerco, cerco que se haveria de prolongar – segundo o cronista – ao longo de três semanas. Penso que não durou tanto¹²³. Depois, os pormenores da resistência dos que arrostavam com a ofensiva, cada vez a apertar mais as muralhas até D. Henrique partir, em socorro de Andaluzia. O rasto destruidor do Trastâmara arredava-se, agora, para Trás-os-Montes,

enquanto Guimarães cuidava, de imediato, de rendibilizar a fazanha. Braga rendera-se. Guimarães resistira. Tempo, então, de saldar serviços e desserviços, compensar esforços militares e financeiros, e punir os protagonistas das rendições 'fáceis'. É neste contexto que os diplomas que se seguem deixam perceber a superioridade da vila baixa face ao Castelo, bem como a manifesta intenção – que já vinha de longe – daqueles dominarem a colina, numa tentativa de pôr termo à sua jurisdição apartada. E por essa via, pôr termo, também, à sua capacidade de gerir os tempos e espaços de negócio, em detrimento do antigo burgo.

Um longo pergaminho do concelho ¹²⁴ trancreve as respostas de D. Fernando a uma série de reivindicações formuladas pelos homens bons de Guimarães – evocando as lealdades, as fações e os estremosos serviços, prestados “des a probaçom dessa vila”, ao primeiro rei de Portugal, a D. Dinis e a Afonso IV, reavivam a memória dos cercos a que foi sujeita para registar o passado próximo – “agora” quando D. Henrique a teve cercada ¹²⁵. Fações e serviços que, segundo a ordem de Deus, mereciam galardão – pelo que o rei acedeu a tudo quanto lhe solicitaram. Mas a questão central girava em torno da existência da vila alta – era o culminar de um clima de oposição entre os dois concelhos, como se havia depreendido, já que os negócios do Castelo prejudicavam o antigo burgo. O remédio era unificar as jurisdições. Quanto às suas feiras, dizia-se serem um *escândalo*, momentos de comércio sem interesse, onde só se vendiam mantimentos e onde os mercadores de fora não acorriam. O remédio era, de novo, a extinção. E D. Fernando despacha a favor de Guimarães, ordenando uma só jurisdição: que a vila e o Castelo *sejam todos um povo, e um concelho*. Os lesados buscam um dito por não dito do rei e no ano seguinte (1370), repunha-se, aparentemente e quase na íntegra, a secular normalidade: mantinham-se as feiras e demais prerrogativas aos moradores da vila alta, face à ameaça de despovoamento. Mas ficava aberto o caminho para a sua extinção, no que dizia respeito à autonomia jurisdicional: o rei mantinha a decisão de que fossem, todos, *um só povo, na justiça como no cível* – apenas a concessão morigeradora, na paridade dos juizes eleitos: um da vila, outro do Castelo, tal como os vereadores: um de cima, outro de baixo. Em compensação, a audiência semanal seria, obrigatoriamente, no Castelo. Mas não passava de protelar um fim anunciado.

Em 1372, mesmo antes da nova visita régia, a vila tenta alargar o seu domínio, ainda a pretexto da melhor defesa ¹²⁶. E tudo indica que continuou a pressão sobre o Castelo, a ponto dos moradores aproveitarem a nova estada da corte em Guimarães para firmar a protecção ao comércio diário, bem como às já conhecidas feiras ¹²⁷. Neste 'dialogar' entre a terra e os reis, de novo cabe a Guimarães um outro protagonismo, agora, nos corredores da diplomacia nacional. Em tempo de alianças feitas e desfeitas com o bloco peninsular, em Tagilde, secular freguesia do termo vimaranense, encetaram-se os primeiros passos conhecidos da não menos secular aliança anglo-portuguesa: a 10 de Julho de 1372, na igreja de São Salvador, D. Fernando assinava, com os mensageiros do duque de Lencastre, um primeiro acordo que os unia, contra o bloco franco-castelhano e Pedro IV de Aragão. No ano seguinte, em Londres, o rei de Inglaterra ratificava-o ¹²⁸. Deve-se a Sérgio Pinto (meados do século) o 'descobrir' de *Tagilde*, como correcção ao tido *Tratado de Braga*, equívoco veiculado pela narrativa lopesiana. Em última análise, era o rompimento com o 'bloco' continental, liderado pelos interesses da Inglaterra, no xadrez político da guerra dos *Cem Anos*, a par do *Cisma* que dividia a sociedade cristã, desde 1378. Desde 1953, *in loco*, uma lápide comemorativa cristaliza esta outra vivência ¹²⁹.

Este e outros 'serviços' não impediram o rei de cercear o espaço de jurisdição concelhia. Nos agraciamentos intermináveis, entre terras e/ou rendas, as fronteiras dos termos eram sucessivamente alteradas ¹³⁰, e o peso da 'senhorialização' crescente suscitava protestos, bem como o reclamar antigas mercês ¹³¹. Em Agosto de 1380, o concelho decidia quem havia de ir a Torres Novas, para jurar em Cortes a sucessão do reino ¹³²; passados três anos, quem iria jurar o contrato de casamento de D. Beatriz com D. João de Castela ¹³³. Pouco tempo antes da morte, no findar de 22 de Outubro de 1383 ¹³⁴, os homens bons de Guimarães registavam a memória de um reinado: *havia muitos reguengos em redor de Guimarães, mas o rei dera a maior parte deles aos fidalgos – era o pão e vinho que se perdiam; eram os gados que se tomavam ou matavam; era o agravar do despovoamento de muitas herdades.*

O tempo que se avizinhava não era, contudo, de reparação. Antes tornava a guerra e, com ela, os insuspeitados sofrimentos. Após a morte de D. Fernando, no desenvolvimento da *Crise de 1383/85*, seguiram-se os conhecidos tumultos

e divisões no reino. Logo no início dos alvoroços incontroláveis, pereceria, assassinado, o prior de Guimarães, então em Lisboa¹³⁵. Aos poucos, os principais centros urbanos iam aderindo, um a um, à causa do Mestre, agora *Regedor e Defensor do Reino* – como fora o caso de Lisboa, Évora, Coimbra e Porto. A seguir-lhes o exemplo, as revoltas contra o governo legítimo alastraram-se a muitas outras vilas e cidades do país. Bem menor adesão verificou-se no Entre Douro e Minho, onde Celorico de Basto se revela um caso excepcional. Para o caso que nos ocupa, importa recordar que os concelhos mais importantes do Entre Douro e Minho se mantiveram contra a tomada de poder pelo Mestre de Avis – Guimarães, Braga e os governos locais mais a norte acabariam por se render pelo 'diálogo' da força, ainda que, no discurso lopesiano, *a posteriori*, se afirme que os *corações dos povos eram contra o rei de Castela e contra a rainha*¹³⁶.

Em Guimarães encontrava-se uma vila dupla, bem cercada, e mantinha por seu alcaide e fronteiro Aires Gomes da Silva, fiel ao partido legítimo. Com ele, muitos escudeiros e bons fidalgos¹³⁷. Quanto ao lugar, o cronista registou que era "forte e bem defensavel, assy a vila que tem duas çercas, como ho castelo sobressy"¹³⁸. O protagonismo prevalente nos gestos anti-Castela haveria de perpetuar-se em torno da figura do honrado escudeiro – Afonso Lourenço de Carvalho, de seu tio, João Rodrigues de Carvalho e Paio Rodrigues¹³⁹. Tal como em 1369, não era fácil tomar Guimarães, a não ser "de salto e não per trabalho de çerquo"¹⁴⁰. O apoio estaria, como se referiu, na astúcia do citado Afonso Lourenço e seus pares. Seguiram-se encontros velados. Gisou-se o plano da entrada do rei na 'vila baixa', cuidou-se do iludir os porteiros. Depois, é riquíssimo em pormenores o relato do cronista: da aproximação a Guimarães, ao silenciar dos cavalos, fica um quadro de uma hoste significativa, mesmo que se cuidasse de uma primeira entrada sem luta¹⁴¹. Do encontro em Redanhas, até à penetração no interior do velho burgo, foi um instante. A pretexto de se meter uma cuba, João Azedo – o vigilante da Porta do Postigo – facultou a entrada a Paio Rodrigues, pela manhã, bem cedo. Depois, os episódios por de mais conhecidos: a entrada do rei, o bradar por "Portugal", a confusão de um despertar em alvoroço. Por fim, os confrontos entre os aderentes de líderes de causas opostas. Mata-se o citado porteiro, como outros. Quanto ao comportamento dos que se encontravam dentro de muros, pouco se sabe, para além da adivinhada surpresa, alvoroço, quiçá indecisão

– o cronista diz que “não tomarã armas, mas folguaão muito de ser assy feito”¹⁴². Entre os castelãos do alcaide, diz-se que também não havia acordo, a não ser no pôr-se a salvo. No meio deste ‘assalto relâmpago’ um dos fidalgos revelava conhecer bem as ruas da vila, tal como a sua característica dupla, pelo que logo se encaminhou para a segunda cerca – a do Castelo – impedindo que nela se acolhessem os fiéis ao alcaide, enquanto outros aproveitavam a confusão para saquear as casas do burgo. Antes de descansar nas pousadas do prior – por ser ainda hora em que todos dormiam – em vão, ordenou o rei que nada se cometesse contra os moradores de Guimarães; pela realidade sabida, gente presa e roubada, homens e mulheres que fugiam por vestir, na mira de se acolheram ao Castelo, sofrimento adivinhado. Outros, buscavam o rei, em tempo de lhe beijar as mãos na convinhável ou convicta obediência. Segue-se o combate à segunda cerca, e a rendição do alcaide. Esgotada a via ‘diplomática’, resta a da força. Do Porto vieram engenhos, armas, gentes e *mesteirais*. De Castela, nada. Sem ajuda, restou ao velho alcaide a rendição e viria a morrer, poucos dias passados. A sua mulher regressou ao país de origem, a exemplo de uns quantos aderentes da causa perdida; outros optaram por se mudar, agora, para o ‘partido’ do rei. Após a rendição, sucederam-se as estadas do rei em Guimarães e, com elas, as *cartas de privilégio* ao Concelho, à Colegiada e demais intuições religiosas, aos besteiros e aos judeus. Amplia-se o termo, e cedem-se espaços úteis para rossios. Atestadas ficaram muitas outras conviências. Algumas, a mudar, definitivamente, o curso da história deste centro nortenho. Data do *post* Aljubarrota o cumprimento da célebre promessa feita pelo monarca, antes da batalha. Regressa no Junho de 1386, “onde tinha a intenção de cumprir o seu voto de promessa em Santa Maria de Guimarães”¹⁴³. Promessa adiada por imperativos conjunturais – volta no mês de Novembro¹⁴⁴ e, segundo o que pode apurar-se, aí se manteve no Janeiro de 1387, “ordenando os feitos da guerra”¹⁴⁵ – a entrada militar na região leonesa¹⁴⁶.

Tudo leva a crer que a tão rememorada romagem só se concretizaria após esta fase de hostilidades contra Castela, depois de Junho¹⁴⁷. Como se sabe, e o lembra Baquero Moreno, a única notícia desta entrada pia em Guimarães pertence à narrativa de Fernão Lopes, não ficando dela qualquer memória arquivística. O Autor citado defende que a citada romagem se terá realizado

por meados daquele dito mês de Junho, de 1387¹⁴⁸. Entre 21 de Dezembro de 1389 até, pelo menos, 2 de Fevereiro do ano seguinte, o monarca esteve em Guimarães. No *postumeiro* dia de Dezembro de 1389, uma carta régia decreta que “seiam todos huum poboo e contribuam todos como huum poboo”¹⁴⁹.

Era o fim da vila do Castelo.

Guimarães voltará, no curso deste longo reinar, a receber a comitiva real em diversos momentos – sabêmo-lo aí em 1389 e em 1390. Depois, e não obstante as repetidas viagens pelo Norte, não ficaram elementos para garantir outras estadas neste burgo minhoto até finais de 1400.

Novo ponto alto viveu-se, presumidamente, em 1401 – ano em que, no mês de Janeiro, se realizaram as *Cortes de Guimarães*¹⁵⁰. Depois, em Fevereiro, segue para o Porto e daí para o Sul, mas no início de 1402 estava, outra vez, em Guimarães¹⁵¹. Por fim, data do verão de 1409, a última estada conhecida¹⁵². Mas a cidade de 1400 era já muito diferente. Para efeitos de governo, um só concelho; no decretar régio, *um só povo*. Para que constasse, devolviam-se à jurisdição da vila diversas “terras” e “préstamos” que, englobando-se antigamente no seu termo, se haviam alheados por doações dos monarcas anteriores. Reiterava-se, outrossim, o agradecimento dos bons serviços, no reiterar da obediência devida pelo longo termo. Para alguns vimaranenses, ao invés, era momento de saldar desserviços, tal como aconteceu pelo país fora¹⁵³. No afã de recompensas, Guimarães perfilava-se, naturalmente, nos interesses da Casa de Bragança em construção¹⁵⁴. Refira-se, para o efeito, a outorga feita a Nuno Álvares Pereira, em 1385¹⁵⁵. A vila, contudo, mantinha-se do rei, ainda que os réditos fossem deslizando, aos poucos, para o conde de Barcelos; naquela data, compensando “estremozos serviços”, D. João agracia o condestável com o préstamo das rendas e direitos que havia, entre outros, em Guimarães¹⁵⁶. Para já, apenas rendimentos, e, como sempre, enquanto fosse sua mercê. Quer nas demais doações feitas a Nuno Álvares Pereira, quer no dote de D. Beatriz, por ocasião dos esponsórios com D. Afonso, Guimarães não consta¹⁵⁷. Entre a documentação compulsada, apenas se detectou um momento em que, neste percurso de sucessivos agraciamentos, se aliena, temporariamente, a sua jurisdição, em favor de D. Álvaro Gonçalves Camelo¹⁵⁸, prior do Hospital. Em 1408, era reposta a normalidade e desconhecem-se, a nível do

quotidiano, os efeitos práticos deste assenhorear, que nos parece esporádico e interpretável face à gestão de recursos no sabido compensar do *Mestre de Avis*¹⁵⁹. Era, todavia, uma questão de tempo.

No Entre Douro e Minho, o conde D. Afonso granjeava, já, uma grande parte das terras e julgados – entre Barcelos e a Famalicão actuais, à parte o domínio de Bragança e Chaves, para referir, apenas, os centros mais significativos¹⁶⁰. Em 1409, consegue que Fão seja subtraída ao termo de Guimarães, passando a integrar o julgado de Faria, já de seu domínio¹⁶¹. Em 1420, por ocasião do casamento com D. Constança de Noronha constitui-se o dote, à custa de várias terras em que se incluíam, algumas, no termo de Guimarães, ao que se aduzia o rédito proveniente de direitos que a vila pagava ao rei¹⁶². O conde de Barcelos era *fronteiro-mor* nas comarcas de Entre Douro e Minho e Trás os Montes desde 1440¹⁶³, *duque de Bragança* desde 1442¹⁶⁴ e afincadamente interessado nos domínios do Porto e de Guimarães. Depois de Alfarrobeira, diz o cronista que D. Afonso V “deu logo Guimarães ao Duque de Bragança, que sempre requerera e lhe fora denegado pelo Infante Dom Pedro”¹⁶⁵. Quanto ao Porto – que também quisera haver – os seus cidadãos resistiram à vontade do rei¹⁶⁶. Depois do conhecido desfecho da sua regência, no Junho de 1449, pelos grandes serviços prestados a Afonso V, obtinha, daí em diante e em sua vida, a jurisdição cível e crime, mero e misto império de Guimarães¹⁶⁷. No mês seguinte, emitia-se o privilégio: à morte daquele, o herdeiro das suas terras logo se chamaria *duque de Bragança e conde de Barcelos*¹⁶⁸.

O perpetuar de memórias deixa perceber que a citada recompensa de Afonso V não agradou aos vimaranenses, que se reclamavam no direito de permanecer do rei¹⁶⁹, o que não era caso único, nem novo. Mas para Guimarães, foram protestos em vão, e o seu percurso entre senhores seria bem longo¹⁷⁰. Paralelamente ao facto, os efeitos de Alfarrobeira tocaram importantes figuras da vida local e regional¹⁷¹. Tempo de banir os adeptos do derrotado Infante, na urdidura de um ‘neo-senhorialismo’ vencedor e personificado na figura de Afonso V¹⁷². Daí decorrem significativas alterações nas relações de poder, mas também do urbano. Descobrem-se áreas preferenciais de residência dos aderentes à Casa de Bragança, definem-se novas disputas e utilização dos espaços, enredam-se os clientelismos e ajustam-se os núcleos de decisão. Era tempo, agora, de tecer equilíbrios. E assim prossegue a história desta antiga

vila régia, sempre *nobre e leal*. Após a gestão de D. Constança, os diplomas revelam um poder mais interventivo de D. Fernando (II) ¹⁷³. Na simbologia e peso dos títulos, *conde* e depois *duque de Guimarães*. No dia a dia da terra, um inequívoco senhor. Avizinhavam-se tempos difíceis. Abalou-se o reino e, na terra, os episódios de Toro reflectiram-se nas violentas questões: em torno da prata das igrejas, estalava o conflito entre o poderoso clero local e a contadoria régia ¹⁷⁴. Mais uma vez os diplomas são reveladores, neste particular. São tempos agitados, estes, que se viveram no fim da vida do já cansado rei. Aos alongados itinerários dos vimaranenses, entre Ceuta, Tânger e Arzila, somava-se agora o caminho de Toro. Para alguns dos que integraram a 'batalha' do duque, era uma outra oportunidade de remir culpas face à justiça ¹⁷⁵. Outros, seguiram na obrigação de fidelidade ao seu senhor, como este seguia a do rei. Era um nível superior de participação da Guimarães, ao tempo. No regresso, vinham homens com visões diferentes e a consciência de um mundo mais vasto. E se não conseguimos dimensionar estas interferências, fica-nos a certeza das longas histórias e percalços que haveriam de contar-se e recontar-se, entre familiares e amigos. O mesmo se adivinha da importação de outras modas e costumes. O que esperava Guimarães não seria, porém, algo de pacífico. As substituições de D. João II abalaram um dos mais fortes poderes do reino, mas também da terra: a vila regressa à jurisdição régia. Alegria e um renovar esperanças, por certo, para aqueles que não se arrolavam entre os aderentes do duque. Insegurança, represálias e medo para muitos dos que até agora compunham a expressiva panóplia dos escudeiros e criados do donatário, num dos desenvolvimentos das várias oligarquias.

Os *Paços do Rei* lembram a mudança e, com ela, uma outra mobilidade e um outro dinamismo. Multiplicam-se as queixas e denúncias, como se multiplicam as corridas à Corte, no reconhecimento do novo senhor. Era necessário que o monarca confirmasse os despachos de D. Fernando, e o momento adivinha-se sério. Uns conseguem-no, outros não e de muitos some-se a memória. Desenham-se novos equilíbrios, redefinem-se espaços residenciais, pactua-se ali, altera-se acolá. Uma visão que se desmultiplica, agora, ao sabor do deferir régio, que nos oferece a longa *chancelaria* ¹⁷⁶. A nível do espaço, parece-nos haver sintomas de uma certa desorganização, fruto, talvez, da mobilidade forçada por um poder interrompido. Todavia, na década de "90" são nítidos os

indicadores de crescimento deste já secular 'burgo'. Mais uma vez, como se referiu, perde a antiga vila do Castelo, a caminho de um abandono que durou séculos.

Com D. Manuel é já a Guimarães do 'Mestre António'¹⁷⁷, rica nas descrições que de si ficaram e um cenário passível de estudar com outra segurança e sob outras perspectivas – recorde-se, por exemplo, que datam de 1531 as primeiras actas das sessões da Câmara. Ainda que sem continuidade até findar do século, permitem resolver, já, muitos problemas do espaço e dos homens, para além de outras fontes cuja natureza exige formulações diferentes no interrogar. Parece-nos extraordinária a possibilidade que Guimarães oferece para o século XVI. Fica a esperança que o *III Congresso Histórico de Guimarães*, a realizar no Outubro de 2001, venha motivar o interesse de medievalistas e modernistas escreverem, entre outros contributos, algumas páginas da *Guimarães manuelina*. No incessante construir-se, Guimarães continuou, até hoje, a construir Portugal.

Notas

¹ Carta publicada por AZEVEDO, Pedro de - "As cartas de criação de cidades concedidas a povoações portuguesas", *Boletim de Segunda Classe*, vol. X (Homenagem a Olavo Bilac), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1917, p. 964 e 965.

² Sobre a importância deste assunto, vd. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Castelos medievais do noroeste de Portugal*, Separata de *Finis Terrae, Estudos em lembrança do Prof. Dr. Alberto Balil*, s/l, [Faculdade de Xeografia e Historia, Departamento de Historia], I, p. 371 a 385 e BARROCA, Mário - *Do castelo da Reconquista ao castelo românico. Separata de Portvgalia*, nova série, vol. XI-XII, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP, 1990/91, p. 89 a 136.

³ "As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI", in *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981, p. 101 a 157 e *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, 2.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1985, p. 13 a 86.

⁴ FERNANDES, A. de Almeida - "A nobreza na época vimaro-portugalense. Problemas e relatórios", *Revista de Guimarães*, 87 Jan.-Dez.; 88 Jan.-Dez.; 89 Jan.-Dez.; 90 Jan.-Dez., Guimarães, SMS, 1977, 1978, 1979, p. 7 a 102; 249 a 355; 5 a 106 e 5 a 122.

⁵ Sobre a discussão, em torno deste assunto, veja-se FERNANDES, Almeida – “O antropónimo «Vimara» e a sua toponímia”, *Revista de Guimarães*, 93, Jan.-Dez. 1983, p. 5 a 29.

⁶ *PMH, DC* (por *Portvgaliae Monvmenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Diplomata et Chartae*, vol. I, Lisboa, 1867), Doc. 76.

⁷ *LF* (por *Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesiae*, Ed. crítica de Avelino Jesus da Costa, Braga, 1965), T. I, Doc. 22.

⁸ Ed. de DAVID, Pierre – *Études Historiques*, p. 291-312.

⁹ MATTOSO, José – “As famílias condais...”, *op. cit.*, p. 143 e 144.

¹⁰ Vd. RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, vol. 1, dact., Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1991, p. 54.

¹¹ *PMH, DC*, Doc. 81.

¹² MATTOSO, José – “As famílias condais...”, *op. cit.*, p. 147.

¹³ *PMH, DC*, Doc. 311 e 316.

¹⁴ Cf. Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos – *O mosteiro e a colegiada (...)*, *op. cit.*, p. 55.

¹⁵ Entre os confirmantes de uma doação feita pelo rei Garcia (1070 – *PMH, DC*, Doc. 491).

¹⁶ Quando se aliou aos muçulmanos e foi derrotado pelo conde Mendo Luz (*PMH, DC*, Doc. 242, 378 e 549).

¹⁷ Recorde-se, a título de exemplo, o matrimónio de Martim Moniz, dos de Riba Douro, com a filha de Sisnando Davides e, antes deste, com Loba Nunes, filha do conde Nuno Mendes, morto em Pedroso, e último representante da família condal portugalense (vd. MATTOSO, José – “A nobreza portugalense dos séculos IX a XI”, in *A nobreza medieval portuguesa (...)*, *op. cit.*, p. 263 a 268). Entre as interpretações mais recentes do Autor, vd. “A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular”, in *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autor, 2000, p. 319 a 339.

¹⁸ Vd. MATTOSO, José – “As famílias condais portugalenses”, in *A nobreza medieval (...)*, *op. cit.*, p. 136, e nota 1.

¹⁹ *PMH, DC*, Doc. 31.

²⁰ FERREIRA, J. A. – *Livro de Mumadona – Cartulário medievo existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, vol. I, facsimile, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1973; cf. CARDOSO, Mário – “O testamento de Mumadona, fundadora do mosteiro e castelo de Guimarães na segunda metade do século X”, *Revista de Guimarães*, 77 (3-4) Jun.-Dez., Guimarães, SMS, 1967, p. 279 a 298.

²¹ *PMH, DC*, Doc. 76.

²² *PMH, DC*, Doc. 97.

²³ Bermudo Lucides confirmava uma doação de Ramiro II a Guimarães, em 926 (*PMH, DC*, Doc. 31); casado com Munia Dias, identificada como irmã de Mumadona Dias (*PMH, DC*, Doc. 34) foi grande legatária do mosteiro de Lorvão. Deste matrimónio entre Alvito Lucides e Munia Dias, refira-se, para o que a Guimarães importa, a sua filha Ónega Lucides (978-1006), mulher do conde Rodrigo Vasques. A análise de diversos documentos sustenta a hipótese de se tratar da condessa Onega, que consente a doação de D. Afonso V ao mosteiro de Guimarães (*Liber Fidei (...)*, *op. cit.*, Doc. 22; *PMH, DC*, Doc. 259).

²⁴ Veja-se a interpretação de MATTOSO, José – *Ricos-homens, infanções e cavaleiros (...)*, *op. cit.*, p. 30 a 35, que se adopta, neste passo.

²⁵ “A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular”, in *Ensaaios (...)*, *op. cit.*, p. 324.

²⁶ Vd. MATTOSO, José – “A primeira tarde portuguesa”, in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 11 a 35.

²⁷ Como se pode ler, entre outras obras, em GALVÃO, Duarte – *Chronica de El-Rei D. Afonso Henriques (...)*, 1909, e nas *Crónicas de Cinco Reis de Portugal* (Edição Diplomática e Prólogo de A. de Magalhães Basto), vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1945.

²⁸ Como refere MATTOSO, José (“A primeira tarde portuguesa”, *op. cit.*, p. 12 e nota 4), trata-se da *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra* (editada nos *PMH, Scriptores*, Doc. 26 e 27).

²⁹ AZEVEDO, Luís Gonzaga de – *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Ed. “Bíblion”, p. 281 a 283.

³⁰ “A primeira tarde...”, *op. cit.*, p. 12.

³¹ Vd. a reprodução do brasão de D. Afonso Henriques, fixado numa pintura anónima do século XVIII, em *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, Lda. e Autores, 1993, p. 63.

³² Vd. CINTRA, L. F. Lindley – “Sobre a formação da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)”, *Revista da Faculdade de letras de Lisboa*, vol. 23, Lisboa, 1957, p. 168 a 215.

³³ Narrativa que, como defende MATTOSO, José (*idem, ibidem*), deu à lenda de Ourique o carácter de um discurso oficial.

³⁴ Sobre o assunto é de extrema utilidade a leitura do artigo “As três faces de Afonso Henriques”, in *Naquele Tempo. Ensaaios (...)*, *op. cit.*, p. 469 a 484, essencialmente no que se refere à permanência dos mitos.

³⁵ Duarte Nunes de Leão, em 1600, tinha já impresso as suas “Crónicas dos Reis de Portugal” e tinha dedicado um capítulo inteiro a refutar as fábulas da “cronica velha” de D. Afonso Henriques. Antes, Cristovão Rodrigues Acenheiro, em 1535, escreveu um “Summario das Chronicas dos Reis de Portugal” (publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, *Ineditos de Historia Portugueza*, Tomo 5.º, 1824). Aí se encontram os feitos impugnados a D. Afonso Henriques e mais um juízo do compilador, menos místico que o que Duarte Galvão. Duarte Nunes de Leão, ao indicar a falsidade de um facto, indica a de todos os outros; assim conclui que D. Teresa nunca fora casada segunda vez, nunca teve desavenças com o filho, Egas Moniz não foi com a corda ao pescoço, Afonso Henriques não prendera a mãe, etc...

³⁶ BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, p. 87 a 90.

³⁷ O imaginário fica bem documentado na expressão plástica do retábulo de talha, existente na Capela do Salvador (Terroso, Póvoa de Varzim), reproduzido em *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 1, *Origens – 1245*, Lisboa, Ed. de Selecções do Reader's Digest, SARL, Publicações Alfa, 1983, p. 469.

³⁸ *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, T. I, (Prefácio e Notas Críticas de José Mattoso), Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, 374 a 393.

³⁹ “A primeira tarde portuguesa”, *op. ci.*, p. 15.

⁴⁰ Reproduzido, entre outras obras, em *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 1, *Origens – 1245*, Lisboa, Ed. de Selecções do Reader's Digest, SARL, Pub. Alfa, SARL, 1983, p. 465 e *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, Estella (Navarra), Publicações Alfa, SARL, 1985, p. 209.

⁴¹ Tal como José Mattoso adoptou a expressão para intitular a conferência que proferiu em Guimarães, no 24 de Junho de 1978, e cujo texto, entre outras escritos do Autor, seguimos de perto, nas suas linhas interpretativas fundamentais.

⁴² "A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular", in *Naquele Tempo (...)*, op. cit., p. 324.

⁴³ Cf. *Portvgaliae Monvmenta Historica a saecvlo octavo post Christvm vsque ad qvntvmdecimvm ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponensis edita*, Nova Série (Edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso), vol. I, *Livros Velhos de Linhagens*, Lisboa, 1980.

⁴⁴ DR, 89 (27 de Maio de 1128).

⁴⁵ MATTOSO, José – "A primeira tarde portuguesa", op. cit., p. 20.

⁴⁶ PMH, DP, Doc. 112 e 914.

⁴⁷ Considerado como um dos mosteiros mais importantes, a seguir ao de Guimarães (vd. MATTOSO, José – "Senhorias monásticas do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII", in *A nobreza medieval portuguesa (...)*, op. cit., p. 271.

⁴⁸ *Portvgaliae Monvmenta Historica (...)*, vol. I, *Livros Vellhos (...)*, op. cit., p. 51 e 52.

⁴⁹ Vd. MATTOSO, José – "A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular", in *Ensaios (...)*, op. cit., p. 325. Entre outros aspectos, refere o Autor que, não obstante a expulsão de Fernão Peres de Trava, no post São Mamede, tal não o impediu de voltar a Portucale, aquando da morte de D. Teresa. A ambiência conflituosa com Afonso Henrique não impediu, também, que seu irmão Bermudo constituísse família em Portugal, entre outros exemplos que revelam que o jovem Afonso contava com o apoio e a colaboração dos galegos.

⁵⁰ PMH, *Leges*, op. cit., p. 351. Cf. MATTOSO, José – "O condado portugalense", *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 1, *Origens – 1245*, op. cit., p. 465 e, do mesmo Autor, "D. Afonso Henriques", op. cit., p. 469 e 470.

⁵¹ Vd. MATTOSO, José – "1096-1325", *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), op. cit., vol. 2, p. 56, onde se conclui que tal cerco deveria ter ocorrido entre Setembro e Outubro de 1227, e tendo como principal protagonista da resistência Afonso Henriques, mas actuando em nome da mãe, ao contrário do que se infere da narrativa que compõe a *Gesta de Egas Moniz*, pressupondo uma autoridade pessoal do infante. Cf. KRUIZ, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico 1280-1380*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1994, vol. I, p. 91, nota 165.

⁵² AMAP, *Livro dos Privilégios*, t. I, f. 2v; AMAP, *Livro dos Coutos*, f. 4 a 5v.

⁵³ Apesar de D. Afonso IX de Leão descender de um matrimónio dissolvido pelo papa, por questões de parentesco, as bodas da infanta, de dezasseis anos de idade, celebram-se em Guimarães, com o dito Afonso IX. Matrimónio que, por queixas de Castela, haveria de dissolver-se, face à alegação 'política' do seu carácter incestuoso. Era o necessário reforço de alianças que se jogava e que, ao tempo, coloriu, por certo, o burgo que estudamos, por visitas de prestígio: cf. MATTOSO, José – "D. Sancho I, O Povoador", *História de Portugal, Origens – 1245*, (Dir. de José Hermano Saraiva), op. cit., p. 519 e "1096-1325", op. cit., p. 97 e 98).

⁵⁴ E onde se crê ter estanciado até Agosto (AZEVEDO, Rui *et alii* – *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, vol. 1, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979 nota 13, p. 202 a 207).

⁵⁵ Segundo DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)”, *Estudos Medievais*, n.º 7, Porto, 1986, p. 29 a 47. Guimarães surgiria, assim, imediatamente a seguir às mais prevalentes sedes da Corte: Santarém e Coimbra.

⁵⁶ De 1217.09.06 (AUC, *Colegiada de Guimarães*, n. 14, publicado nos VMH, Doc. 182).

⁵⁷ Cf. HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal (...)*, *op. cit.*, p. 290 e 291; MATTOSO, José – “D. Afonso II, o Gordo”, *História de Portugal, Origens-1245* (dir. José Hermano Saraiva), vol. 1, *op. cit.*, p. 532: vem a falecer em Santarém, no dia 25 de Março de 1223. Até 1214 não sai de Coimbra. Depois, a partir de 1217 percorre o reino: Lisboa de Abril a Maio; Alcobaça e Coimbra, em Junho; Feira, em Julho; Guimarães, em Agosto; Leomil em Setembro; Trancoso em Outubro. No ano seguinte – 1219 – vai ao Norte, passando uma larga temporada em Guimarães, de Fevereiro a Junho, antes de em Agosto se dirigir a Santiago de Compostela. Cf. PMH, *Leges*, p. 464 e VMH, Doc. 186 (1219.07.04) e INA-TT, m. 12 de *Foraes Antigos*, n. 3, f. 42, publicado nos VMH, Doc. 187 (1219.05.14).

⁵⁸ INA-TT, Ch. D. Afonso III, L. 2, f. 62.

⁵⁹ Vd. NUNES, Eduardo Borges – “Martim Martins, primeiro tabelião de Guimarães”, *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, ACTAS, vol. IV, Guimarães, 1981, p. 25 a 30. Como refere o autor, Martim Martins trata-se do primeiro tabelião a ser citado (em 1212) autor do mais antigo instrumento conservado (de 1214). Cf. INA-TT, *Col. Guim., Docs. Part.*, m.º 6, n.º 4, 5 e 6, entre outros.

⁶⁰ Cf. VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Afonso II (...)*, *op. cit.*, p. 267 a 283 e “Relações da Igreja de Braga com a Santa Sé e com D. Afonso II durante o arquipiscopado de D. Estêvão Soares da Silva (1212-1228)”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Congresso Internacional, Actas*, vol. II/1, Braga, U. Católica/F. Teologia e Cabido M. P. de Braga, 1990, p. 267 a 282; cf. a síntese de MATOSO, José – “1096-1325”, *op. cit.*, p. 115 e 116 e as referências inseridas em KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (...)*, *op. cit.*, vol. I, p. 77 e nota 139.

⁶¹ Na expressão de HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal (...)*, *op. cit.*, p. 292; nos VMH, Doc. 193, publica-se a Bula de Honório III (1219), que permite conhecer o facto. Cf. VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Afonso II. (...)*, *op. cit.*, p. 268 e 269; MATTOSO, José – “D. Afonso II, o Gordo”, *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), *op. cit.*, p. 541. Regista-se, como principais executores das medidas ordenadas contra o arcebispo, entre outros cujos nomes se conhecem, Gil Vasques de Soverosa e Martim Anes de Riba de Vizela (MATTOSO, José – “1096-1325”, *op. cit.*, p. 110). Cf. VENTURA, Leontina – *A nobreza de Corte (...)*, *op. cit.*, vol. 1, p. 162 e 163.

⁶² Cf. KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (...)*, *op. cit.*, vol. I, p. 56 e sgs., 89 e nota 161 e vol. II, p. 441 a 451.

⁶³ PMH, *Leges*, p. 351 e VMH, Doc. 199. Cf. RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas (...)*, *op. cit.*, t. IV, P. II, p. 104.

⁶⁴ PMH, *Inq.*, I, p. 737, na inquirição feita à vila de Guimarães. Assim se referia o chantre da Colegiada, Martim Pais, relativamente à independência de que gozavam, anteriormente e face à Igreja de Braga, em matéria de eleição do prior, apenas sujeitando a mesma a confirmação régia.

⁶⁵ Designação utilizada para os inquéritos de 1220 (cf. RIBEIRO, João Pedro – *Memórias para a História das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal* (...), Lisboa, 1815, p. 14, 103 *passim*; MATTOSO, José *et alii* – *O castelo e a Feira. A terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1989, p. 42, 43 *passim*).

⁶⁶ RIBEIRO, João Pedro – *Memória para a História das Inquirições* (...), *op. cit.*, p. 10 e 69; HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal*, *cit.*, p. 311; cf. BARROS, Henrique da Gama – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.^a ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, vol. t. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945, p. 442. Cf. MATTOSO, José *et alii* – *O castelo e a Feira* (...), *op. cit.*, p. 39.

⁶⁷ Cf. as sínteses mais recentes sobre o assunto em MATTOSO, José – “1096-1325”, *op. cit.*, p. e KRUS, Luís – “Sancho II, D. (c. 1209.1248)”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. 2., *op. cit.*, p. 204, para além das obras já citadas, a propósito.

⁶⁸ Sobre as duas primeiras, vd. VMH, Doc. 204 e RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações cronológicas* (...), t. I, *op. cit.*, p. 264. O registo de Janeiro de 1225 fica anotado em VMH, Doc. 206 e na *Monarquia Lusitana*, *op. cit.*, P. IV, p. 127v. Relativamente a 1238, cf. VMH, Doc. 225, segundo *Historia Genealogica, Provas*, t. I, p. 42.

⁶⁹ Tratava-se, como é sabido, de uma irmã de D. Estêvão Soares da Silva, arcebispo de Braga, e a cujos conflitos com Afonso II já aludimos. Cf. VENTURA, Leontina – *A nobreza de Corte* (...), *op. cit.*, p. 83 e 84; MATTOSO, José – “1096-1325”, *op. cit.*, p. 120 e VELOSO, Maria Teresa Nobre – *D. Afonso II* (...), *op. cit.*, p. 347 e 382 a 383.

⁷⁰ Cf. NUNES, Eduardo Borges – “Martim Martins (...)”, *op. cit.*, p. 29. Cf. TT, Col. Guim., Docs. Part., m.º 8, n.º 38, com referência a Paio Eanes, o segundo tabelião de Guimarães.

⁷¹ Cf. ALMEIDA, Eduardo de – *Peregrinação pelo termo de Guimarães*, Guimarães, 1957, p. 91, referindo que a fidelidade de Guimarães a D. Sancho II lhe valeu “um novo assédio”. Em FERNANDES, A. de Almeida – “A burguesia vimaranense nos Sécs. XII e XIII”, *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, ACTAS, vol. III, Guimarães, 1981, p. 13, nota 14, refere que o Castelo de Guimarães foi um dos que aderiram ao conde de Bolonha, em 1245. Apelida o facto de “inegável traição” e relaciona-o com os interesses de uma burguesia do Entre Ave e Vizela, dada a desordem que se vinha instalando, já desde a doença de Afonso II. Na documentação compulsada, não se apuram dados suficientes para se ajuizar o comportamento da vila, face ao Castelo.

⁷² PMH, Leges, p. 184 a 190; VMH, Doc. 244. Cf. SOARES, Torquato de Sousa – “As primeiras Cortes Gerais da monarquia portuguesa realizadas em Guimarães em 1250”, *Revista de Guimarães*, vol. XCIII, 1983, p. 345 a 349 e DIAS, Nuno José Pizarro – *Cortes portuguesas (1211 a 1383)*, dact., texto apresentado nas Provas de Aptidão Científica e Pedagógica na Unidade de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 1987, p. 42 a 51. Cf. SOUSA, Armindo de – *O parlamento medieval português – perspectivas novas*, Separata de *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. VII, Porto, 1990, p. 47 a 58.

⁷³ Vd. ANTUNES, José – “O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano, arcebispo-eleito de Braga e papa João XXI”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga* (...), *op. cit.*, vol. II/1, p. 125 a 184. Cf. KRUS, Luís – “Julião, Mestre (?-1215)”, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, *op. cit.*, vol. 1, p. 364 e 365; FERREIRA P., João – “HISPANO, Pedro (c. 1210-1215-1277)”, *Dicionário de História de Portugal*, (dir. de Joel Serrão), *op. cit.*, vol. 2, p. 441 a 442. Importantes informações podem ler-se em VENTURA, Leontina – *A nobreza de Corte* (...), *op. cit.*, vol. II, p. 771 e 772 e MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O papado e Portugal* (...), *op. cit.*, p. 156 a 159.

⁷⁴ Na expressão da notícia: "(...) in presencia multorum episcoporum procerum et militum et aliorum procurator ad hoc..." (PMH, *Leges*, p. 184 e 185; VMH, Doc. 244) o que levou alguns historiadores a admitir que tais Cortes integravam já os procuradores dos concelhos (cf. MATTOSO, José – "Notas críticas ao livro IV" (HERCULANO, Alexandre – *História de Portugal* (...), op. cit., t. III, p. 202, nota 26, e "1096-1325", op. cit., p. 135; MARQUES, A. H. de Oliveira – "Guimarães, Cortes de (1250)", *ibidem*). Cf. CAETANO, Marcelo – *As Cortes de Leiria de 1254, Memória Comemorativa do VII Centenário*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954, p. 9 a 53. Entre muitas outras figuras de sabido prestígio, contavam-se o Mestre Manfredo, chantre de Antióquia e nuncio do papa em Espanha; Fernando Eanes, português nobre dos "Portocarreiro", como deão de Braga. Depois, capelão do cardeal, cônego de Braga e prior de Torres Vedras, e Mestre Tomé Gonçalves, tesoureiro de Braga, parente e discípulo do arcebispo da dita Igreja, a título de exemplo (MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *O papado e Portugal* (...), op. cit., respectivamente, p. 150, 156 e 159).

⁷⁵ VENTURA, Leontina – *A nobreza de Corte* (...), op. cit., vol. I, p. 481.

⁷⁶ AUC, *Col. de Guim.*, n.º 20; AMAP, *Livro dos Privilégios*, I, f. 6; publicado nos VMH, apenas ao Doc. 297).

⁷⁷ Carta datada de Lisboa em 15 de Agosto do ano referido (INA-TT, *Chanc. D. Afonso III*, I, 1, f. 116, publicada nos VMH, Doc. 267).

⁷⁸ Respectivamente, Guarda, 1279.07.31 e Braga, 1280.07.08 (publicados nos VMH, Doc. 271 e 272).

⁷⁹ RIBEIRO, João Pedro – *Memoria para a Historia das Inquirições* (...), op. cit. diz que estes inquéritos decorreram face aos "Requerimentos" feitos nas Cortes de Lisboa de 1285, mas também nas Cortes de Guimarães de 1288, como se pode concluir pelas *Provisões* dadas aos inquiridores (p. 78).

⁸⁰ VMH, p. 353.

⁸¹ *Vd.* o rol apresentado por MATTOSO, José – "A guerra civil de 1319-1324" in *Portugal Medieval. Novas interpretações* (...), op. cit., p. 300 a 302.

⁸² INA-TT, *Ch. D. João I*, I, 2, f. 97; MATTOSO, José – "A guerra civil ...", op. cit., p. 298.

⁸³ MATTOSO, José – "1096-1325", op. cit., p. 163.

⁸⁴ "Chronica do muito alto, e esclarecido principe Dom Diniz (...)", op. cit., Cap. XXIII, p. 295. Cf. JESUS (Fr.), Rafael – *Monarquia Lusitana*, ed. cit., Parte Sétima, p. 77, 145 a 148.

⁸⁵ Cf. SARAIVA, Hermano – "O apogeu dionisino", op. cit., p. 35.

⁸⁶ No couto de Penegate (*vd.* BARROCA, Mário Jorge – *Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares*, Separata da *Revista de História*, vol. 9, Porto, CHUP, 1989, p. 30 a 41).

⁸⁷ Como se pode ler nas mercês outorgadas ao concelho por carta dada em Leiria, 1322.04.21 (AMAP, *Livro das Provisões*, f. 12; publicado nos VMH, Doc. 301). A este momento se referem, depois, os inconvenientes causados pela igreja de S. Domingos, mesmo pegada aos muros, do lado de fora. Tal posicionamento, serviu para facilitar a entrada. Motivo que levará a ordenar o seu afastamento, por ordem régia. Este, como outros assuntos que se prendem directamente com a paisagem construída, serão tratados em local próprio, ao longo deste estudo.

⁸⁸ Evocados os serviços e “façanha de lealdade” nessa vila, o monarca altera o período do relego, quer na data, quer na duração, em manifesta vantagem para a vila (Leiria, 1322.04.21 – AMAP, *Livro das Provisões*, f. 13). Por carta dada no mesmo dia, e à qual nos referimos já, a propósito da pouca ajuda e ‘contra-ajuda’ de alguns moradores nos julgados de Celorico de Basto, Montelongo, Travassós e Freitas, defere o monarca a favor do concelho de Guimarães, reafirmando a obrigatoriedade de virem, daqui em diante, defender os muros da vila, bem como a acompanhá-los, sempre que se trate de serviço para o rei, entre outras ‘obediências’ (AMAP, *Livro das Provisões*, f. 12). Por carta dada em Santarém (1324.03.16), a todo o reino faz lembrar o bom e leal serviço feito por Guimarães e, a propósito, a isenção do pagamento de portagens por todo seu senhorio. Tratando-se de uma mercê já adquirida, nem sempre a respeitavam. Evocada, fica, a defesa das suas mercadorias (AMAP, *Livro das Provisões*, f. 9v).

⁸⁹ Por carta dada em Santarém, a 1322.11.15, ratifica a defesa de aposentadorias nas igrejas e herdamentos da referida instituição (AMAP, *Livro dos Privilégios*, I, f. 11v; publicada nos VMH, Doc. 305). Em manifesta protecção da Colegiada, face aos vigários de Braga, manda proceder a inquirição para reiterar os direitos que a igreja de Guimarães tinha no couro de Moreira de Cónegos, por carta dada em Guimarães, 1324.04.24 (AMAP, *Perg. Col.*, n.º 79; publicada nos VMH, Doc. 307).

⁹⁰ De novo se evocam as “façanhas de gram lealdade”, privilegiando-se, expressamente, as milícias de ambos os concelhos. Entre outras defesas, terão, doravante, honras de cavalaria. Decorrentes das mesmas, a situação que passavam a usufruir, nos cursos das justiças (Carta dada em Lisboa, 1322.06.12 – INA-TT, *Ch. D. Dinis*, I, 3, f. 142v).

⁹¹ Mais concretamente o diploma daí emanado no dia 21 do referido mês: INA-TT, *Ch. D. Afonso IV*, I, 3, f. 21v (vd. AZEVEDO, Pedro de – “A chancelaria de D. Afonso IV”, *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 6, 1912, p. 189).

⁹² Segundo o documento publicado nos VMH (315), em 14 de Agosto deste ano, D. Afonso IV perdoava, oficialmente, ao infante. Na companhia da rainha, tudo se terá passado nos claustros de São Francisco.

⁹³ Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz – *O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir*, Separata do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, Congresso Internacional, Actas, vol. II/1, Braga, 1990, p.389 a 462 e *O poder e a sociedade ao tempo de D.Afonso IV*, Separata de *Revista de História*, vol.VIII, Porto, CHUP, 1988, p.35 a 51.

⁹⁴ Segundo MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise (...)*, op. cit., e nas suas palavras (p. 501, nota 1), “o melhor estudo sobre a batalha do Salado e os seus antecedentes e consequentes deve-se a Ambrosio Huici – *Las Grandes Batallas de la Reconquista durante las Invasiones Africanas (Almoravides, Almohades y Benimerines)*, Madrid, 1956, p. 331-387”. Artigo recente, sobre as fontes e a memória narrativa desta outra batalha, pode ver-se em SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “O Sangue, a Cruz e a Coroa. A memória do Salado em Portugal”, *Penélope – Fazer e Desfazer a História*, n.º 2/Fevereiro 1989, Lisboa, Quetzal Ed., 1989, p. 27 a 48.

⁹⁵ Vd. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise (...)*, op. cit., p. 498.

⁹⁶ Cf. “Chronica delRey Dom Afonso O Quarto”, op. cit., Cap. XXXXI, p. 406 a 408 e Cap. XXXXII, p. 408 a 411.

⁹⁷ Sobre a conjuntura deste reinado cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise (...)*, op. cit., p. 505 a 509.

⁹⁸ Cf. RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “Pedro I, D. (1320-1367)”, *Dicionário de História de Portugal*, (dir. de Joel Serrão), vol.3, Porto, Livraria Figueirinhas, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 334 a 335 e HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Subsídios para o estudo da administração central no reinado de D. Pedro I*, Separata da *Revista de História*, vol.1, Porto, CHUP, 1978, p.1 a 55.

⁹⁹ Pelo menos entre os dias 5 a 10 (RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O Itinerário de D. Pedro I (...)”, *op. cit.*, p. 164.

¹⁰⁰ A 2 deste mês ainda despachava de Guimarães, de onde partiu para Braga (cf. *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)* (Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, INIC, 1984, p. 178 a 180).

¹⁰¹ Pelo menos entre os dias 18 e 28 (RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “Itinerário de D. Pedro I (...)”, *op. cit.*, p. 170; *Chancelaria de D. Pedro I (...)*, *op. cit.*, p. 363 a 370.

¹⁰² Em 1357.06.20, por carta dada em Lisboa (*Chancelaria de D. Pedro I (...)*, *op. cit.*, p. 9).

¹⁰³ O diploma relativo aos besteiros de Guimarães parece-nos ter sido o primeiro do seu reinado, em tal matéria (1357.08.22), seguido do de Leiria e de teor semelhante. No ano seguinte, foi a vez de Almada, Coimbra e Santarém. Depois, seguem-se privilégios iguais para outros concelhos, como Beja e Silves (1359), Évora (1361), Viseu (1363), Marialva e Loulé (1366), entre outros, e algumas confirmações – vd., respectivamente, Docs. n.º 79, 118, 227, 321, 329, 362, 416, 503, 804, 1136 e 1172 publicados em *Chancelaria de D. Pedro I (...)*.

¹⁰⁴ Por carta dada em Tentúgal, 1357.09.09 (*Chancelaria de D. Pedro I (...)*, *op. cit.*, Doc. 159, p. 62.

¹⁰⁵ Confirma os privilégios a São Torcato por carta dada em Coimbra (1357.10.21), e por outra dada em Santarém (1359.12.21): AMAP, *Livro dos Coutos*, f. 13 e 40v; ao mosteiro da Costa, por carta dada em Óbidos (1357.09.92): *Chancelaria D. Pedro I (...)*, *op. cit.*, Doc. 194, p. 73.

¹⁰⁶ Gonçalo Teles, por carta dada no Porto em 1363.05.10 (*Chancelaria de D. Pedro I (...)*, *op. cit.*, Doc. 808, p. 362).

¹⁰⁷ Ambas dadas em Santarém, na mesma data da anterior (*Chancelaria de D. Pedro I (...)*, *op. cit.*, Doc. 898 e 899. O primeiro dos documentos citados reproduz-se numa cópia existente no AMAP (*Livro I dos Privilégios*, f. 12 v).

¹⁰⁸ Cf. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Sinais de crise nas finanças concelhias, na Guimarães fernandina: as quitações de 1371*, Separata da *Revista de Guimarães*, vol. 103, Guimarães, SMS, 1996, p. 298 a 323.

¹⁰⁹ Por carta dada em Santarém, 1367.03.10 (INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 27).

¹¹⁰ Em 1367.04.10 (INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 6v). Tal ocorria como corolário de significativas doações que haviam pertencido a Afonso Sanches (1367.04.08, *Ch. D. Fernando (...)*, f. 4). Na linha de “um monarca feudal”, na expressão de MARQUES, A. H. de Oliveira (*Portugal na crise (...)*, *op. cit.*, p. 510).

¹¹¹ Por carta dada em Lisboa, 1368.08.28 (INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 21v).

¹¹² Por carta dada em Santarém, 1368.11.25 (AMAP, *Livro I dos Privilégios*, f. 13 v).

¹¹³ A pedido do citado mestre Vicente, validava a jurisdição dos priores em matéria de sentenças de excomunhão, face aos que violavam os direitos e bens da sua Igreja (AMAP, *Livro I dos Privilégios*, f. 14).

¹¹⁴ Os gestos de favorecimento do monarca vão tomar uma expressão mais nítida após o primeiro envolvimento com Castela, em 1369. Desde logo se sente a ameaça que era, para Guimarães, a composição e acrescentamento de senhorios: veja-se o do conde de Barcelos, entre muitos outros. Neste redistribuir de terras, Guimarães perdeu a favor do infante D. João (cf. *Chancelaria de D. Pedro I*, Doc. 827, p. 372 a 374). Depois, como mais a propósito se verá, o senhorio deste infante vai dilatar-se via desmembramento de várias freguesias, terras e julgados que quedavam sob alçada das vilas de Guimarães e do Castelo.

¹¹⁵ Vd. VALDÉON, Julio – “León y Castilla”, Primera Parte do vol. IV da *Historia de España* (dir. por Manuel Tuñón de Lara) – *Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)*, 3.ª ed., Barcelona, Ed. Labor, SA, 1983, p. 128.

¹¹⁶ LOPES, Fernão, *op. cit.*, Cap. XXV, p. 75 e 76.

¹¹⁷ *Op. cit.*, Cap. XVI, p. 78.

¹¹⁸ *Op. cit.*, Cap. XXXIII, p. 91 e 92.

¹¹⁹ *Op. cit.*, Cap. XXXIV, p. 93 e 94.

¹²⁰ Bom cavaleiro, lançou-se dentro da vila com seus filhos Fernão Gonçalves e Estêvão Gonçalves (depois, mestre de Santiago), com quarenta de cavalo e outros fidalgos da comarca, “assaz boa gente” (*idem, ibidem*).

¹²¹ Pai de Lopo Dias de Azevedo, terá entrado na vila, sob o disfarce de panos de burel, dizendo que era homem do julgado e que ia velar. Os de dentro conheceram-no e prenderam-no. Perante a morte, confessou que entre ele e D. Henrique havia acordo que pusesse fogo à vila em quatro partes e, enquanto acessem a apagar o fogo, facilitaria a entrada a D. Henrique. Diz o cronista que, perante tal traição, mataram-no e deixaram-no comer pelos cães; (*idem ibidem*).

¹²² Diz-se que vinha preso por D. Henrique, desde a morte de D. Pedro I, mas não com ferros, de modo a poder fugir. Segundo uns, terá entrado ao serão, a pretexto de convencer os vimaranenses a entregarem-se. Com ele, o alguazil lhe vigiaria as ‘falas’. Uma vez à beira do muro, lançou-se dentro. O guarda, quando tal viu, com medo de D. Henrique, aventurou-se à morte e meteu-se dentro com ele, pelo que foi logo preso; segundo outros, não foi assim. Antes, saindo, um dia, Gonçalo Pais de Meira com seus filhos, gentes, e Gonçalo Garcia da Feira, para além de muitos da vila, deram no arraial de D. Henrique e mataram alguns castelhanos. E, chegando à tenda onde estava o conde, tomaram-no por força e trouxeram-no para dentro da vila (*idem, ibidem*).

¹²³ De 1369.09.20, num diploma datado de Coimbra (AMAP, *Perg. Câmara*, n.º 1, publicado nos VMH, Doc. 329) D. Fernando defere uma série de pedidos feitos pelo governo da vila de Guimarães, já no *post cerco*. Deste modo, tem de contar-se com o tempo necessário à sua redacção – e tudo indica que se tratou de um longo documento –, com o tempo de o levar ao rei, e com o tempo necessário ao seu deferir. Se não é possível quantificar, com segurança, os dias destes processamentos, é pelo menos necessário reduzir o cômputo de Fernão Lopes ou, então, colocar a hipótese de o cerco ter começado antes do primeiro de Setembro.

¹²⁴ Referimo-nos à já citada carta dada em Coimbra, 1369.09.20 e cujo único exemplar, que se conhece, se encontra no já citado fundo arquivístico municipal, sob a designação de *Pergaminhos da Câmara*.

¹²⁵ Neste passo, confirma-se uma das hipóteses constante na crónica de Fernão Lopes, no que se refere ao conde D. Fernando de Castro – foram os de dentro da vila que, indo ao arraial de D. Henrique, lhe tomaram, por força, o dito D. Fernando de Castro, que o rei de Castela trazia preso.

¹²⁶ Carta dada em Coimbra, 1372.02.21 (AMAP, *Livro das Provisões*, f. 10v). Com base nesse argumento, o concelho de Guimarães pede que lhe sejam dadas por termo as terras de Basto, Celorico, Roças, Vieira e Vila Boa de Guilhofrei. Pelo deferir régio, os moradores das referidas terras ficavam obrigados a velar a cerca e a ajudar na sua reparação.

¹²⁷ Carta dada em Guimarães, 1372.07.20 (INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 108v). O teor da resposta deixa perceber que a vila constrangia os carnicheiros, peixeiros e padeiras a vender fora da cerca do Castelo.

¹²⁸ PINTO, Sérgio Silva – “O primeiro tratado de aliança anglo-português (...)”, *Scientia Iuridica*, op. cit., p. 195. A propósito desta ratificação, e pelo facto do duque de Lencastre se intitular rei de Castela, o autor frisa bem que não se tratou de uma aliança luso-castelhana. A corroborar o facto, o próprio Fernão Lopes que, vivendo mais perto dos acontecimentos, o considerou uma aliança com os ingleses, por um lado; por outro, a ratificação no *Tratado de Londres* de 1373 foi levada a cabo pelo monarca inglês. Cf. ARNAUT, Salvador Dias – “A crise nacional (...)”, op. cit., p. 34.

¹²⁹ *Vd.* PINTO, Sérgio Silva – *Guimarães, berço da aliança*, Separata da *Revista de Guimarães*, vol. LXIII, Guimarães, 1953 (Texto da Conferência pronunciada na Sociedade Martins Sarmento em 12 de Julho de 1953).

¹³⁰ Assim se interpretam certos acrescentamentos feitos em favor do conde de Barcelos: por carta dada em Braga, 1372.08.15 (INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 110v) D. João Afonso recebe o julgado de Freitas, a terra de Gominhões, a de Ogilde (integrada em S. Torcato), a de Silvares, a de S. Martinho do Conde, a de Nespereira, entre outras que já haviam pertencido a Guimarães. O justificativo baseava-se no pagamento da contia de cinquenta lanças. Cedia a jurisdição cível da terra de Vermoim (já dada a Guimarães, tanto a cível como a crime, como se referiu) a Telo Gonçalves de Aguiar (INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 93v), algo que o monarca anula, face à queixa do concelho, por carta dada em Santarém, 1373.06.21 (*Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 127). Neste diploma, volta a referir-se a privação de Guimarães de grande parte do seu termo, a favor do infante D. João, algo que iria prolongar-se até ao final do seu reinado (*Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 111, 127v, 170, 173v; l. 2, f. 61 e 85). Sobre este assunto, podem ver-se, ainda e entre outros, INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 2, f. 10v e 11 (doações a Rui Dias de Azevedo); f. 13 e 13v (doações a D. Pedro de Castro); f. 19 (préstamo a Teresa Esteves); f. 61 (préstamo a Constança Afonso de Faria); f. 61 (préstamo a Gonçalo Mendes de Vasconcelos); f. 62v (doações a Afonso Lopes de Teixeda); f. 85v (préstamo a Mem Freixo, vassalo do rei); l. 3, f. 35 (préstamo de Fernão Caminha, vassalo do rei); f. 41v e 42 (mercês feitas a Diogo Gil Farazão, vassalo do rei); f. 65v (préstamo a João Gonçalves de Teixeira); f. 76v (rendas a Leonor Martins, viúva de Gonçalo Pais de Meira), entre outros.

¹³¹ Depreende-se a pressão causada por estadias longas dos fidalgos, pela carta régia dada em Leiria, 1376.11.03. Redactada em resposta a um pedido dos homens bons de Guimarães, em que se invocava o foro que tinha desde o primeiro rei e confirmado pelos seguintes: que nenhum fidalgo pousasse na vila, contra vontade do senhor da casa. D. Fernando, contudo, expedia cartas “a castellãaos gram peça dellas que lhes dem na dicta villa pousadas e camas e palhas e lenhas sem dinheiros (...)”. Em resposta ao agravo, o monarca limita a oito dias a estada dos fidalgos, no decurso dos quais lhe haveriam de

proporcionar, sem qualquer pagamento, casas e camas. Só pagariam as restantes coisas. Acima desse tempo, pagariam todas as despesas (INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 1, f. 198v).

¹³² Não tendo ficado capítulos das referidas Cortes, realizadas em Agosto de 1380, dos concelhos nortenhos apenas se conservaram as procurações Guimarães e Ponte de Lima. O diploma relativo a Guimarães, existente no Archivo General de Simancas (*Patronato Real*, leg. 47-14, 3952, f. 48) encontra-se publicado por ARNAUT, Salvador Dias – “A crise nacional dos fins do século XIV. I, A sucessão de D. Fernando”, *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, vol. XXXV, Coimbra, 1959, p. 326 e 327; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I*, vol. I (1367-1383), ed. preparada por A. H. de O. Marques e Nuno Pizarro Dias, Lisboa, INIC-CE da UNL, 1990, p. 175 e 176.

¹³³ Desta vez, indigitados Diogo Gil, escudeiro e vassalo do rei e Fernão Martins, ambos vizinhos de Guimarães (documento conservado no Archivo General de Simancas – *Patronato Real*, leg. 47, f. 62, publicado por ARNAUT, Salvador Dias – “A crise nacional (...)”, *op. cit.*, p. 433).

¹³⁴ INA-TT, *Ch. D. Fernando*, l. 2, f. 110v.

¹³⁵ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, *op. cit.*, Cap. XI, p. 24 a 30.

¹³⁶ *Op. cit.*, Cap. LXVIII, p. 134.

¹³⁷ *Idem*, *op. cit.*, p. 22, onde o cronista redacta diversos nomes e, de escudeiros, fala em oitenta. Para além dos fidalgos portugueses – alguns bem conhecidos – estavam galegos e castelhanos.

¹³⁸ *Idem* *op. cit.*, p. 22.

¹³⁹ *Idem*, *op. cit.*, p. 22.

¹⁴⁰ *Idem*, *op. cit.*, p. 23.

¹⁴¹ *Idem*, *op. cit.*, Cap. X, p. 23 a 25.

¹⁴² *Idem*, *op. cit.*, p. 25.

¹⁴³ *Vd.* MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de el-rei Dom João I*, Lisboa, ICALP, Ministério da Educação, 1988, p. 25: o rei, de caminho a Guimarães, seguiu o percurso de Penamacor, Guarda, Trancoso e Lamego, onde alterou o projecto, face à notícia da vinda do duque de Lencastre ao Porto, onde permanecerá entre Agosto e Setembro do dito ano de 1386. *Cf.* LOPES, Fernão – *op. cit.*, Cap. LXXVII, p. 192.

¹⁴⁴ MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.*, p. 26.

¹⁴⁵ LOPES, Fernão – *op. cit.*, Cap. XCIV, p. 221. MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.*, p. 26.

¹⁴⁶ MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.*, p. 31, onde dá a conhecer que o primeiro documento que atesta a presença régia em Guimarães data de 7 de Janeiro, e que tal estada se prolonga, sabidamente, até 30 do mesmo mês. Daí, de novo para o Porto – segundo o autor que vimos a citar, “pela necessidade de cumprir os seus imperativos matrimoniais”, datando o seu casamento, com D. Filipa, de 2 de Fevereiro de 1387.

¹⁴⁷ MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.*, p. 32.

¹⁴⁸ *Op. cit.*, p. 32. LOPES, Fernão – *op. cit.*, Cap. CXIV, p. 255 e 256.

¹⁴⁹ INA-TT, *Ch. D. João I*, l. 2, f. 3v e 4.

¹⁵⁰ MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.*, p. 87 a 90. Vd. SOUSA, Armindo de – *As Cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, vol. I, Porto, INIC/CHUP, 1990, p. 319 e notas 76 e 321 a 324, fundamentalmente. Pelo menos nelas participaram representantes dos concelhos de Coimbra, Elvas, Santarém e Lisboa (p. 322); *cf. idem, op. cit.*, vol. II, p. 13, 91, 175, e, particularmente, p. 256 a 257.

¹⁵¹ MORENO, Humberto Baquero – *op. cit.*, p. 91 a 93.

¹⁵² *Idem, op. cit.*, p. 119 a 121.

¹⁵³ A mero título de exemplo, *cf. INA-TT, Ch. D. João I*, l. 1, f. 25 v (perda de bens para Gonçalo Romeu, que fora em conselho de se dar a vila a Castela – 1384.08.20); l. 1, f. 42v (perda de bens para Afonso Pires do Outeiro e João Gonçalves do Couto, moradores em Guimarães – 1384.09.02); l. 1, f. 50 (perda de bens para João Lourenço do Paço, morador em Guimarães – 09.08.1384) e l. 1, f. 107v e 108 (perda de bens que Paio Correia havia na vila e termo – 1385.05.29).

¹⁵⁴ Recorde-se que D. Afonso, filho ilegítimo de D. João I, casou em 1401 com D. Beatriz, filha de Nuno Álvares Pereira, recebendo, com ela, largas doações territoriais, base da futura Casa Ducal de Bragança, a partir de 1442. Entre elas, contava-se o condado de Barcelos, a vila de Chaves e seu termo, as terras de Penafiel, Basto, Montalegre e várias quintas, honras, coutos e julgados (vd. CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, FCB, 1990, p. 25 a 33, 84 a 97 e quadros em anexo).

¹⁵⁵ Doação datada de Santarém, em 1385.08.23 (INA-TT, *Ch. D. João I*, l. 1, f. 144 e TT, *Místicos*, l. 4, f. 57v). *Cf. SOUSA, António Caetano de – Provas (...), cit.*, t. III, II Parte, p. 91 a 98.

¹⁵⁶ E Ponte de Lima, Valença, Vila Real, Chaves, Bragança e Atouguia (INA-TT, *Místicos*, l. 4, f. 57v: 1385.08.23).

¹⁵⁷ Doação em 1401.11.01 e confirmação em 1401.11.08 (INA-TT, *Ch. D. João I*, l. 2, f. 175v e 176; INA-TT, *Místicos*, l. 2, f. 238 a 239v). *Cf. SOUSA, António Caetano de – História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Nova edição revista por M. Lopes de ALMEIDA e César PEGADO), t. V, Coimbra, Atlântida Editora, l.^{da}, 1948, p. 5 e 6.

¹⁵⁸ O que se verificou por carta régia de 1403.01.26 (INA-TT, *Além Douro*, l. 2, f. 128 a 129). D. João I alega, então, que tendo vindo, “ora” o referido prior, lhe prometera dar terras com jurisdições que rendessem tanto como o priorado que ele havia. Assim, determina que haja em dias de sua vida, ou até haver outra dignidade de que se contente, a sua vila de Guimarães, com toda a sua jurisdição, mero e misto império, e as rendas dela, termo e almoxarifado, com excepção das sisas reais e *serviço novo* dos judeus, reservando a correição e alçada. Note-se que antes já lhe havia feito doação da Terra de Penela (Riba de Lima) com todas suas rendas, direitos e jurisdições (cível e crime), em sua vida (1386.10.11 – INA-TT, *Chanc. D. João I*, l. 1, f. 184); *cf.*, a propósito, BRANDÃO, Fr. António – *Monarquia Lusitana*, Parte Sexta, L. XVIII, p. 213 a 215.

¹⁵⁹ Quando o concelho pede ao rei que lhe seja devolvida a jurisdição de umas quantas terras que eram da sua esfera de governo, ao referir a jurisdição cível e crime da vila, parece haver um desfasamento entre o teor das enumerações contidas neste pedido e o texto da doação, que citámos (*cf. TT, Ch. D. João I*, l. 3, f. 83 e *Além Douro*, l. 2, f. 128 a 129).

¹⁶⁰ Para dimensionar a extensão deste senhorio vd. o estudo mais recente que temos vindo a citar de CUNHA, Mafalda Soares – *Linhagem, parentesco e poder (...)*.

¹⁶¹ INA-TT, *Místicos*, l. 2, f. 226v; publicada em SOUSA, António Caetano de – *Provas da História Genealógica (...)*, op. cit., t. III, II Parte, n.º 5, p. 16. Em 1420, D. João I confirmava a venda feita a D. Afonso de certas herdades que haviam integrado os bens de Álvaro Gonçalves de Freitas; em que se contavam casas e casais na freguesia de Brito, Figueiredo e de S. Martinho de Leitões, que constaram, por momentos diversos, do termo de Guimarães (1420.10.20: INA-TT, *Ch. D. João I*, l. 4, f. 29v e 30).

¹⁶² Este contrato refere especificamente o dote e doação, por motivo daquelas núpcias, 13 000 dobras, cujos processos de pagamento o monarca especificava. Pagas, de imediato, 4 000, dava como penhor das restantes as terras que “ora de nos tem o dito Conde em termo de Guimarroens com todas suas rendas direitos, e foros e cabedaes e geiras, e com obrar e pobrar e com todolos outros direitos, e direituras e pertenças que em ellas avemos e o serviço Real dos judeus, e Portagem e outras rendas miudas, assim como de mordomagem e asougagem e rendas e foros de Caza aos de outras couzas que avemos em a billa de Guimarroens (...)”. Para além de outras terras enumeradas neste penhor, um pouco mais adiante redacta-se “que el tenha e aja todalas terras suso ditas assim as do termo de Guimarroens, como as que Martim Basques ora tem (...)”. Em passos seguintes volta a falar-se das ditas terras e rendas do termo de Guimarães, e os direitos acima referidos da vila, até que as 9 000 dobras estejam todas pagas. Estipula-se o processamento a ter, sobre as 4 000 dobras, que o conde daria de arras a D. Constança, em caso de falecimento de uma das partes e, caso D. Constança ficasse viúva “aja logo e cobre e tenha as ditas terras de Guimarroens e direitos da dita bila por o dito seu dote e em penhor dos dinheiros (...)” (publicado em SOUSA, António Caetano de – *Provas do Liv. VI da Historia Genealógica (...)*, cit., p. 22 a 26). Face ao exposto, cremos que não se pode inferir deste contrato que, nesta data, o senhorio tenha passado para o conde de Barcelos ou, por sua morte, a D. Constança.

¹⁶³ Carta do Regente D. Pedro, datada de 1440.05.08: INA-TT, *Ch. D. Afonso V*, l. 20, f. 127v (reproduzida em INA-TT, *Místicos*, l. 3, f. 182). Em 1448.10.08, D. Afonso V dá-o, novamente, por fronteiro-mor nas ditas comarcas: publicada em *Monumenta Henricina*, vol. IX (1445-1448), Coimbra, 1968, Doc. 200, p. 319 a 321. Cf. MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, 1973, p. 75.

¹⁶⁴ TT, *Místicos*, l. 3, f. 262. Refira-se, que a propósito, SOUSA, António Caetano de (*História Genealógica...*, cit., t. V, p. 23) escreve: “Depois [de 1442] foy Bragança levantada ao foro de Cidade. Por esse tempo parece lhe concedeo o Cível, e Crime da Villa de Guimarães, de que já era Senhor”.

¹⁶⁵ *Idem*, Cap. CXXIX, p. 757.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ Carta de 1449.06.18: INA-TT, *Místicos*, l. 13, f. 110v.

¹⁶⁸ INA-TT, *Místicos*, l. 3, f. 115 e 115v (1449.07.04).

¹⁶⁹ Prevendo-se a reposição da Casa de Bragança na pessoa de D. Jaime – o que veio a suceder (com base na doação que fora feita a D. Fernando (II) por D. Afonso V, e de quem era legítimo herdeiro (carta de D. Afonso V, dada em Toro (1475.07.18) inserta na confirmação feita por D. Manuel, em Setúbal (1496.06.24, publicada em SOUSA, António Caetano de – *Provas (...)*, cit., t. III, Parte II, p. 228 a 230), o concelho protesta: na pessoa de seu procurador, faz chegar a Diogo Pinheiro, do Desembargo Régio, uma outra carta de D. Afonso V, passada na sequência da doação que fizera de Guimarães ao conde D. Afonso. Nela justifica a grande obrigação que o moveu a doar a vila ao referido conde e, depois, a seu filho, D. Fernando (I),

porque a vila sempre fora realenga. Prometia, por "sua fé real" e face ao agravamento e requerimento do concelho, que por falecimento de D. Fernando, ou por qualquer outra maneira que a deixasse, jamais por ele ou por seus sucessores poderia ser dada a alguma pessoa, por muito excelente e nobre que fosse, ainda que filho legítimo do rei, salvo se do primogénito se tratasse. Tornava nula qualquer doação que fosse feita e encomendava aos sucessores que assim o cumprissem (passagem inserta na carta dada em Setúbal (1496.05.17). Tal diploma prova que, de cada vez que os monarcas outorgavam a referida jurisdição, o concelho reagia (*idem*, *op. cit.*, p. 231). Como se pode concluir, nem D. Afonso V cumpriu a promessa, ao doar, de novo, a vila a D. Fernando (II), nem os seus sucessores.

¹⁷⁰ Vd. PIMENTA, Alfredo – *A quem pertence a Casa de Bragança?*, Lisboa, 1933.

¹⁷¹ Cf. os quadros relativos aos seguidores do Infante em MORENO, Humberto Baquero – *A batalha de Alfarrobeira (...)*, *op. cit.*, p. 429 a 511 e dados biográficos em apêndice (p. 997 a 1085); INA-TT, *Ch. D. Afonso V*, l. 11, f. 26. No que se refere a Guimarães, recorde-se o caso de Rui da Cunha, prior da colegiada e seus criados. Após Alfarrobeira, seguiu-se a confiscação dos bens dos adeptos de D. Pedro. Entre os agora castigados, podem ver-se vários vimaranenses (*A batalha de Alfarrobeira (...)*, p. 590 e 598).

¹⁷² Em Dezembro de 1448 queixava-se o Infante D. Pedro do facto do duque de Bragança ter substituído os oficiais das cidades e vilas de Entre Douro e Minho, fazendo-os substituir por outros, naturalmente da sua confiança (vd. MORENO, Humberto – *A batalha de Alfarrobeira (...)*, *op. cit.*, p. 325, nota 17, p. 327 e 668).

¹⁷³ Carta de doação feita por D. Afonso V, em Santarém (1461.12.06 – TT, *Gavetas 14*, m. 7, n.º 15), cujo castelo e vila herdaria por morte do duque, seu pai, D. Fernando (I), com jurisdição cível e crime, mero e misto império. Como era uso, o monarca reserva-se no direito de correição e alçada, em termos de jurisdição, e as sisas, em matéria fiscal. Sobre o assunto, cf., entre outros, INA-TT, *Ch. D. Afonso V*, l. 8, f. 153; l. 9, f. 144 e 144v; l. 32, f. 137 e 137v; l. 38, f. 53v.

¹⁷⁴ INA-TT, *Ch. D. Afonso V*, l. 7, f. 31v; INA-TT, *Col. Guim., Docs. Part.*, m. 60, n.º 37. Vd. MARQUES, José – "A colegiada no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos", *cit.*, p. 287 e 288 e, do mesmo autor, "O príncipe D. João (II) e a recolha das pratas das igrejas para custear a guerra com Castela", *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, *Actas*, vol. I, *D. João II e a política quatrocentista*, Universidade Do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 201 a 219.

¹⁷⁵ Cf., a propósito, DUARTE, Luís Miguel; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V*, *op. cit.*, p. 175 a 221.

¹⁷⁶ Cf. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Gerir e julgar em Guimarães na Idade Média (...)*, *op. cit.*, p. 11 a 16.

¹⁷⁷ Vd. BRITO, A. da Rocha – *O «Tratado sobre a província d'antre Douro e Minho e suas avondanças, copilado por mestre António físico e çologriam morador na vila de Guimarães e natural della»*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1935.

Oito painéis de João Glama Ströberlle na Sé Primacial (Braga)

Paula Mesquita Santos

Às referências biográficas de João André Chiappe, discípulo do pintor setecentista João Glama Ströberlle, devemos o ter-nos indiciado acerca de uma série de quadros da Sé de Braga¹, de que ultimamente nos foi proporcionado o exame directo e fornecidas indicações complementares no Museu de Arte Sacra. Abrangem a área cronológica que ronda o último terço do século XVIII, coincidente com o arcebispado de D. Gaspar de Bragança, considerado sob o ponto de vista artístico como um período desastroso para a catedral, em que se fizeram obras no claustro prejudicando a Capela dos Reis e se destruiu o retábulo-mor renascentista edificado por D. Diogo de Sousa.

Sucedeu-se esta controversa campanha às grandes reformas promovidas pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles em 1715. Nessa altura a decoração constituiu um dos mais sumptuosos ambientes de que há notícia na igreja portuguesa, em conformidade com a mentalidade barroca e como impunham as disposições pós-tridentinas. Para isso contribuiu desde logo a luminosidade devida à abertura de frestas e de dois zimbórios, bem como a ornamentação feita de colunas estucadas e capitéis coríntios de talha dourada, pinturas no tecto caiado e paredes cobertas de azulejos; os altares das naves laterais invocavam, no lado da Epístola, as imagens de S. Rodrigo, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Loreto e Almas; no lado do Evangelho, relíquias no Santuário, imagens de S. Brás e S. Sebastião, Santo Homem Bom e S. Bento². Em consonância com este programa de exemplar unidade estética seguiu-se

a reforma do cadeiral do coro e a instalação de dois órgãos nos varandins da nave central, segundo determinou o Cabido durante o período da sede vacante, entre 1728-41.

Retomando as obras durante o arcebispado de D. Gaspar de Bragança abarcando os anos de 1758 a 89, que efectivamente nos interessam para o nosso tema, traduziram-se em radicais alterações no interior da catedral, de que deixou triste memória a destruição do retábulo da capela-mor mandado edificar por D. Diogo de Sousa no século XVI. A situação dos altares das naves laterais também mudou em 1779-80, justificada pela visão do prelado na óptica neoclássica da época, como é evidente. Tal plano de valorização material – considerado por alguns como atentado ao património do monumento procedente do desejo de grandeza do prelado – está de acordo com uma nova composição dos altares integrando, como sua componente principal, a pintura distribuída por oito painéis num espaço de encenação por excelência. Como apontam os estudiosos da arte bracarense, inclusivé defende a mais recente dissertação sobre talha neoclássica³, baseando-se no manuscrito das *Memórias de Braga* por João Baptista Vieira Gomes⁴, o ciclo decorativo recorria ao seguinte plano, a que se fazem corresponder as antigas invocações⁵:

Nave da Epístola	Nave do Evangelho
S. João Baptista (outrora S. Rodrigo)	Imaculada Conceição (outrora o Santuário)
S. Sebastião (outrora N.ª S.ª do Rosário)	Santa Casa do Loreto (outrora S. Francisco)
Martírio de S. Rodrigo (outrora N.ª S.ª do Loreto)	S. José (outrora Santo Homem Bom)
St.ª Bárbara (outrora Confraria das Almas)	S. Bento (outrora S. Jorge)

A área de colocação dos retábulos foi ponderada pelo pintor Glama em função do espaço das naves laterais do grandioso templo⁶, de que subsistem reproduções fotográficas onde se distingue a talha neoclássica que emoldurava os painéis⁷, guarnecida de pintura de marmoreados por António José Amorim, um qualificado artista de Lisboa que superava os bracarenses no

lavor do mármore fingido ao estilo moderno, segundo influência da Capela Real de Mafra, como fundamenta Maria Luísa Reis Lima no seu estudo da talha na cidade dos arcebispos⁸.

Reflectindo sobre o sentido estético deste ciclo decorativo, não é possível esclarecer acerca da substituição dos cultos das Relíquias, Almas, Nossa Senhora do Rosário e Santo Homem Bom, da mesma forma que parece ser irrelevante especular sobre a adopção dos cultos de Santa Bárbara, Imaculada Conceição e S. José porque correspondem a venerações tradicionais do catolicismo absolutamente enraizadas em Portugal. Quanto à permanência de duas, entre as quatro invocações introduzidas por D. Rodrigo de Moura Teles, nomeadamente o culto de S. Bento e de S. Rodrigo seu homónimo, nada há a acrescentar a não ser que esta última veneração ao patrono de Córdoba deve ter obedecido a uma questão de respeito pelo arcebispo, individualidade que ficou célebre na história eclesiástica bracarense pela reedificação da capela de S. Geraldo e o seu traslado em 19 de Dezembro de 1712, entre outras importantes reformas na Sé a que já se aludiu, e empreendimentos na cidade primaz, como o Bom Jesus do Monte.

Finalmente é preciso notar que por iniciativa da Comissão dos Monumentos Nacionais os oito retábulos com painéis de João Glama foram retirados do culto em meados do século XX, apenas subsistindo as doze estátuas pétreas em tamanho natural dos Apóstolos e dos quatro Doutores da Igreja. O facto dos altares terem sido removidos encontra o seu motivo lógico na exclusão de outros elementos decorativos do período setecentista porque entretanto se considerou que não ligavam com o estilo românico da basílica.

À parte a contribuição iconográfica dos painéis de Glama, autor de ignorados retratos de clérigos bracarenses de que oportunamente daremos notícia, acrescentaremos algumas notas biográficas:

João Glama Ströberlle (Lisboa 1708 – Porto 1792), pintor de origem austríaca, era filho de João Armando Glama e de sua mulher de apelido Stroeberle, descendente de uma família da Boémia. Tendo em conta a *Colecção de Memórias* de Cyrillo Volkmar Machado de 1823 e o testemunho de André Chiappe tornado público pelo Cardeal Saraiva na sua Lista de autores de 1839 é de crer que tenha nascido em Lisboa em 1708, já que os pais integravam o

séquito da princesa D. Mariana de Áustria, que nesse ano veio para Portugal para o casamento com D. João V.

Foi discípulo de Domingos Vieira (Lusitano) na capital e estudou em Roma desde 1734 e durante sete anos com Marco Benefial, o pintor com obra feita na Basílica de S. João de Latrão que foi copiado pelo seu aluno com diligência. Chiappe assinala que fez progressos tão rápidos que excedeu os companheiros de estudo na Academia de S. Lucas, onde foi premiado. Aí realizou diversas cópias do antigo e dos grandes mestres, segundo atesta um álbum de desenhos. Foi associado da Arcádia Romana sob o epíteto de Pastor Talarco Alesiano. Referir que estudou sob protecção de D. José Maria Fonseca e Évora, embaixador de Portugal na Santa Sé, sagrado Bispo do Porto em 1741. Após o falecimento do pai e a vinda do seu protector para Lisboa, Glama regressou à capital onde se manteve custeado pelo prelado durante dois meses, em que viajou pelo norte do país. Após esta breve estadia retornou à cidade pontifícia, desta vez não só a expensas do Bispo Évora mas também de Alexandre de Gusmão, com a condição de estudar com Agostinho Masucci, mestre que nunca estimou.

Depois de uma residência de cerca de quinze anos em Roma regressou definitivamente a Lisboa, onde foi empregue nas decorações de pintura do real teatro, nos Paços da Ribeira. Seguindo a informação de Chiappe ficamos a saber que veio depois ao Porto visitar o seu mecenas, tendo ficado hospedado no Paço Episcopal, e executado várias obras que foram muito aplaudidas: aqui deve incluir-se o imponente retrato do Bispo Évora para a Irmandade dos Clérigos, feito em 1749, a que se sucederam outras obras, que acabámos de publicar na revista *O Tripeiro*. Após o falecimento do Bispo Évora em 1752, levanta-se a hipótese de ter viajado para Londres, o que é admissível em função dos seus contactos com ingleses.

Mas a verdade é que se encontrava em Lisboa por altura do Terramoto de 1 de Novembro de 1755, como o prova a sua mais famosa tela, singular no género, hoje pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga. O artista partiu para o Porto e aí se fixou em definitivo com a família até ao ano do seu falecimento em 1792. Este abandono da capital deve-se talvez à ausência de protecção régia, mas na segunda cidade do reino o pintor viria a gozar de reputação, sobretudo na colónia britânica que sabia apreciar o seu merecimento. De facto

João Glama está estreitamente ligado ao ambiente artístico portuense da época pombalina e até do reinado de D. Maria I, quer pela via do retrato quer pelo traçado de alguns edifícios, como o primitivo desenho da Igreja da Lapa e do Teatro do Corpo da Guarda (1760), além do revestimento de altares como em S. Nicolau, S. João Novo, Nossa Senhora da Vitória, Carmo e Capela do Tribunal da Relação. O seu nome anda também associado a outros estabelecimentos religiosos para onde retratou, como a Irmandade dos Clérigos, Santa Casa da Misericórdia e Convento de S. Francisco no Porto, bem como a Sé de Viana em cujas dependências há o um qualificado meio-corpo do benfeitor João da Rocha, que ficou na história do Porto como fundador da Fábrica de Miragaia.

Durante toda a vida trabalhou intensamente mas não angariou fortuna. Consta que após o seu desaparecimento aos 84 anos houve um leilão de muitos dos seus trabalhos de menor valor ou então inacabados, entre os quais o *Terramoto de Lisboa*, que em 1839 já havia sido rifado, tendo cabido em sorte a Francisco Van Zeller, pela quantia elevada de 600 mil reis, vindo a ser posteriormente adquirido pelo Estado, em 1935, já em posse de Alberto Figueirinhas. Esta obra afirmou-o como artista de projecção mas não foi o bastante para que viesse a gozar de privilégios de pintor da corte, como acontecera com Vieira Lusitano. Embora este seu sucessor não auferisse do êxito do mestre, muitos eruditos acabaram por lhe render homenagem, desde James Murphy em 1795 passando a André Chiappe na situação descrita pelo Cardeal Saraiva e depois a Rackzinsy que o elogia em 1846, todos eles escrevendo a seu respeito passagens que enaltecem a correcção do desenho e a delicadeza de colorido, qualidades que se têm vindo a confirmar a partir dos muitos inéditos de pintura recém-estudados. Decerto que foi em certos casos imperfeito e quem assim procedia podia incorrer num juízo público desfavorável, mas a crítica pode ser positiva desde que se mostre que o pintor actuou movido por razões de subsistência num país que pouco apoiava os seus artistas. Portanto é no contexto da história da arte portuguesa do século XVIII, repleta de contratos a estrangeiros e onde são conhecidas as circunstâncias penosas em que viviam os nacionais, que temos de interpretar a obra de João Glama, um nome reclamado entre cidades como artista dotado e profícuo com rasto visível no norte mas que ao mesmo tempo, infelizmente, nos deixou uma produção irregular.



São João anunciando o Messias.

São João anunciando o Messias

Óleo s/ tela. A. 286 cm; L. 160 cm (totais c/ mold.)

Insc.: Em latim, numa fita pendente da cruz "AGNUS DEI"

Marcas: Não ostenta

Cons.: Obscurecimento por sujidade e oxidação de verniz; vários repintes

Destinado pelo baptismo a ser o precursor do Altíssimo, o profeta João viveu no recolhimento do deserto, vestido de peles de animais e alimentado a mel. Com o anúncio do Reino de Deus exortava à conversão os que a si acorriam vindos de Jerusalém, da Judéia e vale do Jordão, baptizando-os para remissão dos seus pecados. Coube-lhe o superior desígnio de baptizar Jesus e de o apresentar aos homens, como se extrai da seguinte passagem do Evangelho segundo S. João: "Eis aqui o Cordeiro de Deus, eis aqui o que tira o pecado do Mundo (Jo., 1, 29)".

A circunstância do próprio Jesus Cristo se ter dirigido sempre ao profeta em termos elogiosos influiu grandemente na devoção que desde sempre lhe foi tributada, sendo o seu nome invocado com frequência na celebração da missa e calendário litúrgico (venera-se o nascimento no dia 24 de Junho, entre outras festas). No ocidente o culto difundiu-se de um modo excepcional sendo considerada a Igreja de S. João de Latrão o seu mais importante centro. No nosso país São João Baptista forma com Santo António e São Pedro a tríade dos santos de maior afeição popular. Em Braga é suposto interceptar este culto com uma adesão superior ao Porto apenas há distância de algumas décadas.

No meio artístico português, em qualquer das versões conhecidas pela gravura de que não faltam registos, a composição de J. Glama distingue-se. Tomem-se como exemplo os debuxos de Vieira de Matos em que se encara o santo numa única linguagem clássica. Ficam postas em causa, até prova em contrário, as relações deste painel com a gravura fazendo valer a idéia da autenticidade do pintor perante os seus pares, nomeadamente aquele mestre.

Desta feita o autor leva-lhes a melhor no desenvolvimento do assunto, excepcionalmente tratado na arte portuguesa, com a intenção de acentuar um dos episódios mais salientes da vida do descendente de Araão. Abre-se a cena

num fundo agreste de montanha com o vulto do conversor dos gentios perfilado num penedo apontando o Messias. Esta é a nota dominante que em detalhe descreve um jovem barbado, corpo meio-coberto de pele de cordeiro e um manto, segurando uma cruz de junco em que pende uma fita com a profecia e o Agnus Dei aos pés. Se a composição dispensa comentários pois segue uma iconografia correcta, há que distinguir o aspecto plástico da obra. O valor em causa reside na distribuição espacial, colorido e contraste luminoso fazendo sobressair a fisionomia do santo, baseada no que diz S. Lucas quando define aquele que foi o precursor do Senhor pelo espírito e com a força de Elias (Lc., 1, 15). O quadro, em suma, é sustentado por um misto de austeridade clássica, em gestos explícitos do protagonista conforme a linguagem bíblica, e uma ordem estética pautada pela sobriedade do discurso narrativo. Sai fora dos virtuosismos de estilo e sobrecarga simbólica que definem as alegorias do Lusitano, o mais qualificado pintor nacional da época joanina.

São Sebastião

Óleo s/ tela. A. 284 cm; L. 158 cm (totais c/ mold.)

Insc.: Em latim, numa tabuleta sobre o tronco: "SEBASTIANUS CHRISTIANUS"

Marcas: Não ostenta

Cons.: Obscurecimento por sujidade e oxidação de verniz

Patenteia a influência de Vieira de Matos na obra de Glama, como prova um debuxo do Lusitano divulgado em fins da década de sessenta através duma estampa a talho-doce, por João Silvério Carpinetti, com a inscrição "Vieira inv. f. 1767" "Carp. Sc." "Fran.^{co} M.^{el} ao Passeio, com Priv. Real Lx.^a 9"; todavia esta inspiração limita-se à composição que num fundo de paisagem em desfiladeiro representa o santo despido e atado a um tronco, onde está suspenso um letreiro com a inscrição em epígrafe, havendo dispostos no solo elementos do traje militar. No painel vertente a modulação do santo é pois distinta da gravura e a pose menos convencional, o que mostra que a inspiração de Glama no seu mestre Lusitano não foi tão marcante como poderia supor-se, passando-lhe em certos casos à frente em valor expressivo e desenvoltura técnica.

Notar que a apreciação estilística da obra sai muito prejudicada pela opacidade da camada cromática cuja regeneração lhe devolveria pormenores que um fundo escuro não deixa visíveis.

S. Sebastião é padroeiro da cidade de Lamego e foi desde sempre muito invocado no nosso país como advogado do mal da peste, fome e guerra. Em Lisboa, onde é funesta a história das epidemias, teve na Mouraria um templo, que depois da peste de 1560 passou à invocação da Senhora da Saúde; numa aliança de protectores o Santo era levado, processionalmente, na Festa da Senhora da Saúde, feita pelos artilheiros. Celebra-se o seu dia em 20 de Janeiro, festejado por marceneiros de quem é patrono.



São Sebastião.

Martírio de S. Rodrigo

Óleo s/ tela. A. 286 cm; L. 160 cm (totais c/ mold.)

Insc.: Não ostenta

Marcas: Não ostenta

Cons.: Obscurecimento por sujidade e oxidação de verniz

Elevando-se o mártir em glória celestial, a que forma fundo a povoação de torres ameadas de Córdoba, vê-se em plano inferior a cena da sua morte, com o santo ajoelhado de mãos presas atrás e um algoz prestes a degolá-lo. O alfange do carrasco e a palma que traz um dos serafins são alusões evidentes ao martírio do sacerdote da Hispânia, que foi degolado com outro cristão chamado Salomão, alvos da perseguição de Abderramán em 857, por terem renunciado a Alá.

A descoberta das obras de Eulogio denominadas *Liber apologeticus Martyrum*, onde se refere que o culto de Rodrigo era celebrado conjuntamente com o de Salomão, fez com que passasse a venerar-se desde 1581, no dia 13 de Março, considerado como o seu *dies natalis*, em que os dois mártires foram aceites no *Martirologio Romano*.

Atendendo à relação do patrono de Córdoba com o calendário hispânico estamos perante um subsídio hagiográfico de grande interesse, mesmo porque não é abundante a sua iconografia, em que costuma citar-se o painel de Murillo, pertencente à Galeria de Dresden, originário do convento de Santa Clara de Sevilha, representando-o vestido de casula sacerdotal. Convém que se saiba que o culto não tem qualquer tradição no nosso país. Deste modo, constata-se que a sua figuração na Patriarcal bracarense é um exemplo raro na arte nacional, se não mesmo uma estreia na pintura portuguesa: reflecte a fama que gozava o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, que perdurou muito depois do seu governo em que deu provas de um empreendedor espírito. Apenas uma razão desta índole justifica a permanência da invocação na reforma de D. Gaspar de Bragança.

É com estes pontos de referência que podemos apreciar o quadro vertente. A originalidade da obra reúne-se a motivos de ordem estética decorrentes de uma composição bem perspectivada onde ressalta o vulto do presbítero, peculiar no seu rosto erguido aos céus e roupa negra de sacerdote, feita de lineamentos fluidos num estilo fiel ao pintor J. Glama. Tudo isto resulta numa apreciação francamente elogiosa da obra.



Martírio de São Rodrigo.

Santa Bárbara

Óleo s/ tela. A. 287 cm; L. 161 cm (totais c/ mold.)

Insc.: Não ostenta

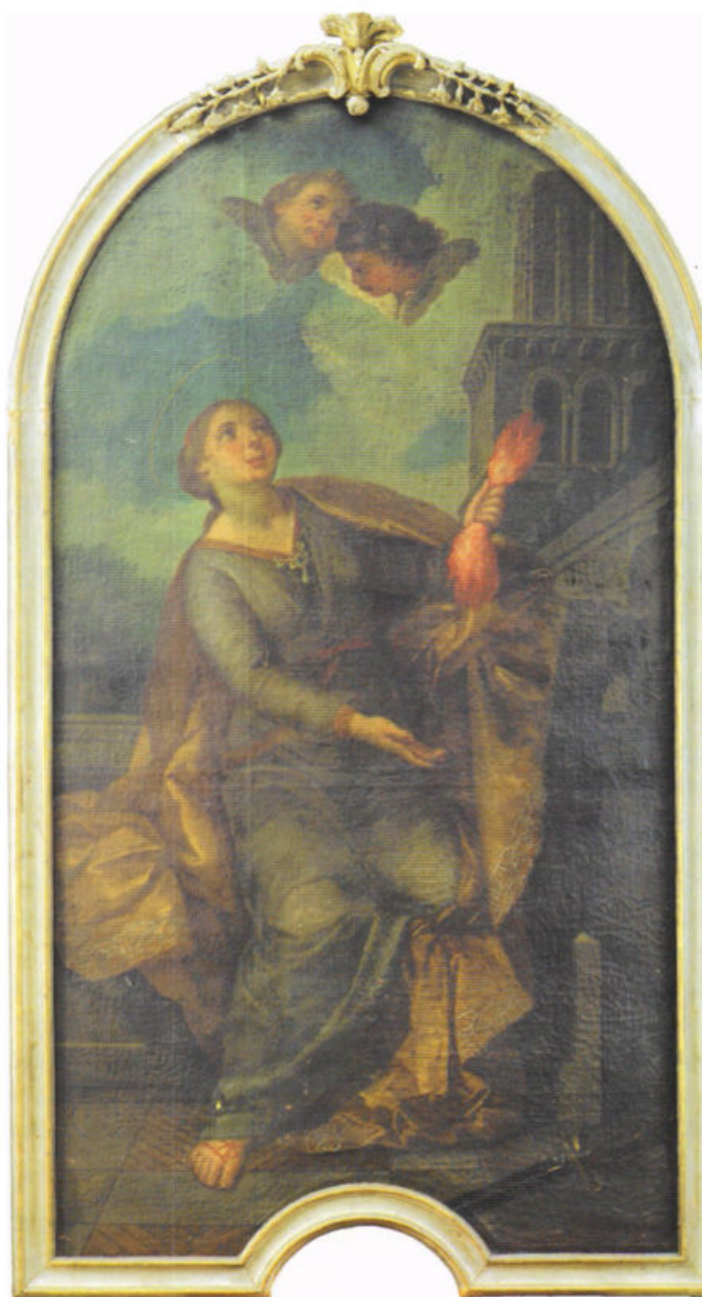
Marcas: Não ostenta

Cons.: Obscurecimento por sujidade e oxidação de verniz;
pequenas lacunas na camada cromática

Tal como os dois primeiros casos, são comuns as representações de Santa Bárbara na pintura portuguesa e na arte em geral. Mas ao contrário de alguns exemplares de manifesta influência de gravados, este painel da Patriarcal bracarense deve considerar-se único, sob o ponto de vista da concepção iconográfica e da expressão anímica. É um verdadeiro quadro de autor, sem cair na imitação de debuxos de Veira de Matos, o Lusitano, o mestre de quem são conhecidas duas versões incisas em registo de Santa Bárbara, em 1727 e 1736¹⁰, e para além disso outros estudos¹¹. Examinámos um desenho de Glama que possui o Museu Nacional de Soares dos Reis¹² e concluímos sem a menor dúvida que se trata de um preparatório do painel em análise, aliás muito belo, de traço bastante conciso nas feições da figura que mostra (Cabeça e tronco de mulher e um pé, sanguínea com toques de giz s/ papel. A. 23,5 cm; L. 18,4cm. Assinatura a lápis no canto superior direito "J. Glama". Inv. 940 MNSR).

A santa de pé sustenta na mão esquerda um raio inflamado e empunha com a destra um vaso de perfumes. Como fundo de paisagem, o atributo da torre onde a donzela romana foi encarcerada pelo pai, e em plano principal, sobre o lageado do chão, a espada do martírio. É digna de atenção a pose tipicamente glamiana da imagem, de face ovalada e expressão suave, soerguendo-se de um suporte e deixando vir ao de cima as linhas arredondadas do corpo através do vestido e do manto, cuidadosamente elaborados, definindo contornos ondulantes. Como opinámos, constitui no acervo do artista uma obra superior tanto no desenho, muito refinado na indumentária, como no ambiente tonal baseado em azuis e ocre.

Santa Bárbara, advogada contra as trovoadas e padroeira dos artilheiros, festeja-se no dia 4 de Dezembro. Em Braga protegeu durante dois séculos o Convento dos Remédios, a cujo jardim pertencia uma imagem de vulto actualmente num dos mais modernos jardins públicos da cidade.



Santa Bárbara.



Cabeça e tronco de mulher e um pé. (Inv. 940 MNSR).



Imaculada Conceição.

Imaculada Conceição

Óleo s/ tela. A. 288 cm; L. 162 cm (totais c/ mold.)

Insc.: Não ostenta

Marcas: Não ostenta

Cons.: Obscurecimento por sujidade e oxidação de verniz

Conhecem-se dois estudos em pintura a óleo e desenho da mão de João Glama, como processos de preparar as versões finais para uma *Assunção* e duma *Nossa Senhora da Conceição*: um modelo em pequena escala do Museu Nacional de Soares dos Reis que se aproxima dum magnífico painel da *Imaculada* por Vieira de Matos, pertencente à Igreja de S. Francisco de Paula em Lisboa; um esboço do Museu Nacional de Arte Antiga que explora as mesmas possibilidades temáticas a crayon (A. 24,3 cm; L. 11,7 cm. Inv. 981 MNAA). Nestes estudos J. Glama imita a disposição das vestes do quadro de Vieira de Matos, no tocante à ordenação das pregas ou do véu esvoaçante, testemunhando o facto de ter sido o insigne Lusitano o seu primeiro mestre.

Um problema presente no quadro da Patriarcal de Braga é a falta de vigor do desenho e de atmosfera luminosa, isto se o compararmos com o telão evocado de S. Francisco de Paula, resplandecente de brilho e pleno de suavidade. São estes efeitos que não se cumprem no quadro de J. Glama e somos mesmo tentadas a deduzir que ocupa um lugar subalterno na sua obra religiosa e a última posição no meio das oito peças do ciclo decorativo. Se o pintor descurou o plano técnico, acautelou o plano estético de modo a prover à unidade da Sagrada Família. Assim concretizou na *Imaculada* a mesma fórmula em que assenta *S. José e o Menino* colocando nas alturas a pomba do Espírito Santo. Esta iniciativa confere elevação espiritual à quadra e favorece a personalidade do artista. De resto a aludida *Imaculada Conceição* segue uma tipologia comum na época barroca com a Virgem rodeada de anjos planando sobre um crescente de lua. A atitude das mãos sobre o peito e o olhar baixo, os atributos do crescente e da serpente evocam a castidade e a vitória contra o mal referindo-se ao privilégio de Maria, concebida sem pecado, que desceu à terra enviada por Deus para uma missão redentora.

Em Portugal o culto de Nossa Senhora da Conceição foi reconhecido por D. João IV, que colocou o reino sob o patrocínio da Virgem a 25 de Março de 1646. Festeja-se a 8 de Dezembro. Convém saber que em Braga são conhecidos registos muito antigos de uma imagem que se venera no Monte Sameiro evidenciando a propagação regional do culto.



Nossa Senhora do Loreto.

Nossa Senhora do Loreto

Óleo s/ tela. A. 290 cm; L. 163 cm (totais c/ mold.)

Insc.: Não ostenta

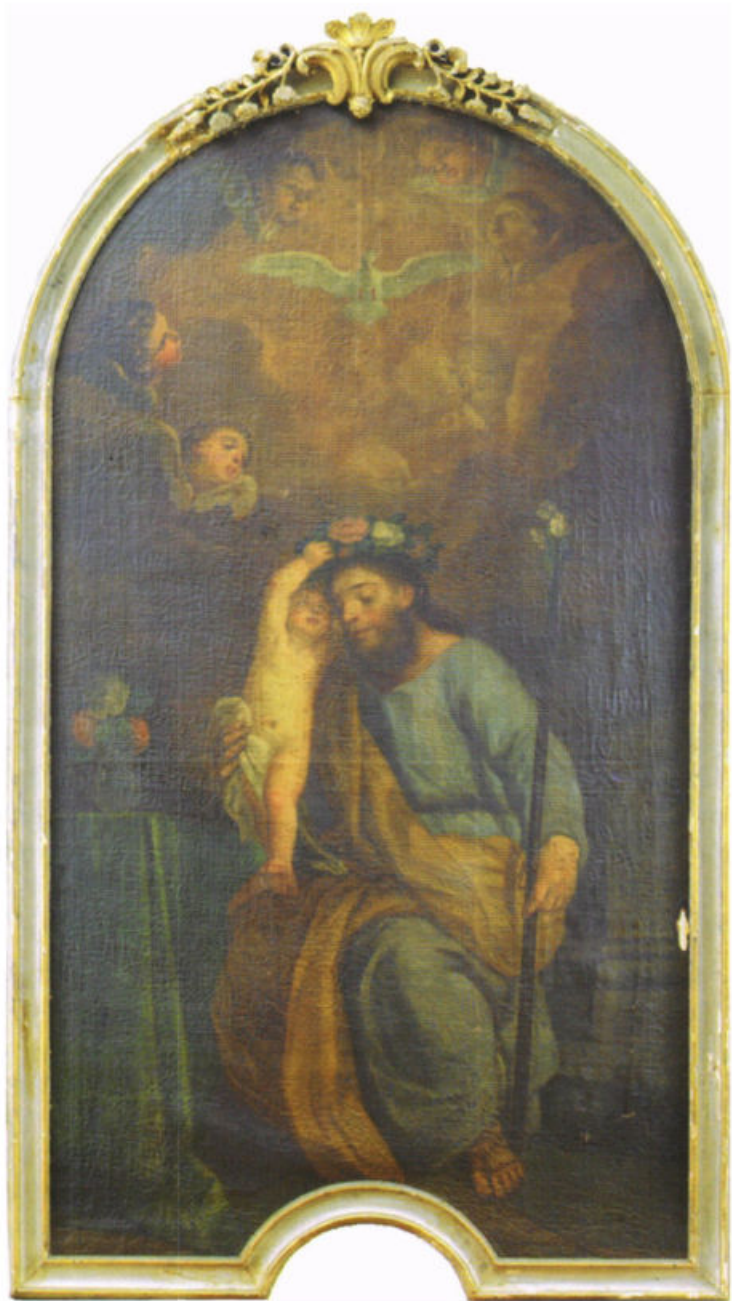
Marcas: Não ostenta

Cons.: Obscurecimento por sujidade e oxidação de verniz

Não é difícil apurar o motivo desta representação na Sé Patriarcal, que admite uma relação com a pintura venerada desde o século XV na capela claustral de S. Geraldo. Em primeira instância este culto ficou a dever-se aos dons miraculosos de Santa Maria Lauretana, praticado no mais antigo centro de peregrinação internacional existente em Loreto, próximo de Ancona, em cujo santuário se instalou uma Santa Casa ou a Casa da Virgem que radica no milagroso traslado feito por anjos desde Nazaré.

O ascendente da arte italiana em João Glama revelou-se no ensino recebido em Roma acolhendo também as influências do meio português, onde a primeira instituição de culto em torno da Casa de Nazaré existe em Lisboa desde cerca de 1530, num templo junto à porta de S. Catarina. Este foi destruído por um incêndio de 1651 sendo reconstruído em 1676 e reedificado após o Terramoto, em 1785, onde merece toda a nossa atenção a grandiosa pintura do tecto por Pedro Alexandrino de Carvalho porque está relacionada com a iconografia lauretana, embora seja cinco anos mais tardia que o painel bracarense. Na cena artística da época é mais importante considerar que circulou um belo registo aberto a buril com uma "Maria Virgo Lauretana" sobre o telhado de uma casa, sendo provável que esta componente orientasse indirectamente a concepção da tela da Patriarcal¹³.

O quadro tem grande poder de sugestão em que se assume a espiritualidade da relíquia. É absolutamente dominado pela casa da Virgem sustentada por duas angelicais figuras de robusta compleição, em cuja cobertura repousa Maria Santíssima com o Menino de pé abençoando, sobre nuvens que cabeças de serafins animam. Estes detalhes realçam de um tom geral carregado que é o da superfície pictural, tornando inevitável uma recuperação que lhe devolva as cores e a transparência. Portanto se este aspecto é discutível, a concepção do tema é basicamente positiva. Pelas razões enunciadas, parte de um sentido estético novo quanto à representação da nazarena casa e é em função do seu invulgar volume que se exprime o movimento dos anjos, agitação que se insere bem no plano geral do grupo pictórico.



São José e o Menino.

S. José e o Menino

Óleo s/ tela. A. 284 cm; L. 163 cm (totais c/ mold.)

Insc.: Não ostenta

Marcas: Não ostenta

Cons.: Obscurecimento por sujidade e oxidação de verniz; alguns repintes

Formalmente assemelha-se à tela da *Imaculada Conceição* com o Espírito Santo cercado de anjos no remate. Portanto estes dois painéis dispostos em dois planos formam um *pendant* curioso no género e conferindo misticismo à linha decorativa do conjunto.

Ao centro figura S. José junto a uma mesa com o Menino ao colo coroando-o de flores. Enverga a indumentária tradicional de toga e túnica e o bastão de açucenas brancas, seu atributo pessoal. Fora das suas características próprias é a coroa florida que incarna o ideal da castidade do pai adoptivo de Jesus. É visto deste ângulo que particularmente nos interessa o detalhe até porque no plano estético visa atribuir graciosidade à cena fraterna. Também é pouco frequente ver S. José retratado ainda novo, por oposição ao ancião calvo que habitualmente se descreve. Impõem-se bons efeitos de sombreados e concentração luminosa no corpo Menino, representado de pé como é usual em representações saídas da mão do nosso pintor. Neste aspecto é defensável sugerir os estudos de J. Glama inspirados em temas de M. Benefial. Na senda do seu mestre romano, ele gostava de sair das convenções, como nos mostra esta peculiar interpretação do esposo da Santa Virgem, de que também conhecemos um belo desenho a crayon para composição retabular pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga (A. 30,3 cm; L. 19,5 cm. Inv. 2747 MNAA); está datado de 1785 e adopta o mesmo pormenor da coroa floral, desta vez sendo levada por um anjo através do Menino a José, situado junto a ferramentas de carpinteiro de cuja profissão é patrono.



São Bento.

São Bento

Óleo s/ tela. A. 288 cm; L. 160 cm (totais c/ mold.)

Insc.: Não ostenta

Marcas: Não ostenta

Cons.: Obscurecimento por sujidade e oxidação de verniz; rasgão ao centro

Nascido em Núrsia (c. 480), o anacoreta de Subiaco que optou pela vida cenobítica no Mosteiro do Montecassino, desempenhou na Igreja um papel fundamental ao regulamentar o quotidiano e a vida espiritual dos cenobitas através da Regra dos Monges. Os preceitos deste código baseiam-se na conduta exemplar do homem abençoado cuja história e milagres o Papa S. Gregório Magno se propôs relatar no II Livro dos seus Diálogos.

Na representação da Sé de Braga o pintor impregnou a sua tela dum forte poder sugestivo, fiel à afectuosa devoção ao Patriarca S. Bento – o “S. Bentinho milagroso” da tradição popular – advogado das coisas ruins e males desconhecidos. Estamos em presença de uma das obras mais qualificadas do conjunto retabular, onde o rosto do santo infunde fervor místico, o que lhe confere um interesse relevante. O Abade figura junto a um oratório, de pé com a característica cogula de capuz de duas orelhas e amplas mangas, com os braços erguidos segurando numa das mãos o báculo abacial. Um pormenor que devemos salientar é o menino despido desprendendo-se de uma faixa, enquanto se levanta de uma base baixa como se acabasse de despertar – cena que projecta o episódio da ressurreição dum morto extraída do capítulo XXXII do citado *II Livro dos Diálogos*. Certo dia em que Bento regressava dos trabalhos do campo com os irmãos, deparou com um aldeão que havia pousado à porta do mosteiro o corpo do seu filho morto, bradando-lhe que lhe devolvesse a vida. Contristado mas humildemente ciente da sua condição, Bento ter-se-á recusado a cumprir o supremo desígnio, mas perante a insistência do camponês prostrou-se sobre o corpo desfalecido do menino, após o que se levantou e ergueu as mãos ao céu suplicando a Deus que olhasse para a fé daquele homem. Terminada a oração, todo o corpinho da criança estremeceu tornando evidente que se tornara redivivo com aquele maravilhoso frémio¹⁴.

Haja em vista a originalidade da obra que está sobretudo no empenho em

elaborar, sem recurso a exuberante iconografia, uma síntese da virtude do monge, iluminado pela graça do Alto, e o papel que foi chamado a ocupar como mestre de uma família espiritual, representada pelo cajado abacial.

Por fim permitimo-nos insistir no valor informativo dos painéis em reserva no Museu de Sé Catedral de Braga que deviam estar ao alcance do público: depositam significados relevantes ao nível da iconografia e no plano estético que mantêm uma relação com o arcebispado de D. Gaspar de Bragança, tal como se manifesta numas *Memórias de 1834* e demonstra a recente tese sobre talha neoclássica por Luísa Reis Lima que tomámos como referência.

Visto ter sido mantida a integridade física das pinturas retabulares, após destruição dos altares durante o restauro catedralício levado a cabo pela Comissão dos Monumentos Nacionais, operam no presente como símbolos dum lapso histórico-artístico que vale a pena recuperar, mau grado ser considerado por muitos estudiosos como um período desastroso para a catedral. Neste sentido, além do estudo do conjunto decorativo do qual no século XVIII-XIX formaram constitutivamente parte, há toda a vantagem em interpretá-los como signos do gosto neoclássico na arte portuguesa.

Anexo

Museu dos Biscainhos, Inv. 2354.

GOMES, João Baptista Vieira – *Memoria/ das Memorias da An-/ tiga, Augusta, Nobre, e Fiel Cidade de/ Braga (...) Organizada e ordenada por (...), 1.ª parte*. Braga, 1834, f. 62, 63.

Invocações dos altares das naves da Sé Catedral, com memória descritiva dos retábulos com painéis de João Glama Stroberlle. Nave da Epístola: 1.º S. João Baptista no deserto; 2.º S. Sebastião; 3.º Martírio de S. Rodrigo; 4.º Santa Bárbara. Nave do Evangelho: 1.º Imaculada Conceição; 2.º Santa Casa do Loreto; 3.º S. José; 4.º S. Bento elevado pelo Globo de fogo.

A ordem, e forma q. exigia a Sé, e foi concebida pelo/ operario Moura Telles, como se diz, não se concluiu seguidamente, mas pôde ultimar-se no Pontificado do/ Serenissimo D. Gaspar, ficando como se vê, seus Altares/ colocados em ordem simetrica à face das paredes late-/ raes, não deixando a dezejar couza alguma mais p.ª bele-/ za, e decencia; elles se manifestão enriquecidos com retabulos uniformes, e adornados com Paineis de delicada es-/ cola pelo pintor Glama, dezaafiando a devoção os quatro/ da Nave da Epistola, dos quais o primeiro hé a pessoa/ de S. João Bap.¹⁸ no dezerto, indicando a Virgem apare-/ cida ao longe entre rochas dezabridas: no segundo he o va-/ lerozo, e intrepido Militar Romano Sebastião ligado a/ hum corpulento madeiro p.ª sofrer os tormentos q. lhe/ proporcionassem as setas, com q. o ferirão, e atormenta-/ rão: no terceiro se mostra o martirio de S. Rodrigo, e a/ marcha da sua alma ao Imperio; e no quarto se re-/ prezenta a Matrona Barbara extaziada p.º oleo, se-/ gurando na mão hum raio.

Na Nave do Evangelho se veem no primeiro a/ Immaculada Conceição de N. Senhora; no segundo a/ Santa Caza do Loreto sustentada p. duas figuras An-/ gelicas; no terceiro se ve o Santo Esposo da SS. Virgem/ com o SS. Filho nos braços, expressão e merecim.¹⁰ da mais/ terna carícia; e no quarto o Grande Patriarcha Ben-/ to elevado em a visão do Globo de fogo. Esta ordem/ de Altares não sendo conformes com a direcção escolhi-/ da p.ª se deixarem ver grandes espaços intermedios, fo-/ rão estes preenchidos por huma ordem de Estatuas/ dos doze Apostolos, e dos quatro Doutores da Igreja, que/ collocando-se em pedestaes aos lados dos Altares conclui-/ rão a beleza lateral das Naves. A ordem de Estatuas/ he obra de grande escultura, e expressiva p.ª ser em/ estatura ordinaria, e natural, e fazer huma ala res-/ peitavel, e veneranda em cada Nave, e juntamente/ servindo d'Atletas a cada hum dos Altares, q. ali se/ compreendem.

Notas

¹ D. FRANCISCO, Bispo-Conde – *Lista de Alguns Artistas Portuguezes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1839, p. 38.

² Sobre este assunto veja-se: ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – “Altars e invocações na Sé de Braga: a formação de um espaço contra-reformista”. *Museu*. Porto: Circulo Dr. José de Figueiredo, IV série, n.º 2 (1994), pp. 37-53.

³ Veja-se: LIMA, Maria Luísa Reis – *A Talha Neoclássica bracarense*. Tese de Doutoramento em História de Arte apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2001 (texto policopiado), vol. I, pp. 216-220.

⁴ Museu dos Biscainhos, Inv. 2354 (manuscrito): GOMES, João Baptista Vieira – *Memoria/ das Memorias da An-/ tiga, Augusta, Nobre, e Fiel Cidade de/ Braga (...)* Organizada e ordenada por (...), 1.ª parte. Braga, 1834, f. 62, 63.

⁵ FERREIRA, José Augusto (Mons.) – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. III. Braga: ed. Mitra Bracarense, 1932, pp. 366, 367.

⁶ Num pequeno álbum encadernado a pergaminho, pertencente a um colecção particular, o pintor anota na última folha as dimensões da Sé do Porto (comprimento, largura, naves laterais) e ao lado estabelece as diferenças com a Sé de Braga, o que acrescenta mais um dado à sua participação na obra bracarense.

⁷ Veja-se: BARREIROS, Manuel d'Aguiar – *A Cathedral de Santa Maria de Braga: Estudos criticos archeologico-artisticos*. Braga: Solivros de Portugal, 1989 (ed. fac-similada).

⁸ Veja-se: LIMA, Maria Luísa Reis – *A Talha Neoclássica bracarense...*, vol. I, pp. 222, 223.

⁹ Cit. por COSTA, Luiz Xavier da – *Francisco Vieira Lusitano: Poeta e abridor de águas-fortes*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929, 2.ª ed., p. 156. Ver também uma reprodução exacta do mesmo trabalho, assinada “Vieira inv. Fecit 1767” e “Emm. Salvador sculpt.” e muito mais frequente que a gravura de Carpinetti, reproduzida por CHAVES, Luís – *Registos de Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1955 (est. X).

¹⁰ Veja-se: COSTA, Luiz Xavier da – *Francisco Vieira Lusitano...*, pp. 112, 113.

¹¹ Veja-se: Vieira Lusitano: o Desenho 1699-1783. Lisboa: IPM, 2000 (cat. exp. 18 Mai.-2 Jul. Museu Nacional de Arte Antiga, Luísa Arruda et. al.), pp. 204-206.

¹² Vinha atestado erradamente pelo Dr. José de Figueiredo como sendo um estudo preparatório do célebre quadro do *Terramoto de 1755*, pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga.

¹³ Insc.: “MARIA VIRGO LAURETANA.” Subsc.: “appo Wagner Ven.ª C.P.E.S.D.” (BNL 02680).

¹⁴ Veja-se: *Vida de S. Bento – Il Livro dos Diálogos de S. Gregório* (trad. de D. Gabriel de Sousa; pref. e notas do P. Geraldês J. A. Coelho Dias). Braga: Edições Ora & Labora, 1993, pp. 137, 138.

Créditos fotográficos

Carlos Pombo (Foto Designers – Porto).

Agradecimentos

A autora manifesta o seu reconhecimento a Monsenhor Eduardo Melo, Manuel Alves Ferreira e Carlos F. Almeida (Museu de Arte Sacra da Sé Catedral de Braga); Dr. César Valença (Museu Nogueira da Silva); Dr.^a Assunção Vasconcelos (Arquivo Distrital de Braga); Dr.^a Graça Garcia, Joaquina Belo e Manuel Alves (Biblioteca Nacional); Vera Cálém e Cristina Campos (Museu Nacional de Soares dos Reis); P.^o João Baptista Magalhães (Igreja de S. Francisco de Paula, Lisboa); P.^o José Rola (Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Lisboa); Manuel Redol Clara (Igreja de S. João de Brito, Lisboa); P.^o Geraldês J. A. Coelho Dias (Igreja de S. Bento da Vitória, Porto); Prof. Dr.^a Maria Luísa Reis Lima (Universidade Portucalense Infante D. Henrique).

Manuais para o ensino/aprendizagem do Francês de 1732 a 1890

Maria José Salema

I

Uma história por fazer: a história dos manuais escolares

O pequeno catálogo que ora se publica é fruto do trabalho de pesquisa efectuado na Biblioteca Pública de Braga pelos alunos do Seminário de ***História da Didáctica do Francês Língua Estrangeira em Portugal***, do Mestrado em Língua e Literatura Francesas da Universidade do Minho, que decorreu de 7 de Janeiro a 3 de Março de 2000¹.

O tema escolhido para este Seminário – *Manuais de francês e investigação histórica: propostas de aprendizagem do F.L.E. em Portugal durante o século XIX. Contribuição para um catálogo de manuais destinados à aprendizagem da Língua Francesa* – insere-se numa vasta e promissora área de pesquisa: a história dos manuais escolares. Ela pressupõe a inventariação, catalogação, descrição e análise das obras didácticas publicadas e/ou utilizadas para o ensino do francês, tarefa que desde os anos oitenta tem sido levada a cabo em diversos países europeus: na Suécia, onde Elisabete Hammar publicou,

em 1985, *Manuels de Français publiés à l'usage des Suédois de 1808 à 1905*² e, em 1996, *Manuels de français imprimés à l'étranger à la Bibliothèque de l'Evêché de Linköping*³; em França, com o programa de investigação *Emmanuelle: Les manuels scolaires en France de 1789 à nos jours*, levado a cabo, desde 1979, pelo *Service d'histoire de l'Education (S.H.E.)* e pelo *Centre informatique de recherche (C.I.R.)* do *Institut national de recherche pédagogique*⁴; em Itália, com o projecto de estabelecimento da bibliografia dos manuais publicados em Itália para o ensino do francês, da responsabilidade de uma equipa de professores de diversas universidades italianas, de que foi publicado o 1.º volume: *Insegnare il francese in Italia. Repertorio di manuali pubblicati dal 1625 al 1860* (dir. Minerva, Nadia e Pellandra, Carla) 1991, Univ. Bologna; em Espanha, com o projecto de investigação *MANES* iniciado em 1992 no Departamento de História da Educação e Educação Comparada da *Universidad Nacional de Educacion a Distancia de Madrid*, que visa a realização de uma ampla pesquisa sobre os manuais escolares espanhóis na Espanha contemporânea (1808-1990).

Os manuais escolares constituem uma fonte privilegiada da investigação na área da história do ensino; com efeito, o seu estudo permite não apenas o conhecimento das concepções educativas que enformaram a instituição escolar, dos valores por ela transmitidos, dos conteúdos linguísticos, civilizacionais e pedagógicos propostos, mas a própria reconstituição das práticas pedagógicas dos agentes de ensino. O seu recenseamento torna-se, assim, indispensável para a construção de uma história das disciplinas e para uma história dos manuais de ensino das línguas, uma e outra por fazer.

Um projecto de investigação na B.P.B.:
contribuição para um catálogo de manuais
destinados à aprendizagem da língua francesa

Objectivos. Características do repertório. O *corpus* estudado

O objectivo que nos propusémos realizar foi o de inventariar as obras didácticas publicadas em Portugal no século XIX para a aprendizagem do francês em situação escolar. O facto, porém, de, mesmo depois de institucionalizado em Portugal o ensino do francês com o advento do Liberalismo, nem sempre existirem no mercado do país manuais adaptados ao público visado, levou-nos a incluir no presente catálogo edições de algumas obras como as *Fábulas* de La Fontaine e o *Telémaco* de Fénelon, que sabemos terem sido largamente utilizadas para a aprendizagem do francês junto de públicos tão diversificados como alunos de colégios e liceus, príncipes e nobres, eruditos em geral.

A existência na B.P.B. de um número não despreciando de obras do século XVIII, particularmente dicionários, levou-nos a alargar os limites cronológicos primeiramente estabelecidos (1800-1900) e a própria definição de manual, inicialmente destinado apenas ao público escolar do ensino secundário. Por outro lado, dada a dimensão cronológica da nossa investigação e as características das fontes consultadas, essencialmente bibliografias e inventários, optámos por privilegiar uma definição de manual baseada, não tanto na sua efectiva utilização, como nos seus prováveis destinatários, de acordo com o critério de *presunção escolar* adoptado pelo programa de investigação *Emmanuelle*:

Par manuel scolaire, nous entendons tout ouvrage imprimé non périodique conçu dans l'intention, plus ou moins explicite ou manifeste suivant les époques, de servir à l'enseignement⁵.

Uma multiforme realidade pedagógica

As 35 obras didáticas que constituem o catálogo, 14 do século XVIII e 21 do século XIX, ilustram a diversidade dos manuais utilizados para o ensino da língua francesa, a diversidade dos públicos a que se destinavam e das metodologias da sua aprendizagem. Permitem-nos, por isso, entrever uma multiforme realidade pedagógica, bem distante da uniformidade com que se convencionou caracterizar o ensino do francês (e de outras línguas estrangeiras modernas) no passado, com frequência se amalgamando as muito diversas experiências de três séculos e meio de ensino/aprendizagem sob a genérica e inapropriada designação de *metodologia tradicional*, exclusivamente identificada com o ensino mecânico de regras gramaticais, visando essencialmente a aprendizagem do francês escrito. Com efeito, se nem a oficialização do ensino das línguas estrangeiras modernas, com a criação dos liceus em 1836 (Decreto de Passos Manuel de 17 de Setembro de 1836), implicou a uniformização dos métodos de ensino no seio da própria instituição escolar, por razões diversas⁶, muito menos se pode esquecer que continuaram a vigorar modalidades de ensino do francês mais antigas, paralelas ao ensino oficial, e outras entretanto surgidas. É o caso do ensino doméstico ministrado por preceptores aos jovens da nobreza e alta burguesia⁷ e do ensino efectuado, por períodos mais ou menos limitados, durante o século XVIII e primeiras décadas do século XIX em instituições tão diversas como: *A Aula do Comércio*, o *Real Colégio dos Nobres de Lisboa*, as aulas dadas pelos *mestres de línguas* em suas casas ou em escolas de línguas, os colégios particulares, religiosos e laicos, masculinos e femininos, as academias militares, etc.

A investigação até agora levada a efeito no seio da *Société Internationale pour l'Histoire du Français Langue Etrangère* ou *Seconde* permite concluir que no plano da metodologia do ensino do francês a diversidade de situações de aprendizagem a que venho aludindo se traduziu, consoante as épocas e os contextos de ensino dominantes, pela supremacia ou coexistência de três grandes tendências (e suas variantes):

1. uma *metodologia analítica*, baseada na aprendizagem pelo uso, dominante sobretudo nos séculos XVII e XVIII, em que as línguas são aprendidas

GRAMMATICA FRANCEZA, O U

A R T E

PARA APPRENDER O FRANCEZ
por meyo da Lingua Portugueza ,
REGULADA PELAS NOTAS
e Reflexoens da Academia de França.

P A R T E I.

P O R

D. LUIS CAETANO DE LIMA C. R.



LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina da CONGREGAC,ÃO DO ORATORIO.

Com todas as licenças necessarias.

M, DEC. IXXXIII.

D. L. Caetano de Lima C. R.

principalmente de forma prática, em casa, com um preceptor ou uma governanta, ou numa escola de línguas. Frequentemente designada por *método natural*, evoluirá em finais do século XIX para o *método intuitivo* ou *método directo*, que conheceu o seu apogeu no ensino oficial da maior parte dos países da Europa e América do Norte nos princípios do século XX;

2. uma *metodologia sintética*, construtivista, seguida pela maioria dos professores, sobretudo na primeira metade do século XIX, caracterizada essencialmente pela aprendizagem por regras. Nesta metodologia, geralmente designada por *método gramática-tradução*, à apresentação da regra gramatical, com todas as suas excepções, sucede o exercício de aplicação, a tradução, oral e escrita. A parte consagrada à chamada *prática*⁸ aumentará progressivamente ao longo do século XIX, dando origem a numerosos métodos que procuram aliar teoria e prática;
3. uma *metodologia eclética*, de compromisso, que combina a aprendizagem por regras e pela prática, com inúmeras variantes.

A tipologia adoptada

Os manuais inventariados podem agrupar-se em cinco grandes tipos:

1. *gramáticas ou artes*

A preocupação de simplificar o estudo da língua pela redução dos conteúdos gramaticais, crescente ao longo do século XIX, leva à proliferação de *epítomes* da gramática francesa, de gramáticas *elementares*, de *elementos* de gramática...;

2. *métodos* ou cursos de língua completos

Trata-se de manuais de natureza múltipla, reunindo geralmente num só volume um manual de gramática, um vocabulário ou uma secção lexical, diálogos ou conversações, modelos de cartas e uma selecção de textos que servissem para os principiantes aprenderem a ler. Nesta categoria se incluem obras como o *Mestre Francês*, o *Ollendorf* e algumas *gramáticas*.

3. *livros de texto* constituídos por:

- a) obras literárias integrais como as *Fábulas* de La Fontaine e *O Telémaco*/ *As Aventuras do Telémaco, filho de Ulisses*, de Fénelon;
- b) antologias de textos ou excertos de obras literárias geralmente designados por *Selectas*.

4. *dicionários*

5. *obras de diversa índole* visando a aquisição de uma competência específica, como os seus títulos indicam: *Mapa ortográfico para se ler com brevidade, e sem maior estudo a escritura francesa...* e *Petit abrégé de versification française*.

II

Perspectivas de análise

Na impossibilidade de um estudo aprofundado deste conjunto de obras, que, por outro lado, não constitui um corpus suficientemente representativo da tipologia apresentada, limitar-me-ei a pôr em evidência a riqueza de perspectivas que a sua análise oferece à investigação.

Dois períodos da história do ensino do francês

Ressalvado o carácter heteróclito das situações de aprendizagem que estes manuais ilustram, como se referiu, pode afirmar-se que eles documentam dois períodos distintos, que não estanques, da história do ensino do francês em Portugal, a que correspondem modalidades de ensino igualmente distintas, o ensino em auto-didaxia e o ensino em situação escolar:

- a) um primeiro período representado pelas obras publicadas no século XVIII e 1.º terço do século XIX, de que são paradigma, por exemplo, as obras de

La Fontaine e de Fénelon, de que existem na B.P.B. diversas edições, o *Mestre Francês* (...) de Francisco Clamopin Durand, (6.ª e 9.ª edições, de 1798 e 1824 respectivamente) e várias gramáticas, entre as quais as de D. Luis Caetano de Lima (1732/1733), João António Barnoin (ed. de 1796) e D. João Maria Abbadie (ed. de 1809);

- b) um segundo período, que se inicia no termo da década de trinta do século XIX, coincidindo com a criação do ensino secundário oficial (1836), documentado, por exemplo, nas gramáticas que se publicam em 1838 e 1839, respectivamente, a *Gramática francesa teórica e prática* de Emílio Aquiles Monteverde e a *Gramática francesa* de Luis Alfredo Stratnever, e nas colectâneas de textos de Albino Coelho (*Anthologie de prosateurs et poètes français*, 1889) e C. Delacruz Vidal (*Selecta francesa*, 1890).

O ensino em autodidaxia: a aprendizagem pelo uso e sem mestre

Um público heterogéneo: os *curiosos* da língua francesa

A maioria das obras publicadas até cerca de meados do século XIX, algumas mesmo na segunda metade de oitocentos, destina-se a um público heterogéneo. Muitas vezes genericamente designado por *as pessoas que estudam*, os *amantes do idioma francês*, o *prudente...*, *amado...*, *benévolo leitor*, os *senhores portugueses*, nele encontramos lado a lado os *meninos* e os *mancebos*, a *gente moça de um e outro sexo*, *les enfants et les élèves*, a *estudiosa mocidade portuguesa*, os *principiantes* e os *que desejam aperfeiçoar-se no conhecimento da língua francesa*. Trata-se com frequência de *peças grandes*, *peças estudiosas e polidas*, desempenhando por vezes funções oficiais nas côrtes estrangeiras, de *curiosos da língua francesa* que têm como modelo de língua o francês *polido*, língua de cultura, a cultura literária e erudita bebida nos clássicos franceses, mas também língua de comunicação, veículo da nova cultura científica emergente.

O francês língua muito da moda, língua quase universal: aprender um francês puro e elegante

O objectivo de *métodos*, selectas, dicionários e gramáticas é, segundo desejo expresso dos seus autores, ir ao encontro do interesse nascente e crescente pela cultura francesa que se difunde no nosso país durante todo o século XVIII, da necessidade da aprendizagem do francês, que se generaliza, língua que há que falar com *pureza e perfeição*. Ele é evidente em *prólogos/prefácios*, títulos e sub-títulos, no registo de língua proposto, nos *diálogos/conversações* incluídos nalguns manuais. No prólogo da sua *Gramática francesa ou Arte para aprender o francês por meio da Língua Portuguesa* (ed. de 1733), D. Luis Caetano de Lima, justificando a orientação da sua obra, que dá à luz *para pessoas estudiosas e polidas, que procuram falar as línguas com acerto*, sublinha a necessidade da aprendizagem de uma língua como a francesa, que se internacionaliza: *Mas sobretudo se faz mais necessária a língua Francesa, por ser quase uma língua geral para o comércio dos Homens*. Optou pela norma de Paris, pois é seu desejo que o *benévolo leitor* a quem oferece esta gramática aprenda *um francês puro e elegante* e não que fale *Gascão, Normando, ou Baixo Bretão*, o que certamente lhe exigiria muito menos esforço. As *Licenças do Santo Ofício* reiteram as vantagens desta *Arte Francesa*, quer a autorização do seu *Qualificador*, Fr. Manuel Guilherme, para quem ela *ensina com clareza os últimos ápices da perfeição da língua francesa*, quer a licença do Paço, assinada por José da Cunha Brochado:

É uma obra em sua espécie perfeitíssima. (...) Aproveitem-se os vassallos de Vossa Magestade desta bela lição para possuir com arte, e falar com pureza uma língua, que com igual justiça que necessidade se fez comum na Europa.

Como vimos, títulos e sub-títulos são igualmente reveladores de uma mesma intenção, propor como padrão de língua o francês erudito. Atente-se nalgumas gramáticas que se publicam neste período: a de João António Barnoin, *Nova Gramática Francesa e Portuguesa, para se aprender com facilidade a falar, ler, escrever, traduzir, e pronunciar na última perfeição (...)*; a de Mr. De La Rue, *Novo Método de Gramática, para aprender com perfeição e ainda sem uso de Mestre, a língua Francesa, e de algum modo a Portuguesa*. (eds. de

PROLOGO.

NINGUEM ignora, que a lingua Franceza he hoje a mais cultivada na Europa, não só pelas excellentes Obras, que nella se tem escrito, mas tambem pela facilidade, que todos achão de exprimirem com ella as suas idéas. A Nação Portugueza he huma daquellas, que mais se applicão a estudalla; mas apezar de toda a sua applicação, não tem huma Arte, que possa dar-lhe hum inteiro, e perfeito conhecimento de huma tão util lingua; porque das que ha, humas ou são já hum pouco antigas, e por isso não dão as verdadeiras regras, que hoje se observão, tanto a respeito da Orthografia, como propriamente da Grammatica; outras contêm erros, e barbarismos, que ainda os mediocrementes instruidos na lingua Franceza lhes estão descobrindo a cada passo.

Considerando pois esta falta, ousou dar á luz esta Arte, a qual bem creio, que não tem aquella perfeição, que poderia ter, mas ao menos lisongeo-se, que he mais ampla, e mais correcta, que as que se tem impresso até agora. Em quanto ás regras, são segurissimas, pois a maior parte dellas são fundadas na authoridade de *Vaugelas*, *Bouhours*, *Menage*, *Corneille*, *Andri de bois-regard*, *le Dictionnaire de l'Academie*, *Regnier-Desmarais*, *La Touche*, *Buffier*, *Restaut*, e outros famosos Mestres.

Em quanto á correccão, posso affirmar, que me tem dado maior trabalho do que a propria composição; e na verdade se não assistisse á impressão della, seria impossivel sahir tão correcta especialmente na terceira columna da pronunciação, onde se achará nos accentos huma exactissima regularidade.

Mas como tudo isto não basta para aprender facilmente, e em pouco tempo huma lingua, tenho imaginado hum novo Methodo, com o qual os Curiosos podem instruir-se sem auxilio de Mestre: consiste em observar com cuidado a pronunciação das letras na terceira colu-

1756 e 1766) e a de D. João Maria Abbadie, *Nova Gramática para aprender a traduzir, falar e escrever a língua francesa com perfeição e brevidade (...)*.

Os dicionários, necessários auxiliares da aprendizagem do francês, são os *tesouros* dessa língua erudita, língua dos *sábios*, como nos diz Joaquim José Costa e Sá, revisor do *Nouveau dictionnaire français-portugais (...)* de Manuel de Sousa (ed. de 1784), dedicado ao Príncipe do Brasil:

Este Dicionário (...) é o Tesouro universal da Língua Francesa, quero dizer, da Língua dos Sábios que floresceram em todas as mais ilustres épocas da Literatura e da erudição, (...) obra (...) de tanta importância, e de necessidade tão indispensável para a Portuguesa (...) (Dedicatória).

A sua aceitação junto do público leva os editores a renovarem as edições destas obras. Podemos, assim, ler, no *Avis au public* da 2.^a ed. do *Nouveau Dictionnaire des Langues Française, et Portugaise (...)*, Tome Premier, de Costa e Sá, publicado em 1758, que a grande procura deste dicionário os moveu a dele fazerem uma segunda edição,

de contribuer à la perfection d'un Dictionnaire utile et même nécessaire à ceux qui s'appliquent et veulent savoir une langue aujourd'hui si universelle; dans laquelle ceux qui s'adonnent aux sciences, trouveront de quoi satisfaire leur goût (Avis au public).

A perda de um fundo considerável de obras por ocasião do terramoto de 1755, tê-los-ia feito desistir de tal empresa, não fora a consciência do interesse dos portugueses pela língua francesa:

Notre désir à répondre à la curiosité si louable de Messieurs les Portugais pour la langue Française nous a fait passer par dessus toute considération (Avis au public).

O francês veículo da nova cultura científica

É preocupação de autores e editores dos dicionários a sua constante actualização, particularmente no que respeita ao novo vocabulário científico e

técnico, a multidão de termos de Ciências, e Artes, que a língua Francesa se tem apropriado, usando deles nos escritos modernos, e na maior parte das conversações (Novo Dicionário Francês-Português (1777), e a consciência da importância dos conhecimentos científicos de que o francês é a principal língua veicular. Os editores do já citado dicionário de Manuel de Sousa, revisto por Costa e Sá em 1784, informam-nos, por isso, que:

Houve um vigilantíssimo cuidado de se lhe acrescentarem todos os termos técnicos, e facultativos das Ciências e das Artes; &c. Os Anatómicos, Botânicos, Físicos, Jurisconsultos, Teólogos; &c. acharão nele se não tudo, ao menos quase tudo, o que respeita às suas Faculdades. (Aviso dos Editores).

A consulta do dicionário revela-se, assim, indispensável a um vasto público, às pessoas de todas as classes e de todas as profissões que reconhecem a utilidade da língua francesa (F. de Castro Freire, Novo Dicionário Francês-Português, Paris, 1879), à própria mocidade estudiosa que pode tirar deste tipo de obras muitas utilidades e vantagens para os conhecimentos científicos de que não pode prescindir na carreira de seus estudos. (J. J. Costa e Sá, Dicionário Português-Francês-E-Latino, Lisboa, 1794).

Aprender o francês por meio da língua portuguesa

Embora visando a aprendizagem do francês, grande parte dos manuais que constituem o nosso inventário propõe um estudo paralelo das duas línguas, o francês e o português. Esta perspectiva *contrastiva*, para empregar uma terminologia actual, é patente nos títulos/subtítulos de gramáticas como as de D. Luis Caetano de Lima (ed. de 1732/1733), De La Rue (eds. de 1756 e 1766), e Aquiles Monteverde (ed. de 1838), elaboradas para se *aprender o francês por meio da língua portuguesa* ou para se *aprender a língua francesa e de algum modo a portuguesa*. Patente também em prefácios como o da gramática de José Inácio Roquete, já da segunda metade do século XIX, (nova edição revista, 1851), em que, vincando que a sua intenção é que os *discípulos* aprendam o francês mantendo a pureza da língua materna, o autor remete para o prólogo de uma obra anterior de que esta é apenas um resumo. A tradução é para Roquete um objectivo essencial da aprendizagem do francês.

Não o preocupa que em curto espaço de tempo

se aprenda perfeitamente a língua francesa, em cujo estudo gastam os Franceses oito e mais anos, e que às vezes nunca chegam a bem saber; dirigimos porém nosso intento a preservar os alunos do perigo certo que correm, durante esse tempo, de estropiarem miseravelmente o pátrio idioma, por isso lhes subministramos a triaga com o veneno, refrescando a memória do que sabem, para que aprendam sem esquecer, para que aumentem o cabedal de conhecimentos, e não para que substituam uns aos outros; em suma para que se descubra sempre que a linguagem francesa é aprendida, e a portuguesa bebida com o leite (Prefácio).

José da Fonseca, autor de um dicionário, que data igualmente da segunda metade de oitocentos (*Novo Dicionário Francês-Português*, Paris, 1862), revela idêntica preocupação, própria dos *sinceros e genuínos conhecedores da excelência da Língua Portuguesa*, que lamentam com profunda dor os estragos que ela quotidianamente está recebendo dos que se aplicam ao estudo e uso da Língua Francesa. Por isso, e por outras razões,

era necessário que aparecesse um (dicionário) Português, que, por assaz versado na literatura de ambas as nações, pudesse empregar aquele zelo e fino discernimento que preciso é para verter em linguagem os vocábulos e frases Francesas, sem nunca sacrificar, mas antes fazer sobressair a pureza, riqueza e abundância da preciosa língua dos Portugueses (Aviso do editor).

As obras literárias: as *Fábulas* de La Fontaine e as *Aventuras de Telémaco*, de Fénelon

Entre os manuais dos séculos XVIII e XIX existentes na B.P.B. figuram obras literárias como as já referidas *Fábulas* de La Fontaine, uma ed. francesa de 1830 e uma tradução portuguesa – *Fábulas escolhidas entre as de J. La Fontaine*, tomos I e II –, de 1839, da autoria de Filinto Elísio, e diversas edições estrangeiras e portuguesas das *Aventuras de Telémaco, Filho de Ulisses*.

O TELEMACO

DE MONSIEUR

FRANCISCO DE SALIGNAC,
DE LA MOTTE FENELON.

ARCEBISPO E DUQUE DE CAMBRAIA.

TRADUZIDO E DEDICADO

AO ILL. E EX. SENHOR

MARQUEZ

SECRETARIO DE ESTADO.

Da Secretaria do Con. B. do P. M. 301
PELO CAPITÃO

MANOEL DE SOUSA.

da Villa de Guimarães.

TOMO I.

Quinta

LISBOA

Saldá

Na Offic. de MIGUEL RODRIGUES,

Impressor do Eminent. S. Card. Patriarca.

M. D C C. LXX.

Com licença da Real Mesa Censoria.

Aprender o francês pelo Telémaco:
instruir distraindo e formar na prática da virtude

Manuel de Sousa, autor da edição de 1770, dedicada ao Marquês de Pombal, testemunha-nos a popularidade, também em Portugal, desta obra que se difundiu por toda a Europa nos séculos XVII e XVIII, servindo de livro de leitura a adultos e de modelo à educação de jovens príncipes e nobres⁹. Com efeito, a obra que oferece ao Marquês não só *é pelo seu assunto digna dum Ministro de Estado, e pelo seu estilo digna dum sábio e dum eloquente Ministro*, como foi acolhida com os *aplausos de todas as nações que deram franca entrada às luzes da razão e do gosto*, e que, por esse motivo, a traduziram. Essa é também a razão que levou Manuel de Sousa a traduzir *O Telémaco, de Monsieur Francisco de Salignac de La Motte Fénelon, Arcebispo e Duque de Cambraia*, um dos primeiros livros que leu quando iniciou os seus estudos de francês:

Foi esta uma das primeiras obras que lemos logo que nos demos ao estudo da língua Francesa, e não deixaram de nos contentar muitas das belezas que por toda ela vão derramadas e as excelentes pinturas que em muitas partes sobressaiem. Todos os dias nos atroavam os ouvidos os grandes louvores que davam a esta obra... (Prólogo do Autor).

Para *desagrar* a nação portuguesa, *sem razão ofendida* com uma má tradução anterior (ed. de 1765), empreendeu esta nova tradução, velando pela vernaculidade do texto português:

(...) encostando-nos ao texto quanto dá lugar a dissemelhança das duas línguas, entendemos que pela propriedade e elegância da nossa igualamos os lugares mais belos, e pela energia, concisão, abundância e nobreza de termos e frases, talvez realcem muitos lugares melhor que no Original (Prólogo do Autor).

Julgada antiquada, em seu lugar surgirá, em 1785, outra tradução do *Eloquentíssimo Poema das Aventuras de Telémaco*, igualmente documentada na B.P.B., cujo *afrancesamento* justificará, por seu turno, nova tradução, em 1837, de que esta biblioteca possui três exemplares.

Tal como o testemunho de Manuel de Sousa, um dos diálogos incluídos na já referida *Nova gramática francesa e portuguesa*, publicada em 1796 por João António Barnoin, mostra-nos como *O Telémaco* servia de manual de aprendizagem do francês *língua muito da moda, ... língua universal, falada por todas as pessoas de qualidade*.

194 NOVA GRAMMÁTICA

Tinchaís bem?	<i>Déconnez-vous bien?</i>
Trincho muito bem.	<i>Je découpe assez bien.</i>
Vós tendes o gosto muito delicado.	<i>Vous avez le goût fort délicat.</i>
Vós dais-nos hum banquete de Rei, e em lugar de nos dar hum jactar de amigo.	<i>Vous nous faites un festin de Roi au lieu de nous donner un repas d'amis.</i>
Comiei de fêe peru.	<i>Mangez de ce dindeon.</i>
Emprehei-me a faca.	<i>Prêtez-moi le couteau.</i>
Não lambais os dedos.	<i>Ne lèchez pas vos doigts.</i>
Esfregai-os ao guardanapo.	<i>Frottez-les à votre serviette.</i>
Não mettais os dedos na boca.	<i>Ne mettez pas vos doigts dans la bouche.</i>
Tenho hum bocado de carne nos dentes.	<i>Un morceau de viande tient à mes dents.</i>
Tira-o com o palito.	<i>Ortez-le avec le cure-dents.</i>
Mastigai a carne.	<i>Mâchez votre viande.</i>
Vós engolis os bocadinhos sem os mastigar.	<i>Vous avalez les morceaux sans les mâcher.</i>
Comei bem ao jantar, porque não tereis merenda.	<i>Mangez bien à dîner, car vous n'aurez point de gouter.</i>

Eu

FRANÇESA, E PORTUGUEZA. 195

Eu não cêmo fennão duas vezes ao dia.	<i>Je ne fais que deux repas par jour.</i>
Queris queijo?	<i>Voulez-vous du fromage?</i>
O que vos parecer.	<i>Ce qui vous plaira.</i>
Gostais de nata?	<i>Aimez-vous la crème?</i>
Sim Senhor.	<i>Oui Monsieur.</i>
Trazei a tobecmela.	<i>Apportez le dessert.</i>
Levantai a mefca.	<i>Deffervez.</i>
Vamos fazer hum giro pelo jardim, e depois viremos tomar o caffè.	<i>Allons faire un tour de jardin, & ensuite nous viendrons prendre le caffè.</i>

V. DIÁLOGO.

V. DIÁLOGUE.

Para fallar Francez.	<i>Pour parler Français.</i>
Fallais Francez?	<i>Parlez-vous Français?</i>
Sim Senhor.	<i>Oui Monsieur.</i>
He huma sciencia fallar bello fallar.	<i>C'est une science de la savoir parler.</i>
He huma lingua muito da moda.	<i>C'est une langue fort à la mode.</i>
He hoje a lingua universal.	<i>C'est aujourd'hui la langue universelle.</i>
Todo o mundo falla Francez.	<i>Tout le monde parle Français.</i>
Todas as pessoas de qualidade fallão Francez.	<i>Toutes les personnes de qualité parlent Français.</i>

Fal-

Utilizado por preceptores e mestres de línguas no século XVIII e princípios de oitocentos – *aprendeste, sabeis o francês pelo Telémaco* –, continua a servir de livro de leitura no ensino secundário oficial já bem avançado o século XIX. Jacob Bensabat, autor de uma das primeiras antologias de textos aprovadas oficialmente para o ensino do francês em 1881, *Lectures morales et morceaux choisis des classiques français – Nova selecta francesa ou trechos extraídos dos melhores clássicos franceses em prosa e verso para o estudo da língua francesa*, informa-nos que anteriormente à publicação da *Selecta francesa* de José Inácio Roquete em 1854, que servirá de livro de texto em diversos liceus do país até aos anos oitenta, *o professor de francês não tinha outro livro de que pudesse lançar mão, a não ser o Telémaco ou as Fábulas de La Fontaine*. O romance didáctico que Fénelon compôs para a educação do Duque da Borgonha, delfim de França, e que, como refere Fernando Cristovão, representou na época uma *pequena/grande revolução pedagógica*, surgindo como alternativa às bíblias e aos catecismos por onde se aprendia a ler, adequava-se ao ideal clássico da educação literária, nomeadamente aos objectivos da educação dos jovens, que importava *instruir* distraindo e *formar* na prática da virtude, aliando o *agradável*, que a literatura proporcionava, ao *útil* e ao *prático* exigido pelos novos contextos culturais dos meados do século XIX.

É clara em Roquete a pretensão de contrapor a sua *selecta* à generalizada leitura das *Fábulas* de La Fontaine e do *Telémaco*, obras que não só não oferecem a totalidade dos registos de língua necessários para se entender *toda a língua francesa*, como não satisfazem os requisitos de uma conveniente formação literária e moral da juventude:

Os meninos acharão neste livro um alimento intelectual mais são, e não menos agradável, que o que ordinariamente lhes fornecem na frequente leitura do Telémaco e das Fábulas de La Fontaine (Prólogo).

O uso comum e familiar do francês

Como o diálogo acima transcrito, muitos outros *diálogos* e *conversações familiares*, incluídos nas gramáticas e cursos de língua do período em análise, atestam que o objectivo da aprendizagem de um francês *puro e elegante* não exclui a preocupação dos registos de língua próprios das situações de comunicação da vida corrente, a partir de actos de fala tais como: *para escrever uma carta, para fazer uma visita de manhã, para ir ao teatro, para nadar, para falar ao sapateiro, do tempo, das horas, etc.*

Estas obras, como quase todos os dicionários, incluem uma grande diversidade de listas de vocábulos e frases que abarcam várias esferas do conhecimento e da vida, idiotismos, provérbios, máximas, pensamentos escolhidos, etc., constituindo por vezes pequenos dicionários, listas elaboradas com a intenção expressa de fornecer aos estudiosos do francês os termos e as expressões indispensáveis ao uso oral da língua, nomeadamente, como se referiu, nas diversas situações da vida quotidiana, ou o conhecimento do novo vocabulário científico e técnico:

Vocabulário de muitos nomes necessários para a conversação;
Compêndio de vários nomes e termos particulares, divididos por matérias...;
Colecção de provérbios que se correspondem exactamente nas duas línguas;
Idiotismos da língua francesa;
Petit dictionnaire des locutions vicieuses (com a correspondente correcção)...

A preocupação de *enriquecer* e de *aperfeiçoar* o vocabulário, cuja importância a pedagogia do século XIX irá acentuar, pois a aprendizagem não partirá já da palavra, mas da frase e do texto completo, visa quer *o uso comum e familiar* do francês e do português, quer o conhecimento do novo léxico científico e técnico necessário, como por vezes se diz, *para os que querem traduzir o francês ou para quem pretende traduzir frases e modos de falar*. Tal preocupação exigiu, segundo afirmam autores e editores, a necessidade de recorrerem a *conhecedores das duas línguas* ou a *diversos especialistas*.

Aprender o francês sem Mestre

A maior parte das gramáticas e *métodos* que se publicam no século XVIII visa fazer aprender o francês não só *com perfeição* mas ainda *sem mestre*, como os seus subtítulos realçam. Trata-se, com efeito, de *novos métodos* ou *novos métodos da gramática* para *aprender com perfeição e ainda sem uso de mestre* (ou *sem mestre*) a língua francesa. O autor de *O Mestre Francês*, por exemplo, Francisco Clamopin Durand, esclarece-nos no prólogo da sua obra que imaginou *um novo Método, com o qual os Curiosos podem instruir-se sem auxílio de Mestre...*

Como vimos, a aprendizagem em autodidaxia dominou entre nós até cerca de meados do século XIX, altura em que a maioria dos liceus se encontra já em pleno funcionamento. Até então o ensino/aprendizagem das línguas estrangeiras modernas fazia-se predominantemente no seio da família ou por intermédio dos *mestres de línguas*, muitas vezes estrangeiros sem formação pedagógica específica, que compunham eles próprios os manuais por onde ensinavam os seus *discípulos*.

Está por fazer a indispensável história dos nossos agentes de ensino, preceptores, mestres de línguas e professores que, ao longo de três séculos e meio de actividade, com escassos recursos didácticos, com maior ou menor intuição pedagógica e auferindo baixíssimos salários, se dedicaram ao ensino das línguas. Tendo o ensino secundário oficial sido criado em 1836, como se assinalou, apenas em 1860 se estabelecem as primeiras normas pedagógicas para o ensino das diversas disciplinas, datando de 1872 o primeiro programa de francês verdadeiramente estruturado. A profissionalização dos professores de línguas só se inicia entre nós nos princípios do século XX, com a reforma do Curso Superior de Letras em 1901. Na segunda metade do século XIX o ensino da língua francesa foi assim assegurado por agentes de ensino de reduzida ou insuficiente formação científica, quando esta correspondia ao curso completo dos liceus, professorado que abrangia um variado leque de profissões: bacharéis em Direito, médicos, advogados, militares, presbíteros, etc. Como tantas vezes confessam, baseavam a sua actividade pedagógica essencialmente na sua própria experiência de ensino e durante um largo período de tempo não puderam dipor de manuais adequados a esta outra modalidade de ensino, o ensino em situação escolar.

Os Elementos de gramática francesa destinados e admitidos para uso dos alunos que estudam esta língua, de que é autor o Conselheiro Agostinho Albano da Silveira Pinto, *Professor Jubilado e Ex-Director na Real Academia de Marinha e Comércio da Cidade do Porto*, e de que a B.P.B. possui a 6.^a edição (1852), parece sugerir, ainda na segunda metade de oitocentos, a falta de agentes de ensino, mesmo não profissionalizados. Os seus editores assim justificam o acrescentamento ao plano primitivo desta obra de notas complementares: *introducimos notas que suprem até certo ponto a falta de mestres em alguns objectos* (Advertência do Editor). José da Fonseca, autor de um dicionário da

segunda metade do século XIX, o *Novo dicionário francês-português* (ed. de 1862), tem igualmente presente a realidade do ensino em autodidaxia, nomeadamente no que respeita à aprendizagem da pronúncia. Com efeito, foi sua intenção enriquecer o seu dicionário *com a pronúncia figurada da língua francesa, de maneira a facilitá-la ao leitor sem ajuda de mestre*.

Se as obras dos autores citados pressupõem a aprendizagem do francês em autodidaxia, outras, porém, questionam tal modalidade de ensino. João António Barnoin, por exemplo, no prólogo da sua *Nova gramática francesa e portuguesa* (1756), alude aos métodos de aprendizagem do francês anteriormente publicados, que, na sua maioria, considera inadequados a tal objectivo, pois assentam na ilusão *de que por tais Artes qualquer possa saber francês com perfeição mesmo sem Mestre*. Barnoin não promete ao prudente Leitor da sua gramática que possa

receber a inteligência da Língua Francesa vaidosamente sem Mestre: mas sim vos prometo a utilidade que o vosso desejo e aplicação permitir: falo-vos sincero; porque é meu génio (Prólogo).

O ensino em situação escolar

A institucionalização do ensino das línguas vivas com a reforma de Passos Manuel em 1836 fez emergir, a par das modalidades de ensino referidas, um novo tipo de aprendizagem das línguas, o ensino em situação escolar.

Para um novo público, 'novos' manuais

Ao novo público, maioritariamente constituído por jovens da burguesia, que passa a frequentar a partir dos anos quarenta os nossos liceus, se adaptarão lenta e dificilmente os manuais de ensino, que passarão a figurar nas relações de livros oficialmente aprovados, alguns dos quais o nosso inventário documental também.

É possível distinguir neste segundo período uma primeira fase, que se estende

dos anos 40 a meados da década de 80, em que a metodologia do ensino oficial do francês predominante, o chamado *método gramática/tradução*, valoriza essencialmente o ensino gramatical, a leitura e a tradução, particularmente o tema escrito, e uma segunda fase, que se inicia cerca de 1884/1885, em que se reclama uma nova metodologia do ensino das línguas, dita metodologia *natural*, que evoluirá para o *método directo*. Nesta nova metodologia, que vai conhecer o seu auge na transição do século XIX para o século XX, valoriza-se a oralidade e consequente aprendizagem da pronúncia, a gramática indutiva e o texto seguido.

A novidade desta modalidade de aprendizagem, o ensino em situação escolar, a ausência no mercado português de obras didácticas adaptadas a este novo público e a já mencionada falta de preparação científica e pedagógica da maioria do professorado liceal, explicam que os professores continuem durante um largo espaço de tempo a utilizar nas aulas de francês os manuais disponíveis até então, obras que geralmente mantêm idêntica estrutura e nas quais se introduzem algumas adaptações ou inovações.

A novidade do exercício gramatical

Uma dessas inovações, patente nas gramáticas, de utilização quase exclusiva no ensino oficial até aos anos 80, consiste na introdução do exercício. A progressiva tomada de consciência das capacidades dos alunos e das suas necessidades de aprendizagem específicas, a que se assiste ao longo do século XIX, e a consequente preocupação de adequar o ensino a este novo público escolar, fazem com que as gramáticas se tornem pedagógicas, ou seja, *gramáticas de ensino*. O aparecimento do exercício nestes manuais corresponde à preocupação de tornar o ensino prático, tal como o reclamavam as concepções cientistas da educação que se difundem na Europa do tempo; ensino *prático*, porém, na acepção de que o termo se reveste no século XIX, a de um ensino que requiere prática, aplicação, exercitação (Cf. Howatt, 1988). Manuais de gramática ou cursos práticos deverão, assim, incluir exercícios de natureza diversa e frases de aplicação das regras gramaticais para versão e retroversão, como documenta o exemplar da 2.^a edição de uma gramática de Emílio Aquiles Monteverde pertencente à B.P.B., a *Gramática francesa teórica e prática*,

publicada em Lisboa em 1838. O autor justifica, aliás, o objectivo dos exercícios que propõe *no fim de cada regra* para que, como afirma, *se possa ajuizar se o Estudante está ao facto da mesma Regra, transcrevendo-os e dando-lhe a aplicação conveniente* (1838: 16).

Aprender a gramática

Durante os primeiros 45 anos de funcionamento dos liceus, dos seis manuais aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Pública para o ensino do francês, cinco são gramáticas, duas das quais representadas no presente inventário, a já citada obra de Monteverde e o *Epítome da gramática francesa* de José Valério Capella, *Professor das línguas francesa e inglesa no Lyceu Nacional de Braga* (ed. de 1856). A estrutura que as caracteriza, as esparsas indicações pedagógicas que as acompanham e os testemunhos que temos da prática do ensino oficial das línguas vigente, permitem-nos entrever o percurso seguido pelo aluno que aprendia o francês na segunda metade de oitocentos. O nosso estudante liceal começava por aprender o alfabeto, de cujas letras se partia para o estudo da pronúncia.

Aprendizagem essencialmente teórica, assentava na memorização das regras da pronúncia e na descrição dos sons, que se confundiam com as letras, tal como se constata no início da gramática de Capela, aprovada oficialmente em 1863.

Apesar do estudo da prosódia se ter valorizado com o nascimento da fonética e o aparecimento do método directo em finais do século, no período de que nos ocupamos já alguns professores de línguas consideram que aprender a falar uma língua supõe não apenas o estudo da pronúncia como também o da prosódia. É o caso de D. Diogo da Piedade, autor de um dos nossos manuais, que incluiu na sua *Arte francesa para uso dos portugueses*, publicada em Coimbra em 1828, um longo diálogo sobre a prosódia francesa, sob a forma de Pergunta/Resposta, extraído, segundo nos afirma, de um tratado de prosódia francesa do Abade Olivet. Com a inclusão deste diálogo, pretende D. Diogo persuadir os seus *discípulos* da indispensabilidade do estudo da prosódia, à semelhança da convicção do aluno em cuja boca coloca as últimas palavras da lição: *Conclusion. Je suis convaincu, et commence avec plaisir l'étude de la Prosodie.*

GRAMMATICA FRANCEZA

PARTE PRIMEIRA.

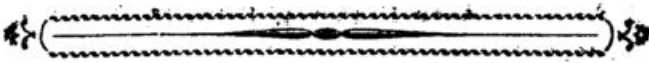
DA PRONUNCIA.

- 1 — Grammatica he a arte que ensina a exprimir correctamente as ideas, ou seja pela palavra, ou pela escrita.
- 2 — Para fallar e escrever usa-se de palavras: as palavras são compostas de syllabas, e estas de letras.
- 3 — O alfabeto francez contem as mesma letras que o portuguez; mas as letras francezas tem quasi todas hum nome diverso das portuguezas, o que se verá na seguinte taboa, que tem o nome de cada letra expresso em sons francezes e portuguezes.

FORMA DAS LETRAS.			NOMES DAS LETRAS.			
Caracteres romanos.		Caracteres itálicos,	Em Sons Francezes		Em Sons Portuguezes.	
			Nomes antigos	Nomes modernos	Nomes antigos.	Nomes modernos
A	a	A	a	a	a	a
B	b	B	bé	be	bè	bê
C	c	C	cé	ce	cè	cê
D	d	D	dé	de	dè	dê
E	e	E	é	é	é	é
F	f	F	ffe	fe	effe	fê
G	g	G	gé	gue	gè	gê
H	h	H	ache	ache	agá	agá
I	i	I	i	i	i	i
J	j	J	ji	je	jod	gê
K	k	K	ca	ca	cá	cá
L	l	L	elle	le	elle	lê
M	m	M	emme	me	emme	mê
N	n	N	enne	ne	enne	nê
O	o	O	o	o	o	ô
P	p	P	pé	pe	pè	pê
Q	q	Q	cu *	cu	qué	quê
R	r	R	erre	re	erre	rê
S	s	S	esse	se	esse	esse
T	t	T	té	te	tè	tê
U	u	U	u *	u	u	u
V	v	V	vé	ve	vau	vê
X	x	X	icse	cse	xis	xê
Y	y	Y	igrec	igrec	ipsilon	ipsilon
Z	z	Z	zedt	ze	zè	zê

* Veja-se a pagina 3 a pronuncia da vogal "u".

† As letras do alfabeto francez são do genero masculino; mas a letra *H* he do genero femino, e as letras *F, R,* são dos dous generos.



DIALOGUE

SUR

LA PROSODIE FRANÇOISE.

D. QU'est-ce que la Prosodie?

R. C'est l'art de prononcer chaque Syllabe régulièrement quant à l'accent, et à la quantité.

D. L'accent et la quantité sont-elles les seules propriétés prosodiques des Syllabes Françaises?

R. Il y a diversité d'opinions à cet égard. Des Grammairiens distingués prétendent que l'aspiration doit être comptée au nombre des propriétés prosodiques des Syllabes, d'autres prétendent le contraire.

D. A quelle opinion devons-nous nous fixer?

R. Je pense que la seconde est la meilleure, et c'est pour cette raison que j'ai borné à l'accent et à la quantité l'objet de la Prosodie.

D. Sur quoi fondez-vous votre opinion?

R. La consonne *H*, quand elle est aspirée, est la seule qui produise l'aspiration proprement dite. Or cette consonne n'a rien qui la distingue des autres; elle appartient à la touche gutturale, comme *B* à la touche labiale. Il en est de même des autres consonnes. Il n'y a donc au-

As Selectas

A aprendizagem da pronúncia era considerada um preliminar indispensável à prática da leitura da gramática, cujas regras o aluno devia memorizar, primeira etapa da aprendizagem, antes de abrir a antologia de autores clássicos, segunda etapa, para começar a ler os textos. Como vimos, esses textos, geralmente utilizados para leitura, análise gramatical e tradução, oral e escrita, eram inicialmente as *Fábulas* de La Fontaine e *As aventuras de Telémaco* de Fénelon.

Só na segunda metade do século XIX vemos surgir as antologias de texto como a já referida selecta de Roquete, de que a B.P.B. possui um exemplar de 1854. A necessidade deste tipo de manuais faz-se sentir particularmente a partir dos anos 80, em que se esboça uma nova metodologia do ensino das línguas estrangeiras modernas, para a qual pedagogos e professores reclamam, não só gramáticas novas que possibilitem um ensino racional do francês e facilitem a prática da língua, como também selectas novas, *instrutivas e práticas*, de carácter enciclopédico que, paralelamente aos conteúdos literários, veiculem noções das diversas ciências e exemplifiquem todos os registos de língua.

Duas das obras por nós recenseadas documentam esta evolução dos manuais de ensino: a *Anthologie de prosateurs et poètes français*, edição de 1889, de Albino Coelho, e a 2.^a ed. da *Selecta francesa extraída dos melhores autores modernos* de C. Delacruz Vidal, publicada em Lisboa em 1890. O prefácio da primeira edição desta antologia, que o autor transcreve, se por um lado atesta a permanência de um ensino do francês predominantemente gramatical, por outro, traduz bem a necessidade de um novo tipo de manual que sirva de complemento da gramática:

*Para que o estudo de uma língua possa fazer-se com proveito no menor espaço de tempo, é preciso que ao lado d'uma gramática bem clara, completa e metódica, o aluno tenha presente um bom livro onde estejam exemplificadas todas as suas regras (...). As **Selectas**, ou colecção de trechos de vários autores e de vários assuntos, dão-nos em pouco tempo o mesmo resultado que a leitura de tantos e tão variados livros nos dariam em muitos meses, senão em muitos anos.*

SELECTA FRANCEZA

PRIMEIRA PARTE

PROSA

NOÇÕES ÚTEIS

SOBRE

ASTRONOMIA, GEOGRAPHIA, OS TRES REINOS DA NATUREZA (MINERAL, VEGETAL, ANIMAL), PHYSICA, CHIMICA, HYGIENE, MORAL, GRANDES INVENTOS, NARRAÇÕES DE VIAGENS, DESCOBERTAS, LITTERATURA, HOMENS CELEBRES, ETC.; TODOS ESTES TRECHOS SÃO EXTRAHIDOS DOS MELHORES AUCTORES FRANCEZES CONTEMPORANEOS.

1 — ASPECT DE LA VOÛTE CÉLESTE

Quand on ¹ se place (se placer, *collocar-se*), pour voir le ciel, dans un endroit découvert, où la vue peut (pouvoir, *poder*) s'étendre librement de tous côtés, l'espace indéfini où circulent (circuler, *circular*) les astres, le Soleil pendant le jour et les étoiles pendant la nuit, apparaît (apparaître, *apparecer*) sous la forme d'une voûte immense recouvrant (recouvrir, *abranger*) tout l'horizon. Si cet ² horizon est celui ³ d'une vaste plaine ou mieux encore la surface de la mer, la ligne qui ⁴ le sépare (séparer, *separar*) du ciel semble (sembler, *parecer*) une circonférence de cercle, dont ⁵ l'observateur occupe (occuper, *occupar*) le centre.

La voûte céleste paraît (paraître, *parecer*) surbaissée, c'est-à-dire (*isto é*) moins haute ou moins profonde

A um critério de eficácia junta-se um critério pedagógico, reflectindo conceitos novos como o da necessária selecção e progressão dos conteúdos linguísticos e culturais e sua adaptação às capacidades dos alunos e aos objectivos da sua formação:

*Para fazer porém uma boa e útil **Selecta** não basta reunir num livro quaisquer trechos de quaisquer obras. Se não se fizer uma escolha apurada e graduada de assuntos, tendo sempre em vista o **progressivo desenvolvimento da inteligência do aluno e a sua mais completa instrução** na índole e segredos da língua que se lhe ensina, a tal **Selecta** ser-lhe-á de mais prejuízo que de proveito.*

O desenvolvimento da inteligência e das *aptidões dos alunos* supõe também para o autor a escolha de trechos que veiculem *conhecimentos úteis e ideias que lhes possam servir em idade mais madura*.

Também Albino Coelho visou fazer obra inovadora ao elaborar a sua antologia, que publicou em Coimbra em 1885, e de que a B.P.B. possui um exemplar da 3.ª edição (1889). Levado pelo desejo de a adequar aos interesses e necessidades dos alunos, dá-nos conta do critério a que obedeceu a escolha dos textos que ali figuram:

- diversidade temática, aliada ao carácter prático e útil dos assuntos abordados;
- modernidade dos excertos apresentados (...) *parce que c'est le français dans sa phase actuelle qu'il faut aux élèves auxquels ce livre est destiné;*
- rejeição da seriação tradicional por géneros;
- alternância prosa/poesia;
- valorização da poesia, como factor indispensável da educação da inteligência e da sensibilidade dos alunos: *l'éducation par la poésie est instamment recommandée aujourd'hui par la science pédagogique.*

Inovador nos conteúdos, Albino Coelho pretende igualmente inovar a metodologia do estudo dos trechos que constituem a sua *selecta*, propondo como estratégia de aprendizagem o que designa por *méthode naturelle*. Esse método natural

consiste na estruturação da sua antologia em *séries*, organizadas em *lições de coisas*, aprendizagem da língua e aquisição de conhecimentos práticos formando um todo indissociável:

Notre méthode toute naturelle consiste à répartir les morceaux par des séries selon la facilité des matières renfermées dans chacune, en commençant par les plus familières à l'enfant (séries domestiques). Ces séries organisées en leçons de choses apprendront du même coup la langue et les connaissances pratiques, aujourd'hui indispensables (Avant-Propos).

Os métodos 'práticos': o *Ollendorf*

A preocupação por um ensino prático que, como vimos, se intensifica entre nós sobretudo na segunda metade do século XIX, deu lugar a diversas tentativas de adaptação dos manuais a este novo objectivo da aprendizagem das línguas, *métodos* ou *cursos* que geralmente não passam de variantes da metodologia tradicional dominante, a metodologia sintética, correspondendo ao que Christian Puren designa por *cours traditionnels à objectif pratique*. Entre eles conta-se o chamado *Ollendorf*, da autoria de um professor de línguas alemão, que em 1835 publicou *Novo método para aprender a ler, a escrever e a falar uma língua em 6 meses, aplicado ao alemão de H. G. Ollendorf*, cujas adaptações a diversas línguas se espalharam pela Europa grangeando enorme popularidade. O método de Ollendorf parece ter tido grande voga em Portugal. Entre 1874 e 1890 conhecem-se seis edições do *Método para aprender a ler, falar e escrever a língua francesa em seis meses arranjado para uso dos portugueses* por Francisco Adolfo Coelho, de que a B.P.B. possui um exemplar da edição de 1890. Também Domingos de Azevedo publicou um *Ollendorf aperfeiçoado – Método moderno para se aprender o francês sem auxílio de mestre*, de que conhecemos pelo menos duas edições. O *Ollendorf* não só foi adoptado por diversos liceus em finais dos anos 80, como, a avaliar pelo testemunho de Carlos Afonso dos Santos, na dissertação final de estágio que apresentou perante o júri da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1912: 15-16), foi um dos *métodos de transição do antigo para o moderno método* de ensino das línguas vivas:

Quem não conhece o Ollendorf?

– Por ele estudaram as principais línguas vivas milhares de pessoas, e ainda hoje em Portugal não falta quem o apregoe, muito especialmente quando se trata de adquirir das línguas um conhecimento sumário, duas noções para uma viagem, por exemplo. Intimamente ligado às correntes rotineiras pelo espírito de tradução o Ollendorf consegue todavia libertar-se de muitos preconceitos da época, dando-nos um processo prático e ensinando-nos uma gramática dentro da língua, induzida de frases.

Os métodos catequéticos

O amadorismo de muitos dos autores de manuais explica que o método catequético possa também surgir como uma proposta válida de aprendizagem. É o que acontece com o autor do *Petit abrégé de versification française*, de 1878, T. A. F. Nobre de Carvalho:

*Ce petit traité de **versification** se présente donc de la manière suivante: Dans le même paragraphe la demande et la réponse; la demande en **lettre italique**. Clarté, commodité, élégance (Préface).*

Além de considerar a metodologia da Pergunta-Resposta como a mais adequada, Carvalho redigiu o seu pequeno tratado em francês para ir ao encontro de uma das facetas do ensino prático que começa a ser requerida no último terço do século, a prática oral da língua:

Comme aujourd'hui dans les examens de la langue française les élèves sont obligés de répondre dans cet idiome, j'ai aussi pensé qu'il était utile que mon travail fût écrit en français (Préface).

Na realidade, no preâmbulo do decreto de 23 de Setembro de 1872, que consagra o novo programa de francês, é clara a preocupação por um ensino de cunho prático, traduzido na valorização dos *exercícios de aplicação* e na prática da expressão oral e escrita. Numa nota final determina-se que *no 1.º ano, o ensino, depois de dada a gramática, será em francês*. De igual modo, nas normas relativas aos exames de línguas, que se promulgam no ano seguinte, prescreve-se que examinadores e alunos apenas possam recorrer à língua estrangeira.

Dos Mestres aos Professores

A maioria dos autores das obras que se publicam neste período, particularmente na sua segunda fase, intitulam-se já *professores* e dirigem os seus manuais a um público específico, os *alunos* ou os *estudantes* dos estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares. Frequentemente lecionam mais de uma língua, geralmente o francês, mas também o francês e o italiano, o francês e o português, o francês e o inglês; o latim, o francês e o inglês. A experiência pedagógica que acumularam, por vezes em instituições de diferentes graus e níveis de ensino, o estudo pessoal das novas correntes pedagógicas que alguns empreendem, o desejo de adequarem a sua prática aos programas e às normas didácticas superiormente estabelecidas, as dificuldades experimentadas com os seus próprios alunos, são outras tantas motivações que os encorajam a participar na elaboração dos materiais didácticos necessários à aprendizagem da língua francesa.

Conclusão

A sucinta análise – na perspectiva das linhas de investigação possíveis – dos manuais para o ensino/aprendizagem do francês de 1732 a 1890 que, graças ao empenhado interesse e apoio do director da B.P.B., Dr. Henrique Barreto Nunes, foi possível recensear e inventariar, permite-me confirmar a convicção com que iniciámos este trabalho de pesquisa de que se abre um vasto terreno de investigação à história dos manuais escolares, um dos melhores, senão o melhor testemunho da permanente multiplicidade da história do ensino das línguas.

Notas

¹ Respectivamente Albano Faria Alves Mota, Margarida Campos de Almeida, Maria Alzira Teixeira Pereira de Moura Guedes, Maria Cristina Nogueira Fernandes Gomes e Vitória Maria Rodrigues Parente Carvalhido.

² Norstedts Tryckeri, Stockolm, 1985.

³ Répertoire par Elisabet Hammar, mars 1966, à l'occasion du colloque international de la SIHFLES à Linköping, "Phonétique et pratiques de prononciation", 22-25 mai 1996.

⁴ O objectivo principal deste programa é recensar a totalidade dos manuais escolares publicados em França em todas as disciplinas e para todos os níveis de ensino (com excepção do superior), de qualquer tipo de estabelecimento de ensino.

⁵ *Les manuels scolaires en France de 1789 à nos jours. 2. Les manuels d'italien, Emmanuelle*, coll. dir. Alain Chopin, Paris, Service d'histoire de l'éducation, 1987, I Présentation du répertoire.

⁶ De que poderei destacar a difícil e lenta edificação do ensino liceal, criado a partir do zero, a escassez de directrizes pedagógicas e programáticas oficiais até 1872, a inexistência de professores competentes e de manuais de ensino adequados, as exíguas dotações orçamentais.

⁷ A primeira gramática francesa publicada em Portugal data de 1679, tendo sido composta, segundo nos refere o seu autor, João da Costa, a pedido de uma jovem dama da corte, D. Violante Manrique de Mendoça, que lhe manifestara o desejo de aprender a língua francesa.

⁸ Que no século XIX tem a aceção de *exercício* (cf. Howatt, 1988).

⁹ Em *Presença de Fénelon no espaço literário luso-brasileiro. Subsídios para um estudo* (pp. 135-150), o Prof. Doutor Fernando Alves Cristóvão refere a *grande incidência* das ideias de Fénelon na cultura portuguesa e as cerca de 30 edições e reedições do Telémaco que se conhecem.

Referências Bibliográficas

- Caravolas, Jean-Antoine (1995): *Le point sur... l'histoire de l'enseignement des langues (~3000 -1950)*, Coll. dir. Claude Germain, Québec, C.E.C.
- Choppin, A. (1992): *Manuels scolaires: histoire et actualité*, Paris, Hachette.
- Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou seconde*, n.ºs 1 a 23, Paris, SIHFLES.
- Howatt, A.P.R. (1988): *A history of english language teaching*, Oxford University Press, Hong Kong.
- Puren, Christian (1988): *Histoire des méthodologies de l'enseignement des langues*, Paris, Nathan, Clé International, Coll."Didactique des langues étrangères".
- Salema, Maria José (1993): *A didáctica das línguas vivas e o ensino do francês nos liceus portugueses na viragem do século: o período de 1894 a 1910*, Braga, Universidade do Minho (tese dactilografada).
- Santos, Carlos Afonso (1912): *Propedêutica da língua francesa*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão.

Catálogo dos manuais para o ensino/aprendizagem do Francês (1732/1890) existentes na Biblioteca Pública de Braga*

L. 3519 A.

ABBADIE, João Maria N. A.

Nova grammatica para aprender a traduzir, fallar, e escrever a lingua franceza, ... / João-Maria-N.A.Abbadie. - Lisboa : Na Typografia Rollandiana, 1809. - 237 p. ; 15 cm

CDU 811.133.1(075)

L. 185 V.

[ANTHOLOGIE FRANÇAISE]

[Anthologie française]. - [Paris : Guillard, Ailland et Cie, 1889]. - 400, VII p. ; 21 cm. - Exemplar sem folha de rosto. Dados recolhidos da comparação com edições existentes na Biblioteca Nacional

CDU 811.133.1(075)

L. 10 A.

BARNOIN, João António

Nova grammatica franceza, e portugueza ... / João Antonio Barnoin. - Porto : Na Typog. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1796. - [8], 298, [6] p. ; 15 cm

CDU 811.133.1(075)

L. 2944 A.

CAPELA, José Valerio

Epitome da grammatica franceza / José Valerio Capella. - Braga : Typographia Lusitana, 1856. - 126 p. ; 21 cm

CDU 811.133.1(075)

* Catálogo organizado por Maria Teresa Braga da Cruz (Biblioteca Pública de Braga).

L. 308 V.

CARVALHO, T.A.F. Nobre de

Petit abrégé de versification française / T.A.F. Nobre de Carvalho. - Lisbonne : Imprimerie Nationale, 1878. - [2], 39 p. ; 21 cm. - Dedicatória manuscrita do A. ao reitor do Liceu Nacional de Braga

CDU 811.133.1(075)

L. 3 A.

CONSTANCIO, Francisco Solano

Novo diccionario portatil das linguas portugueza e franceza / F. S. Constancio. - 2ª ed, rev. - Paris : Em Casa de Rey e Gravier : e na de Theophilo Barrois, 1820. - v. ; 15 cm. - 2.ª parte - Portuguez-francez. - 1820. - XXVIII, [4], 484 p.

CDU 811.133.1(038)

L. 1623 A.

DURAND, Francisco Clamopin

Mestre francez, ou novo methodo para aprender com perfeição, e ainda sem mestre, a lingua franceza por meio da portugueza / Francisco Clamopin Durand. - 6.ª ed. emendada ... - Lisboa : Na Offic. de Simão Thaddeo Ferreira, 1798. - [5], 456 p. ; 21 cm

CDU 811.133.1(075)

L. 449 A.

DURAND, Francisco Clamopin

Mestre francez, ou novo methodo para aprender com perfeição, e ainda sem mestre, a lingua franceza por meio da portugueza / Francisco Clamopin Durand. - 9.ª ed. emendada ... - Lisboa : Na Impressão Regia, 1824. - [5], 457 p. ; 20 cm

CDU 811.133.1(075)

L. 1227 A.

FENELON, 1651-1715

Aventuras de Telemaco, filho de Ulysses / Francisco de Salignac da Motha Fenelon. - Lisboa : Na Typografia Rollandiana, 1785. - 453 p., 1 est. ; 18 cm
CDU 821.133.1-31 Fenalon, F. de S. de La M.

L. 1228 A.

L. 1229 A.

FENELON, 1651-1715

Aventuras de Telemaco filho de Ulysses / F. Salignac de la Mothe Fenelon ; trad. Manuel de Sousa e de Francisco Manuel do Nascimento; retocada e correcta por José da Fonseca. - Paris : Na Livraria Europeia de Baudry, 1837. - 2 v., 580 p. : il. ; 17 cm. - Pertenceu ao Colégio do Espírito Santo de Braga
CDU 821.133.1-31 Fenelon, F.S.de La M.

M.M. 231 A.

FENELON, 1651-1715

Aventuras de Telemaco, filho de Ulysses / Francisco Salignac de la Mothe Fenelon ; trad. Manuel de Sousa e Francisco Manuel do Nascimento ; retocada e correcta por José da Fonseca. - Paris : Na Livraria Europeia de Baudry, 1837. - III, 580 p., 8 est. ; 18 cm
CDU 821.133.1-31 Fenelon, F.de S. de La M.

L. 1769 A.

L. 1770 A.

FENELON, 1651-1715

O Telemaco / Francisco de Salignac de La Motte Fenelon ; trad. Manoel de Sousa. - Lisboa : Na Offic. de Miguel Rodrigues, 1770. - 2 v. ; 15 cm. - Tomo I - [24], 359 p. - Tomo II - [1], 468 p. - Pertenceu à Livraria do Convento de Santo António dos Reformados de Guimarães
CDU 821.133.1-31 Fenelon, F. de S. de La M.

L. 467 V.

FONSECA, José da

Novo dictionario francez-portuguez / José da Fonseca. - Pariz : Em caza de V.ª J.-P. Aillaud, Monlon e C.ª, 1862. - [4], VI, 955 p. ; 22 cm. - Pertenceu à Biblioteca do Convento de Montariol, Braga
CDU 811.133.1(038)

L. 1091 V.

FREIRE, F. de Castro

Novo diccionario francez-portuguez ... / F. de Castro Freire. - Paris : V^a J.-P. Aillaud, Guillard e C.^a, 1879. - [4], IV, 1285 p. ; 27 cm. - Pertenceu ao Colégio do Espírito Santo de Braga
CDU 811.133.1(038)

L. 118 P.

JOVENE, José Arcangelo

Mapa orthografico para se ler com brevidade, e sem maior estudo a escriptura franceza, ... / Joze Arcangelo Jovene. - 2.^a ed., novamente correta, e ampliada. - Coimbra : Na Real Imprença da Universidade, 1770. - [4] p. ; 33 cm. - Pertenceu a Pereira Caldas professor bracarense
CDU 811.133.1(075)

L. 97 A.

LA FONTAINE, Jean de, 1621-1695

Fables de La Fontaine: avec notes. - A Paris : Chez Crapelet, 1830. - v. : il. ; 12 cm. - Tomo II - 464 p., il.
CDU 821.133.1-34 La Fontaine, J.

L. 3381 A.

LA FONTAINE, Jean de, 1621-1695

Fabulas / escolhidas entre as de J. La Fontaine ; traduzidas em verso portuguez, por Filinto Elysio. - Lisboa : Na Typographia Rollandiana, 1839. - 2 v. : 12 cm. - Tomo I - 240 p. - Tomo II - 338 p.
CDU 821.133.1-34 La Fontaine, J.

L. 15 A.

LA RUE, De

Novo methodo de grammatica, para aprender com perfeiçam, e ainda sem uso de mestre, a lingua franceza, e de algum modo a portugueza / De La Rue. - Lisboa : Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1756. - [4], 320 p. ; 15 cm. - Pertenceu à Livraria da Congregação dos Oratórios de Braga
CDU 811.133.1(075)

L. 3505 A.

LA RUE, De

Novo methodo de grammatica, para aprender com perfeiçam e ainda sem uso de mestre, a lingua franceza, e de algum modo a portugeza / De La Rue. - Lisboa : Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1766. - [2], 320 p. ; 15 cm
CDU 811.133.1(075)

L. 1374 V.

LIMA, Luis Caetano de

Grammatica franceza, ou arte para apprender o francez por meyo da lingua portugueza ... / Luis Caetano de Lima. - Lisboa, Na Officina da Congregação do Oratorio, 1732-1733. - 1 v. [733] p. : il. ; 22 cm. - Pertenceu à Congregação do Oratório de Braga.. - Parte I - 1733. - [16], 271 p. - Parte II - 1732. - [8], 463 p.
CDU 811.133.1(075)

L. 60¹ P.

MARQUES, José

Nouveau dictionnaire des langues françoise, et portugaise ... / Joseph Marques. - 2.^o ed. rev., corrigée, & augmentée d'un supplément. - Lisbonne : Chez Jean Joseph Bertrand, 1758. - [4], 677 p. ; 31 cm. - Encadernado com Supplement ..., cota L. 30//2 P. - Pertenceu a Fr. Vicente do Porto e ao Liceu Nacional de Braga
CDU 811.133.1(038)

L. 30¹ P.

MARQUES, José

Nouveau dictionnaire des langues françoise, et portugaise ... / Joseph Marques. - 3.^o ed., rev., corrigée, augmentée, & d'un supplément. - Lisbonne : Imprimerie Royale, 1775. - 677 p. ; 30 cm. - Encadernado com supplement ..., cota L. 30//2 P.
CDU 811.133.1(038)

L. 60² P.

MARQUES, José

Supplement du nouveau dictionnaire des langues françoise, et portugaise / Joseph Marques. - 2.^o ed., corrigée. - Lisbonne : Imprimerie Patriarchale de

François Louis Ameno, 1764. - 183 p. ; 31 cm. - Encadernado com Nouveau dictionnaire ..., cota L. 60//1 P.
CDU 811.133.1(038)

L. 30² P.

MARQUES, José

Supplement au nouveau dictionnaire des langues françoise, & portugaise / Joseph Marques. - 3.ª ed., rev., corrigé, & augmenté. - Lisbonne : Imprimerie Royale, 1776. - 207, 1 p. ; 30 cm. - Encadernado com Nouveau dictionnaire ..., cota L. 30//1 P.
CDU 811.133.1(038)

L. 17 V.

MONTEVERDE, Emílio Aquiles

Grammatica franceza / Emílio Achilles Monteverde. - 2.ª ed. - Lisboa : Na Imprensa Nacional, 1838. - [3], 344 p. ; 21 cm
CDU 811.133.1(075)

L. 1232^a V.

NOBREGA, M. do Nascimento

Chave dos exercícios de applicação do methodo pratico de grammatica franceza / M. do Nascimento Nobrega. - Coimbra : Imprensa da Universidade, 1876. - 82, [2] p. ; 23 cm
CDU 811.133.1(075)

L. 1635 V.

NOVO DICCIONARIO FRANCEZ-PORTUGUES ..

Novo diccionario francez-portugues ... - 5.ª ed. - Lisboa : Na Officina de Filippe da Silva e Azevedo, 1786. - [4], 694 p. ; 21 cm
CDU 811.133.1(038)

L. 1634 V.

NOVO DICCIONARIO FRANCEZ-PORTUGUEZ

Novo diccionario francez-portuguez. - 6.ª ed. - Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1796. - [4], 770 p. ; 21 cm
CDU 811.133.1(038)

L. 46 V.

NOVO DICCIONARIO FRANCEZ-PORTUGUEZ...

Novo dictionario francez-portuguez ... - Lisboa : Na Regia Officina Typografica, 1777. - [4], 223 p. ; 20 cm

CDU 811.133.1(038)

L. 480 V.

NOVO DICCIONARIO FRANCEZ-PORTUGUZ [sic], COMPOSTO SEGUNDO OS MAIS CÉLEBRES DICCIONARIOS...

Novo dictionario francez-portuguz [sic], composto segundo os mais célebres dictionarios ... - 7.^a ed. - Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1803. - [4], 770 p. ; 23 cm

CDU 811.133.1(038)

L. 3499 A.

NOVO MESTRE FRANCEZ, OU NOVA GRAMMATICA DA LINGUA FRANCEZA,...

Novo mestre francez, ou nova grammatica da lingua franceza, ... - 5.^a impressão. - Lisboa : Na Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos, 1815. - [2], 387 p. ; 15 cm. - Pertenceu a Fr. António do Carmo Caldas

CDU 811.133.1(075)

L. 640 A.

OLLENDORFF, H. G.

Methodo para aprender a ler, fallar e escrever a lingua franceza em seis mezes / H. G. Ollendorff ; arranjado para uso dos portuguezes por F. Adolpho Coelho. - 6.^a ed, correcta e augmentada. - Porto : Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1890. - VII, 720 p. ; 19 cm

CDU 811.133.1(075)

L. 216 V.

PIEIDADE, Diogo da

Arte franceza para uso dos portuguezes / Diogo da Piedade. - Coimbra : Na Real Imprensa da Universidade, 1828. - 323 p. ; 21 cm. - Pertenceu a A.B. de

Meneses, presbítero secular

CDU 811.133.1(075)

L. 26 A.

PINTO, Agostinho Albano da Silveira

Elementos de grammatica franceza ... / Agostinho Albano da Silveira Pinto. - 6.^a

ed. corrig. augm. - Porto : Typographia Commercial, 1852. - V, 231 p. ; 16 cm

CDU 811.133.1(075)

L. 1955 A.

ROQUETE, J.-I.

Grammatica elementar de lingua franceza e arte de traduzir o idioma franceza

em portuguez ... / J.-I. Roquete. - Nova ed. rev.. - Pariz : V.^a J.-P. Aillaud,

Guillard e C.^a, 1851. - VII, 164 p. ; 18 cm

CDU 811.133.1(075)

L. 5504 V.

ROQUETE, J.-I.

Nouveau dictionnaire portugais-français ... / J.-I. Roquete. - Nouv. ed. corrigée

/ par V.C. - Paris : Guillard, Aillaud, 1888. - XVI, 1290 p. ; 21 cm

CDU 811.133.1(038)

L. 4599 A.

SÁ, Joaquim José da Costa e

Diccionario abreviado das linguas portugueza, e franceza, ou compendio do

grande diccionario portuguez, francez, e latino / Joaquim José da Costa e Sá.

- Lisboa : Na Typografia Rollandiana, 1808. - [2], 926 p. ; 20 cm

CDU 811.133.1(038)

L. 51 P.

SÁ, Joaquim José da Costa e

Diccionario portuguez-francez-e-latino ... / Joaquim José da Costa e Sá. -

Novamente compilado. - Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira,

1794. - [8], 674, 555 p. ; 30 cm

CDU 811.133.1(038)

L. 1248 A.

SELECTA FRANCEZA OU TRECHOS EXTRAHIDOS DOS MELHORES AUTORES FRANCEZES ...

Selecta franceza ou trechos extrahidos dos melhores autores francezes ... / J.-I. Roquette. - Nova ed. - Pariz : Em Casa de V.^a J.-P. Aillaud, Guillard e C.^a, 1855. - [8], 604 p. ; 18 cm. - Pertenceu ao Seminário de S. Fiel
CDU 811.133.1(075)

L. 85 P.

SOUSA, Manuel de

Nouveau dictionnaire françois-Portuguais ... / Emmanuel de Sousa ; mis en ordre, rédigé, revû, corrigé, augmenté par Joachim Joseph da Costa & Sa. / par Joachim Joseph da Costa & Sa. - Lisbonne : Chez Borel, Borel, 1784-1786. - 2 v. ; 29 cm. - Dois Tomos encadernados num volume. - Tomo I - A=K. - 1784. - [8], 617 p. - Tome II - L=Z. - 1786. - 583, [1] p.
CDU 811.133.1(038)

L. 440 A.

STRATNEVER, Luis Alfredo

Grammatica franceza ... / Luiz Alfredo Stratnever. - Porto : Typographia Commercial Portuense, 1839. - 244 p. ; 20 cm
CDU 811.133.1(075)

L. 1484 A.

VIDAL, C. Delacruz

Selecta franceza / C. Delacruz Vidal. - 2.^a ed. rev. e melhorada / colab. de Luiz Filippe Leite. - Lisboa : Typographia Mattos Moreira, 1890. - [6], 474 p. ; 18 cm
CDU 811.133.1(075)

O interesse pelo livro em Portugal *

Henrique Barreto Nunes

Todos os anos, ciclicamente, os jornais portugueses apresentam grandes títulos:

- *“Um país que não lê”; “Os portugueses não gostam de livros?”; “Metade dos portugueses não lê livros”; “Portugueses lêem pouco”; etc., etc.*

Em Setembro passado mais uma vez a situação se repetiu, quando foram divulgados os resultados do inquérito aos hábitos de leitura que anualmente a APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) realiza: apenas 45 por cento dos portugueses lê livros e destes somente 47% estavam a ler um livro no momento em que foram inquiridos.

* Texto da intervenção no Encontro Europeu “Le livre et ses imaginaires” realizado em Paris em 18 de Novembro de 2000, por iniciativa da Bibliothèque Publique d'Information/Centre Pompidou. Esta comunicação foi apresentada no painel intitulado “O interesse pelo livro”, cujo tema era o seguinte: *qual é hoje o interesse pelo livro em diversos países da Europa? Esse interesse é ou não suscitado pela educação, a escola, as tradições de leitura próprias de certos países do norte e do sul? Que disparidades se podem constatar quanto à importância que as diferentes culturas atribuem ao livro?*

Neste painel, orientado por Martine Poulain, socióloga e professora da Universidade de Paris X, participaram ainda Barbro Thomas, directora da Biblioteca Nacional da Suécia, James Raven, professor de História do Livro da Universidade de Oxford e François Dupuigrenet-Desroussilles, professor da ENSSIB (Escola Nacional Superior das Ciências da Informação e das Bibliotecas), de Lyon.

A conferência inicial foi proferida por Anne-Marie Bertrand, da Direcção do Livro e da Leitura de França.

Num outro painel foi debatido “O lugar do livro nos media”, tendo a participação de Olivier Bourgois e Bernard Pivot (França), Gianni Rotta (Itália) e Markus Gerlach (Alemanha).

Estes dados, com ligeiras oscilações, vão-se repetindo ao longo dos últimos anos, sintoma de uma realidade por muitos considerada preocupante, se não mesmo dramática, embora não se deva omitir que 82% dos inquiridos lêem jornais e revistas.

Antes de analisarmos estes sinais, vamos procurar encontrar as principais causas – algumas já longínquas – que conduziram a esta situação, de algum modo comum a diversos países da Europa do Sul.

O primeiro livro feito em Portugal foi impresso em 1487, em caracteres hebraicos (o primeiro em português “Tratado da confissom”, foi impresso provavelmente por um alemão, dois anos depois em Chaves).

Deste modo verifica-se que a imprensa foi introduzida em Portugal cerca de 35 depois da primeira Bíblia de Gutemberg. Recordemos, a propósito, que os primeiros livros impressos surgiram em Itália e França cerca de 1470, em Espanha em 1472, na actual Bélgica em 1473, na Inglaterra em 1476, na Dinamarca em 1482...

Sabe-se que em 1480 cento e dez cidades europeias possuíam uma oficina tipográfica, muito antes portanto de o livro chegar a Portugal.

Talvez aqui se fosse encontrar uma primeira explicação para a situação portuguesa, cuja actividade tipográfica a partir de 1536 sofre de pesadas restrições resultantes do estabelecimento da censura, à sombra da Inquisição, o que também se reflecte na importação de livros.

Contudo será na questão do ensino e, especialmente, do analfabetismo que teremos que encontrar a explicação primeira para o atraso português em matéria de leitura e na produção, circulação e acesso ao livro.

O ensino das primeiras letras estava na Idade Média centralizado em instituições religiosas, em especial nos mosteiros.

Mas enquanto que nos países do Norte da Europa, a partir do séc. XVI, devido à Reforma Protestante, a aprendizagem da leitura se tornou uma necessidade, em Portugal – que não conheceu a Reforma – apenas em 1772 surgiram as primeiras e raríssimas escolas públicas.

E só após a revolução liberal, no 2.º quartel do séc. XIX, foi regulamentada a liberdade de ensino e a instrução primária gratuita, embora o conteúdo dessa legislação não tivesse concretização prática de relevo.

Por isso não é de admirar que, em 1878, 83% da população portuguesa fosse analfabeta e que só muito lentamente a taxa de analfabetismo fosse diminuindo: 74% em 1900; 66% em 1920, dez anos após a proclamação da República, que desde o início se tinha proposto erradicar aquele déficite, dado que na altura era a percentagem mais alta da Europa.

Em 1940, já em plena vigência do regime fascista, pela primeira vez na sua história metade da população portuguesa sabia ler, escrever e contar.

Contudo, em 1950, três milhões de portugueses eram ainda analfabetos (40% da população), o que provocou o lançamento de uma campanha nacional de educação de adultos em 1952.

À boa maneira salazarista, no preâmbulo do diploma legal que a lançou, procurava-se justificar o analfabetismo por *circunstâncias de diversa natureza, mas a sua mais funda razão de ser reside ... na facto de o nosso povo, pela sua riqueza intuitiva, pelas condições da sua existência e da sua actividade, não sentir a necessidade de saber ler...*

Só a partir de 1960, quando a taxa de analfabetismo ronda os 34%, se pode afirmar que a escolaridade básica começa a ser integralmente cumprida, o que se concretiza após a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974) quando ainda havia 26% de analfabetos em Portugal.

Actualmente ainda existirá cerca de 1 milhão de portugueses que não sabe ler nem escrever (10%), mas dada a sua avançada idade, é um problema que, diz-se ironicamente, só se poderá resolver no cemitério.

O ensino liceal criado em 1836, foi-se desenvolvendo muito lentamente, embora hoje a situação seja estável, equiparada a dos outros países europeus.

Quanto à universidade, basta dizer que em 1960 era frequentada por uma elite (24.000 alunos), em 1974 por 48.000 alunos (só existiam 3 universidades

públicas) e hoje, mercê da proliferação das privadas, cerca de 300.000 portugueses cursam o ensino superior.

Correlacionado, como é evidente, com os elementos estatísticos atrás apontados, o panorama das bibliotecas em Portugal foi, até há bem pouco, bastante sombrio.

Antes do séc. XIX existiam algumas bibliotecas importantes em conventos e mosteiros e na Universidade de Coimbra.

A primeira biblioteca pública foi fundada em Lisboa em 1796, estando na origem na Biblioteca Nacional.

Após o triunfo dos liberais, em 1834, foram criadas algumas bibliotecas públicas nas capitais dos distritos, destinadas a recolher as livrarias das ordens religiosas extintas (incorporações revolucionárias), o que se voltou a verificar em 1910, com a República.

Em 1870 é promulgada legislação tendente à criação de bibliotecas populares, com poucos resultados, o mesmo se passando após a proclamação da República, quando se procuram organizar bibliotecas municipais.

De notar que neste período existiu uma quantidade apreciável de Gabinetes de Leitura, introduzidos por livreiros franceses em Lisboa na primeira metade do séc. XIX, bem como, por todo o país, diversas bibliotecas de associações de classe, culturais ou cívicas, que procuravam satisfazer as necessidades de leitura e informação de parte dos 20% da população alfabetizada.

O regime fascista (1926-1974) não prestou qualquer atenção às bibliotecas, que não existiam na esmagadora maioria dos municípios portugueses, enquanto o “Manifesto da Unesco para as Bibliotecas Públicas” (versões de 1949 e 1972) era silenciado.

Neste contexto não se deve esquecer que a polícia política perseguia implacavelmente escritores e intelectuais e que uma censura feroz impediu a edição ou a circulação de mais de um milhar de obras, actuando sistematicamente contra a imprensa periódica.

Os livros, acessíveis a poucos, eram por vezes uma arma, outras um objecto de desejo, cuja posse podia ser comprometedora ou motivo de orgulho.

Em compensação, a seguir ao 25 de Abril de 1974 publicaram-se talvez milhares de títulos até então proibidos – da política à pornografia – e soltaram-se das gavetas dezenas e dezenas de originais temerosamente escondidos.

Mas só 10 anos após a Revolução de 25 de Abril se verificou pela primeira vez na história portuguesa uma vontade declarada de desenvolver uma política nacional de leitura pública, através da criação de uma rede de bibliotecas que tinha como objectivo a cobertura integral do país através de bibliotecas municipais.

Não vou descrever, por manifesta falta de tempo, o modo como se criou e desenvolveu a hoje chamada Rede de Bibliotecas Públicas que, inspirada inicialmente no exemplo francês e respeitando os princípios definidos no Manifesto da Unesco, provocou uma revolução tranquila que nos permite apresentar actualmente 86 bibliotecas públicas municipais modernas e atractivas, apetrechadas com as novas tecnologias de informação e comunicação, em perfeito funcionamento, enquanto mais 102 se encontram em diversas fases de construção.

Tal significa que 60% dos municípios portugueses já promoveram a construção de bibliotecas (algumas com anexos e/ou bibliobus), esperando-se, de acordo com as intenções do Ministério da Cultura, que a totalidade do país esteja coberta pela rede a partir de 2004.

Igualmente em 1997, foi finalmente definida entre os Ministérios da Educação e da Cultura uma política de criação de uma Rede de Bibliotecas Escolares que irá colmatar uma tremenda lacuna desde sempre existente no sistema de ensino português.

Contando com o apoio das bibliotecas municipais das localidades onde já começaram a ser instaladas, as bibliotecas escolares, encaradas como centros de recursos básicos do processo educativo, terão um papel central “em domínios como a aprendizagem da leitura, a literacia, a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura, as competências de informação e o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística”.

Neste momento encontram-se já integradas na Rede de Bibliotecas Escolares 746 escolas dos diferentes graus de ensino, que criaram ou renovaram e modernizaram as suas bibliotecas, tendo sido já investidos no programa 5 milhões de contos.

A criação das infraestruturas e equipamentos que acabei de referir procura combater, mas ainda não resolve, o problema dos hábitos de leitura e de compra de livros dos portugueses, cujos números, como vimos, são muito baixos.

As razões atrás apontadas explicam de algum modo o papel pouco relevante que a família desempenha na aquisição ou consolidação de hábitos de leitura nas crianças (na maioria das casas não há livros e a leitura nunca é uma prática quotidiana), sabendo-se como tal é importante na formação de leitores – e estão na origem de outra situação preocupante, que é o da iliteracia.

Só há muito poucos anos, em 1995, Portugal admitiu oficialmente a existência dessa realidade alarmante, confirmada recentemente com os resultados de um inquérito da OCDE, que revela que em Portugal quase 80% da população tem grandes dificuldades em ler e analisar um texto escrito.

Tomando em consideração todos estes elementos, analisemos agora a actividade editorial em Portugal.

Em 1998 foram editados 9.196 títulos, com uma tiragem global de quase 25 milhões de exemplares e uma tiragem média de 2.708 exemplares.

Se compararmos estes números com os de 1986 (o primeiro ano de que temos dados fiáveis) verificamos que houve um aumento de 6.494 títulos.

Em contrapartida, a tiragem média dos livros editados baixou consideravelmente: 3.800 exemplares a menos relativamente àquele ano, menos 10% do que em 1997.

Esta tem sido uma constante da actividade editorial portuguesa dos últimos 12 anos: aumento de títulos editados, diminuição das tiragens, verificando-se uma enorme dificuldade em explicar este fenómeno.

Em compensação, o número de utilizadores de bibliotecas, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, em 1998 aumentou em cerca de meio

milhão e as pesquisas bibliográficas duplicaram, sendo as bibliotecas públicas as que mostram uma taxa maior de frequência e utilização.

Apesar deste números, umas vezes perturbadores e outras contraditórios, apesar da omnipresença do multimedia e da sedução irresistível dos novos suportes da informação, é com um moderado optimismo que encaro o futuro do livro em Portugal, pelas razões a seguir expostas:

- a consolidação do sistema educativo;
- a criação da rede de bibliotecas escolares;
- o papel fundamental que a Rede de Bibliotecas Públicas está a desempenhar, prevendo-se um aumento considerável da sua influência conforme fôr avançando na cobertura do país;
- a persistente actuação, agora em novos moldes, da rede de bibliotecas da Fundação C. Gulbenkian, criada em 1958;
- a constatação, através dos dados estatísticos, que o número mais elevado de leitores se situa no escalão dos 15 aos 19 anos, embora a leitura por necessidades escolares ou profissionais tenha um peso relevante;
- o caso de a edição para crianças e jovens ocupar o 2.º lugar do número de títulos publicados por categoria, tendo aumentado consideravelmente o volume de vendas (mais de 100%) nos últimos anos;
- o facto de entre os leitores declarados, 84% o fazerem por gosto;
- o previsível desaparecimento do analfabetismo (apesar dos problemas levantados pela constatação evidente do iletrismo).

Nunca, como nos dois últimos anos, se falou tanto de livros em Portugal e tal ficou a dever-se a variados motivos:

- o combate pelo livro resultante da actividade permanente, constante, das bibliotecas públicas, nomeadamente com as acções culturais que promovem (encontros com escritores, apresentação de novos livros, leituras públicas, recitais de poesia, exposições);
- a conquista do Prémio Nobel por José Saramago, que conseguiu pôr toda uma nação orgulhosa do seu escritor, com reflexos consideráveis no volume de vendas dos seus livros;

- o êxito da representação portuguesa na Feira do Livro de Frankfurt e no Salon du Livre em Paris e os efeitos mediáticos daí resultantes;
- a proclamação do ano 2000 como Ano Nacional do Livro e da Leitura, com iniciativas em diversos domínios;
- as comemorações regulares do Dia Mundial do Livro (23 de Abril) e do Dia Internacional do Livro Infantil e Juvenil (2 de Abril), que mobilizam todo o país, através de inúmeras iniciativas promovidas pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, pelas Redes de Bibliotecas Públicas e Escolares, pelas associações de escritores, de bibliotecários e de professores, etc.;
- a realização recente do 1.º Salão do Livro em Lisboa, tendo como convidada a França;
- as campanhas de promoção do livro e da leitura, realizadas pelo IPLB e outras instituições culturais;
- a multiplicação da realização de feiras do livro e de feiras de livro de saldo por todo o país;
- o desenvolvimento dos estudos sobre a História do Livro e da Leitura em Portugal;
- a publicação de uma colecção de obras clássicas da literatura portuguesa, apoiada pelo Ministério da Cultura (IPLB) e editada, com grafismo idêntico, por diversas editoras;
- o grande sucesso de algumas colecções de livros destinados a crianças e adolescentes;
- a instituição de diversos prémios literários, com a consequente publicação dos livros vencedores;
- a promulgação, embora polémica, da lei sobre o preço fixo dos livros;
- a instalação de novas livrarias e a modernização de algumas antigas, sobretudo nos principais centros urbanos, de que é reflexo o sucesso da FNAC, já com 4 lojas abertas em Portugal;
- o aparecimento de várias livrarias portuguesas on-line na Internet;
- o destaque que a comunicação social vem dando a todas estas manifestações à volta do livro (nomeadamente “Jornal de Letras” e “Público” (jornais), “Acontece” (RTP) e Antena 2 (RDP).

Neste contexto é contudo importante que as bibliotecas invistam mais nas suas colecções de livros, pois é sabido que as suas aquisições desempenham um papel essencial na manutenção de uma prática contínua da leitura, no fomento da indústria e comercialização do livro e na conquista de níveis de alfabetização mais elevadas.

De qualquer modo, Portugal, tendo definido uma política nacional de bibliotecas, o que se reflecte na valorização do livro, ainda está longe das médias europeias, onde igualmente parece que se vislumbram alguns sinais inquietantes de crise do livro – que não da sua morte.

Por isso se espera que no seio da Comunidade Europeia surjam novas políticas globais, nomeadamente no campo da educação e do ensino e nas redes de bibliotecas, que necessariamente terão reflexos extremamente positivos no universo do livro.

Para a minha geração, o livro, tal como o conhecemos, o utilizamos e o amamos, é um símbolo de liberdade, de solidariedade e de paz – e a leitura um direito fundamental.

Apesar das mutações que está a sofrer, não conseguimos conceber um mundo sem livros, porque não queremos perder a liberdade, agora perversamente ameaçada pelos efeitos ainda imprevisíveis da globalização capitalista e do neo-liberalismo.

Bibliografia essencial

- ANSELMO, Artur – *História da edição em Portugal*. Porto : Lello, 1991
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS – *Livro em Portugal : estatística da edição de livros*
<http://www.apel.pt/livro/estatisticas> 1998
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS – *Livro em Portugal : hábitos de leitura*
<http://www.apel.pt/livro/habitos> 1999
- BARRETO, António; PRETO, Clara V. – *Portugal 1960/1995 : indicadores sociais*. Lisboa : Público, 1996
- BENAVENTE, Ana (coord.) – *A literacia em Portugal*. Lisboa : Fundação C. Gulbenkian, 1996
- BLASSELLE, Bruno – *Histoire du livre*. Paris : Gallimard, 1997
- CARREIRA, Medina – *O Estado e a educação*. Lisboa : Público, 1996
- DOMINGOS, Manuela D. – *Estudos de sociologia da cultura*. Lisboa : Instituto Português de Ensino à Distância, 1985
- FREITAS, Eduardo de – *Hábitos de leitura : um inquérito à população portuguesa*. Lisboa : D. Quixote, 1997
- MARTINS, Jorge M. – *Marketing do livro*. Oeiras : Celta Ed., 1999
- MARTINS, Susana – *Quem lê o quê, em Portugal*. "Jornal de Letras", Lisboa, 4 Out. 2000, p. 18-19
- NUNES, Henrique Barreto – *Da biblioteca ao leitor*. 2.^a ed. Braga : Autores de Braga, 1998
- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *Estatística da cultura, desporto e recreio 1998*
<http://infoline.ine.pt/int/prodserv/quadros/tema08>
- RAMOS, Rui – *Analfabetismo in "Dicionário de História de Portugal"*. Porto : Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 95-100
- VEIGA, Isabel (coord) – *Lançar a rede de bibliotecas escolares*. Lisboa : Ministério da Educação, 1996

FORUM

HOMENAGEM A FÉLIX A. RIBEIRO





A homenagem do Conselho Cultural Lúcio Craveiro da Silva



Felizmente são muitos os motivos que levaram o Conselho Cultural na sua missão de desenvolver o diálogo com a sociedade envolvente, a realizar esta sessão de homenagem ao Comendador Félix Ribeiro. Perdoe que lhe chame comendador porque a sua mentalidade de homem superior repele estas honrarias frequentemente mentirosas. Não é este o caso presente, mas a honraria está longe de satisfazer a sua visão humana dos **verdadeiros valores**.

E são estes, que me perdoe a sua modéstia, que nos trouxeram aqui pois o Conselho Cultural faz parte da Universidade do Minho e numa Universidade são apenas estes os valores que contam.

E para exprimir o que sinto nada melhor do que uma poesia de Félix Ribeiro que ele denominou “Arte Poética”:

Quem tiver de ter uma leiva pura,
Espere
Da mão que espalha a boa semente
O grão que lhe couber
E dê-lhe terra, tempo e confiança
Até que o caule atinja a flor cimeira:
E ponha-lhe à raiz a enxada mansa
De uma simples palavra verdadeira!...

É o que nos propusemos: proferir “uma simples palavra verdadeira” que exprima, de algum modo, a “flor cimeira” da “leiva pura” que nasceu da “boa semente” da vida de Félix Ribeiro...

E porque tivemos de escolher, reparámos sobretudo em dois aspectos relevantes: na sua meritória e inteligente actividade no domínio do livro, da impressão e da difusão cultural, e nas obras de assistência cuidadosa, persistente e ampla sobretudo aos desfavorecidos e deficientes de saúde física que é moda lamentarem-se mas que infelizmente é vulgar igualmente ficar-se apenas em palavras e não dar o passo decisivo das realizações. Félix Ribeiro deu esse passo e a sua obra é vasta, generosa, inteligente e humanamente grandiosa. Por isso ele surge como um modelo para todos nós e julgámos indispensável recordá-lo publicamente.

Felizmente pudemos contar com as preciosas intervenções do Senhor Doutor Pina Martins e do Senhor Dr. Sá Meneses que tão amavelmente se disponibilizaram para o fazer e a quem, por isso, tenho o prazer de lhes agradecer muito sinceramente em nome do Conselho Cultural e de lhes dar a palavra pois o farão, por razões evidentes, melhor do que ninguém.

Concretizou-se o sonho. A obra está feita

Fernando Sá Meneses



Conheci Félix Augusto Ribeiro em 1973, no mês de Julho no Snack-Bar do café S. João, falava com o Barman Salvador, quando ouvi uma voz dizendo: Concordo com o Senhor Doutor.

Perguntei quem era, porque concordava, disse-me que sabia bem quem eu era, o que eu fazia, embora eu não o conhecesse.

Falamos de vários assuntos, disse-me que editava livros, que gostaria de me oferecer um. Aceitei e sou possuidor dum bom exemplar Fac-similado do *Cancioneiro Português* da Biblioteca Vaticana.

Um dia necessitou dos meus préstimos como médico para observar e cuidar um filho deficiente.

Nessa altura disse que procurava saber quantos deficientes existiam no Concelho de Braga e até no Distrito; que havia uma Instituição Privada que tinha a finalidade de ajudar estas crianças e seus pais – a APPACDM.

Era necessário libertar, principalmente as mães, dado que na estrutura social, o casal tem que trabalhar para poder ter, minimamente, uma vida decente.

Era importante também chamar a atenção da Segurança Social para estes casos.

Também ajudar as crianças, com pessoas, com o mínimo de conhecimentos de educação; Médicos, Psicólogos, Neurologistas, Psiquiatras, pois muitas delas, além de beneficiarem com ajudas e tratamentos, adquiriam controle de funções orgânicas e desenvolvimento de estruturas e aptidões que lhes permitiriam ser úteis aos seus e a si próprios.

Muitas delas, com apoio e devidamente enquadradas, tinham capacidade para executar tarefas, e assim, não só as famílias teriam mais sossego, mais paz e as crianças melhor qualidade de vida.

Nesse momento pensei: É um Sonhador!

Longe dos Centros de decisão, sem ajudas oficiais, contando apenas consigo e alguns pais, vai ser difícil senão impossível – pensei.

Um dia comunicou-me que já tinha conseguido um local onde alguns meninos podiam brincar, correr e saltar, sem estarem, perdoem-me a expressão, «enjaulados». Eu fui a uma das salas do R/C do Colégio da Torre que a Congregação [das Religiosas do Sagrado Coração de Maria] lhe tinha cedido.

Ali vi, voluntários a brincar com os meninos e a tentar ensinar-lhes algo, desde palavras ao controle de esfíncteres.

Tinha a ajuda de Lisboa da Dr.^a Alice de Mello Tavares, Psiquiatra infantil que lhe dava orientações.

Lutou e conseguiu com a Segurança Social, com as Câmaras, com Amigos, melhores instalações, equipamentos e meios para os manter e melhorar.

Hoje a APPACDM possui as seguintes valências: Centros Sócio-Educativos, Centros de Preparação Pré-Profissional, Centros de Formação Profissional, Oficinas de Trabalho Protegido, Oficinas de Produção, Centros de Actividades Ocupacionais, Centros de Bem-Estar, Centros de Actividades de Tempos Livres, Residências, Creches e Jardins de Infância, e não somente nos quadros de Braga, mas também em Vila Nova de Famalicão, Lemenhe, Vila Verde e Esposende.

Dada a melhoria em condições de Assistência, há uma diminuição de crianças deficientes e por isso, no meu entender, os infantários onde pessoal minimamente preparado, tem a possibilidade de detectar alterações no desenvolvimento psico-motor, ou outro tipo de alterações como a hipoacusia ou a hipiercinesia, causas mais tarde de mau aproveitamento escolar, são um meio de ajudar as famílias.

E tudo isto devemos a este Homem que soube aproveitar, resistindo teimosamente às tentativas que houve de aproveitamento político, de projectos pessoais, de protagonismos, de boatos de vária ordem, afirmações demagógicas de que estas crianças deviam estar integradas com as consideradas normais – mas os professores são avaliados por resultados escolares e os deficientes estragam as médias estatísticas e principalmente perturbam, levando ao mau aproveitamento dos outros quando não a atitudes de imitação – embora alguns, dadas as suas características de sossego, pudessem estar integrados, num canto...

Por isso, e apesar dos erros que certamente cometeu, vale bem visitar esta obra, que se observe o que os deficientes fazem tão bem como os considerados normais e em certos casos com menos erros.

E nesse momento, dirão certamente como eu – muito obrigado Félix Ribeiro, pelo que fez pelos nosso filhos, nas suas horas vagas, nos momentos que deviam ser de lazer e com a PAGA que certamente Deus lhe dará.

Disse.

Félix Ribeiro, servidor da cultura portuguesa

José Vitorino de Pina Martins



A obra social, caritativa e humanitária – humanista na mais alta acepção da palavra, do homenageado – acaba de ser exaltada numa *laudatio* justíssima. Cabe-me dar o meu testemunho acerca dos grandes serviços que Félix Augusto Ribeiro tem prestado à cultura portuguesa.

1

Conheci Félix Ribeiro nos princípios da década de 60, quando iniciei a minha docência na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fizera o meu tirocínio de professor nas Universidades de Roma (La Sapienza) e de Poitiers. Em 1957 inscrevi o título das minhas teses na Sorbonne, em Paris, onde apenas em 19 de Dezembro de 1974 as defendi perante um júri de grandes *scholars* como Marcel Bataillon, Eugenio Asensio, Robert Ricard, Paul Teyssier, Raymond Cantel e André Saint-Lu.

Na Biblioteca Apostólica Vaticana seguira, no ano académico de 1950-1951, o magistério de Lamberto Donati sobre a História do Livro, no curso de Biblioteconomia. Neste curso havia outras disciplinas como Bibliografia, Catalogação de manuscritos bem como de livros antigos e modernos e de Organização das bibliotecas. Na Faculdade de Letras coube-me no ano de 1961-1962 o encargo da História da Cultura Moderna e a colaboração com o Padre Manuel Antunes na História da Cultura Clássica, cuja regência me foi atribuída também, ao lado daquele sábio jesuíta, em 1962-1963. A minha experiência na área da História do Livro orientou as minhas investigações no estudo das fontes renascentistas da cultura românica.

Quando optei pela análise monográfica da obra de Francisco de Sá de Miranda com vistas ao meu doutoramento, ocorreu-me logo consultar Félix Ribeiro. À tipografia onde ele trabalhava – as Oficinas Gráficas da Livraria Cruz – eu confiara esse e outros estudos. Coincidiu com essa minha opção o encargo, que me foi outorgado pelo Prof. Lindley Cintra, de supervisionar os trabalhos de publicação do *Cancioneiro da Vaticana*. Lindley Cintra, com efeito, pediu-me que aceitasse essa responsabilidade porque, segundo ele, eu teria mais experiência para dirigir a execução de um trabalho desse género. Por meu lado, entreguei o projecto à diligência e competência de Félix Ribeiro e só de longe pude seguir a sua realização. O resultado não podia ter tido mais êxito: dois belos volumes, o primeiro de 1972 e o segundo de 1973. Se as dificuldades de impressão do *Cancioneiro da Vaticana* não eram excepcionais, a elaboração do volume consagrado à bibliografia mirandina exigia uma atenção vigilante e um grande rigor, pois cada capítulo era iniciado

e concluído por gravuras decorativas extraídas da edição *princeps* da obra mirandina do poeta do Neiva, Lisboa, Manuel de Lyra, 1595. Além disso, sendo o volume integrado por duas partes, cada uma formada por cinco capítulos, impunha-se uma correspondência exacta dos elementos decorativos do mesmo capítulo de cada uma das duas partes. O efeito harmonioso do conjunto gráfico e iconográfico impôs esta impressão como um verdadeiro modelo de edição crítico-bibliográfica.

Para o seu aperfeiçoamento na área da técnica impressória, Félix Ribeiro não se limitava ao simples estudo dos progressos da composição informática, mas inspirava-se nas edições antigas de impressores famosos como Aldo Manuzio e os Estienne, Robert e Henry sobretudo. Solicitado certo dia por uma culta investigadora italiana a adoptar uma solução gráfica que lhe não parecia exemplar, aquiesceu. Quando a página ficou composta, dirigiu-se à investigadora universitária italiana e interpelou-a:

- Parece-lhe, Senhora Professora, que Aldo Manuzio aprovaria esta solução gráfica?

A jovem professora ausónica, minha antiga aluna num curso para Estrangeiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, confessou-me que nunca, numa tipografia italiana, lhe tinha sido apresentado Aldo Manuzio como padrão para soluções gráficas modernas.

Desejei em 1975 publicar um livro sobre três pequenos achados eruditos relacionados com Giovanni Pico della Mirandola. Eu tinha, com efeito, descoberto numa galeria parisiense de antiguidades um valioso retrato quinhentista de Giovanni Pico, uma pintura sobre madeira, de grande qualidade artística. Além disso, havia identificado como impressão germânica de Nuremberga um livro de 1532, que alguns bibliógrafos tinham atribuído a impressores italianos e franceses. Propus-me também apresentar, no 3.º capítulo do meu livro, a recensão minuciosa de uma pseudo edição crítica das *Conclusiones* de Giovanni Pico della Mirandola, publicada numa colecção prestigiosa de Genebra, em cujo texto identifiquei mais de duas centenas de erros de latim e de leitura paleográfica. A impressão da obra, da responsabilidade de Félix Ribeiro, efectivou-se como uma edição das Presses Universitaires de France.

Oferecia dificuldades múltiplas de impressão pela variedade das reproduções iconográficas a cores e a branco e preto. Félix Ribeiro esmerou-se na feitura desse livro que obteve um notável êxito internacional, tendo mesmo alcançado dois prémios de qualidade, um dos quais numa feira de livreiros europeus, que teve lugar em Barcelona.

As Presses Universitaires de France expuseram em Paris numa das suas vitrines da Livraria, na fachada que dá para a Place de la Sorbonne, a obra mirandolana impressa por Félix Ribeiro. O livro, aberto no rosto sobre uma estante forrada com um pano de veludo verde, tendo como tela de fundo a reprodução do retrato do humanista, esteve patente durante um mês perante um público interessado. A edição, para bibliófilos, e portanto por um preço alto, esgotou-se nalguns meses.

Se este livro, portanto, alcançou algum êxito, ele é devido em grande parte à sua beleza gráfica. Na Bodleian Library de Oxford uma bibliotecária manifestou-me a satisfação porque a Fundação Calouste Gulbenkian oferecera àquela famosa biblioteca um exemplar pois, com o que os dirigentes tinham adquirido em Paris, podia facultar-se um dos dois em permanência aos utentes daquele importante instituto bibliográfico. E também Henri de Lubak me exprimiou em carta pessoal a sua admiração pela edição piquiana, pelo que concerne designadamente ao seu alto nível gráfico.

O meu apreço pelo trabalho gráfico de Félix Ribeiro não se limita, porém, a estas obras. Como eu era então o director do Centro Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian em Paris deliberei confiar a Félix Ribeiro a responsabilidade de todas as suas publicações.

2

Entre as várias colecções do Centro Cultural parisiense da Fundação Calouste Gulbenkian distinguia-se a de "Civilização Portuguesa". Eu desejara que os livros publicados nesta série fossem especialmente valiosos e da autoria de grandes investigadores universitários não só portugueses mas também estran-

geiros: Marcel Bataillon, Eugenio Asensio, I.S. Révah, Eduard Glaser, Luciana Stegagno Picchio e Celso Cunha foram alguns dos colaboradores dessa colecção, mas houve outros igualmente prestigiosos. Ainda hoje, vinte e seis anos depois da publicação dos *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme* e de *Estudios Portugueses* respectivamente de Bataillon e de Asensio, a apresentação gráfica desses livros pode considerar-se modelar. O livro de Eugenio Asensio ficou ainda valorizado, por Félix Ribeiro, com um utilíssimo e muito valioso índice.

Quando, depois de um decénio de direcção do Centro Cultural em Paris da Fundação Calouste Gulbenkian, regressei a Lisboa, deliberei confiar a Félix Ribeiro, com a concordância do Administrador do Serviço de Educação, Prof. Doutor Ferrer Correia – que veio depois a ser eleito Presidente da Fundação – alguns dos livros mais importantes do seu departamento de edições. Entre essas obras, permito-me distinguir a *Obra Completa* de Joaquim de Carvalho em nove volumes e os três tomos das obras de Rebelo Gonçalves. Foram realizações gráficas que se impõem pela sua elegância sóbria e discreta. Entre todas as outras publicações, distinguirei a tiragem especial da *Conso-lação às Tribulações de Israel* em dois volumes, com estudos da autoria de Yosef Hayim Yerushalmi, professor da Universidade de Columbia, Nova Iorque, e de José V. de Pina Martins, professor da Universidade de Lisboa.

Também para a Academia das Ciências de Lisboa Félix Ribeiro tem orientado a execução gráfica de algumas obras que se distinguem como realizações tipográficas exemplarmente impressas, entre elas os catálogos de livros quatrocentistas, de livros portugueses e espanhóis do século XVI e de livros quinhentistas italianos, franceses e germânicos, um conjunto de seis importantes volumes com centenas de gravuras em extra-texto. Se me limito a mencionar estas obras, é só porque acerca delas posso dar o meu testemunho, formular um juízo entusiástico de avaliação. Félix Ribeiro dirigiu, porém, além da execução destes trabalhos, muitos outros de que só possuo um conhecimento indirecto.

Félix Ribeiro, um grande servidor da cultura portuguesa através dos livros.

É frequente pôr em relevo o contributo dos estudiosos que prestaram à cultura serviços inestimáveis através da feitura intrínseca dos livros, mas esquecemos

não raro que a difusão, a transmissão e a tradição do conhecimento crítico e científico não se faria ou far-se-ia menos correctamente se o suporte gráfico e iconográfico dos textos não fosse um verdadeiro, claro e adequado instrumento dessa transmissão. Daí que eu esteja hoje aqui, nesta prestigiosa Universidade, para dar o meu testemunho, nesta homenagem justíssima prestada a Félix Augusto Ribeiro.

Ditoso César Cristalino já foi objecto de elogios não comuns numa obra contemporânea de ficção como sendo um Aldo Manuzio bracarense. Que melhor encómio poderá fazer-se do seu trabalho do que compará-lo, neste final do século XX e do segundo milénio, àquele prestigioso impressor-humanista que em finais do século XV e nos primeiros quinze anos do século XVI renovou a arte impressória e contribuiu assim poderosamente para a educação do espírito moderno?

Apresento as minhas sinceras desculpas por ter associado algumas das minhas realizações eruditas à obra extraordinária de execução gráfica do homem de arte, de técnica e de cultura que é Félix Augusto Ribeiro. Bem sei que, como escreveu Pascal, “le moi est haïssable”... Não era, porém, exequível separar o objecto do sujeito. Felicito a Universidade do Minho por esta feliz iniciativa de homenagear solene e oficialmente este Aldo Manuzio bracarense do nosso século. Disse.

Falta-me ainda um verso

Félix A. Ribeiro



Estou certo de que a nenhum dos presentes, terá ocorrido à mente que, esta cerimónia tão bem preparada, e organizada, o tenha sido a pedido!... de ninguém e, muito menos por mim! Quem sou eu, para merecer tamanha distinção, que só a benevolência da Alma Mater Bracarense, através do seu Conselho Cultural, teve a ideia e a lembrança de me conferirem!... Mero acto de generosidade que, comovidamente, agradeço.

Longe de mim, com toda a verdade, qualquer pensamento de poder atrair alguma vez sobre o que sou, fui ou fiz, outras recompensas que não a da própria satisfação de um sempre normal dever cumprido! Não fiz nada, nunca, para que alguém me pagasse ou, sequer, agradecesse!

Pago me fiquei sempre, com o testemunho da boa consciência do Dever cumprido.

Sabia, de firme certeza, no entanto, que para tudo há uma compensação, neste ou noutro mundo, em que acredito...

No entanto, e porque desde menino, aprendi a ser grato, sinto neste momento a obrigação de expressar os mais vivos sentimentos de gratidão pela lembrança, em tudo generosa da Universidade do Minho que, através de seu Conselho Cultural, por unanimidade permitiu, em honra deste modestíssimo servidor, homenagem tão munífica, como solene. Guardarei a lembrança dela, no mais ímo do meu coração e pelos anos que viva.

Agradeço ainda, e sobremaneira, que a generosidade do Excelentíssimo Conselho Cultural ao fazer esta homenagem a tenha feito de modo que eu próprio, vivo, a pudesse ver, nela participar, e por minhas próprias palavras, agradecer.

Costuma dizer-se que as homenagens devem prestar-se aos vivos. Muito obrigado, sobremaneira, à Universidade do Minho e ao seu Conselho Cultural, por poder dizer-lhes, vivo, muito obrigado.

A todos os presentes, e, destes, a todos aqueles que andaram comigo ao longo dos anos, quer nas andanças dos livros; quer nas andanças de generoso trabalho em prol dos Outros, digo que é para Vós também esta homenagem. Aceitai-a e comungai comigo desta Alegria. E, agora, e para terminar, apetece-me-ia dizer como o Velho Simeão depois de, em visão pressentida, no Menino que tinha nas mãos, ter visto o Senhor: «Deixai partir o vosso Servo em paz!»; ficar-me-ia, no entanto, uma forte vontade ainda de viver, e ao poeta, sonhador e louco, que em minha vida sempre fui, – acrescentar, para fecho, um último anseio, que vou exprimir num poema a sério, que, por mim “pedi” a um grande poeta médico de profissão.

Chama-se *Meta*, e diz assim:

Falta-me ainda um verso.
O mais rebelde, lírico e sincero.
Um verso exacto, que não deses-
De cantar um dia.
Um verso de magia
E de verdade.

Um verso que na sua brevidade
Iluminada
Seja a eterna alvorada
Da minha humanidade.

Disse.

O reconhecimento da Universidade

Cecília Leão *



Em nome da Universidade do Minho e também em meu nome pessoal a todos saúdo e endereço os meus gratos cumprimentos.

Começo por agradecer à Organização desta cerimónia que, através do nosso muito querido Prof. Lúcio Craveiro, Presidente do Conselho Cultural, com toda a gentileza que todos lhe reconhecem, me convidou a participar nesta mesa, em substituição do Magnífico Reitor que não pode estar aqui presente.

* Vice-Reitora da Universidade do Minho.

A Universidade é uma comunidade cujo modo de estar deve ser a realização de actividades altamente diversificadas e altamente qualificadas de investigação e de educação mas, também de intervenção social, cujo motor é uma vontade fundamental de conhecer e um empenhamento ao serviço dos homens. Podemos e deveremos assim caracterizar a atitude universitária como a de pessoas com mentalidade autenticamente científica e sensibilizadas para com tudo o que é humano. Neste contexto, o Conselho Cultural da nossa Universidade, cumpre bem a sua missão e atento às figuras de relevo cultural desta região minhota, presta hoje aqui homenagem a mais uma destas figuras, o Comendador Félix Ribeiro.

E é para mim um prazer e uma grande honra ter-me sido dada a oportunidade de integrar esta mesa e deste modo associar-me a esta cerimónia de tão justa homenagem.

Não vou entrar numa descrição detalhada do currículo do homenageado. Outros, melhor do que eu algum dia seria capaz, já o fizeram, realçando o seu percurso de lutador em prol dos mais desfavorecidos, a sua brilhante, grandiosa e exemplar obra humanitária. Gostaria tão somente, e antes de proceder ao encerramento desta sessão com a leitura de uma mensagem do Ex.^{mo} Sr. Reitor, de lhe dirigir umas breves palavras, genuínas e sentidas, de grande admiração e de apreço pelo homem, pelo cidadão e pela sua intervenção cívica.

Os caminhos da vida são feitos de múltiplos atalhos. A nível pessoal, do mais humilde à carreira mais brilhante, encontrar a nossa via, vivermos em harmonia com nós mesmos, tal é o desafio eterno. Mas, nós, os humanos, somos seres paradoxais. Alguém escreveu que "o grande desafio, a grande questão antropológica provocada pelo desenvolvimento científico e tecnológico da nossa sociedade, é só uma: descobrir como a mente humana opera para atribuir um sentido ao mundo e para se sentir bem habitando nele por um tempo seguramente limitado". Este paradoxo de aceitar com alegria a finitude da vida pessoal, no interior do mundo natural, cada um de nós resolve a seu modo. E o Senhor, Comendador Félix Ribeiro, resolveu-o com uma permanente paixão pelo serviço aos outros, pelos mais desfavorecidos, e inscrevendo a sua marca nos sítios por onde passa.

Sr. Comendador, está aqui na Universidade do Minho, na sua cidade de adopção, rodeado de familiares e de bons amigos. Associo-me a todos eles nesta homenagem que lhe prestamos. Associo-me ainda aos da sua terra natal, Magueja, Lamego, que são as minhas também, por onde passei a minha vida académica liceal. Tal como as terras minhotas onde a sua obra se desenvolveu, também aquelas, são terras de muito boa gente, terras agrestes do interior, nem sempre bafejadas pela sorte, mas é também nelas onde nascem pessoas com o seu perfil de lutador, com a sua coerência, com seu coração fraterno, capazes de uma obra humanitária tão ampla quanto a que o Senhor até hoje já realizou.

Sr. Comendador, aceite o nosso muito OBRIGADO pela sua intensa obra e as nossas palavras de grande admiração e de respeito.

E passaria agora à leitura da Mensagem do Ex.^{mo} Senhor Reitor da Universidade do Minho:

Na impossibilidade de participar na homenagem promovida pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho ao Senhor Comendador Félix Ribeiro, permita-me, em primeiro lugar, que felicite o Conselho Cultural por esta iniciativa justa e oportuna. Homenagem que muito nos honra a todos: Conselho Cultural, Universidade do Minho e, seguramente, toda uma cidade e região.

A dimensão intelectual, cultural e cívica do Comendador Félix Ribeiro não se descreve com simples palavras enaltecedoras do seu mérito e personalidade. O cidadão Félix Ribeiro tem atrás de si um curriculum vastíssimo de obra feita, quer como profissional ligado à edição, quer como cidadão livre, responsável e solidário para com os mais desprotegidos.

O facto de ter sido o fundador e dinamizador da APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais) faz dele e da sua obra um humanista insigne na nossa Sociedade.

Gostaria, na qualidade de Reitor da Universidade do Minho, que o Comendador Félix Ribeiro aceitasse o privilégio que me dá ao formular para si as maiores felicidades e o melhor sucesso para o desenvolvimento e continuação da sua benemérita actividade.

Bem haja!

E para terminar,

Senhor, Comendador Félix Ribeiro:

Aqui, em nome da Universidade do Minho e meu nome pessoal lhe quero dizer, com toda a amizade, respeito e admiração: muito obrigada pela sua obra. E que por muitos, muitos anos mais continue a enriquecer a nossa cidade de Braga, a nossa região, o nosso país com a sua Obra.

Muito obrigada.

FORUM

DOCUMENTAÇÃO & VÁRIA



Prémio de História Contemporânea Edição 2000



Reconhecer

Hélio Osvaldo Alves

Benvindos à nona edição do Prémio de História Contemporânea e muito obrigado pelo apoio que nos dão, estando aqui.

Quando vemos tantas sessões de pura índole cultural ficarem lastimavelmente quase vazias de assistência; quando verificamos que sessões ditas “culturais” se encham por via de um certo clientelismo sempre amorfo que nada tem a ver com a cultura, sendo até seu inimigo visceral; quando olhamos para as estatísticas de sucesso do *voyeurismo* nacional, da televisão que dizem ser nossa; quando nos lembramos que somos nós mesmos, nesta Universidade, que temos de fazer a notícia desta sessão pois que, de outra forma, a avassaladora maioria da imprensa escrita, falada e televisiva, com raríssimas excepções, não nos reconheceria merecedores de algumas parcas palavras; quando sabemos tudo isto e muito mais e vemos as pessoas que estão aqui pela simples razão de que se sentiriam incompletas estando noutro lado, há um calor que nos vem ao peito e que nos diz que valeu a pena.

Mas não somos nós quem está aqui em causa, verdadeiramente. Pairando sobre esta sessão e enformando-a no seu todo, está o espírito do homem, do cientista, do cidadão, que pensou construir este gesto fraternal para com os

mais novos que vão encetando agora a sua caminhada pelos atalhos da História Contemporânea de Portugal, sem o estudo dos quais ficaríamos para sempre com uma visão necessariamente anquilosada de nós mesmos. Estou falando, como toda a gente sabe, do Prof. Doutor Victor de Sá, cujo inovador e fundamental papel no estudo da nossa História Contemporânea só pode ser comparável ao valor da sua própria cidadania. Não admira, pois, que essa cidadania se reflita também na mão que estendeu às gerações mais jovens permitindo, desta forma, que os elos se não quebrassem e que algum incentivo permitisse uma continuidade de estudos que todos reconhecem – ou deveriam reconhecer – como essenciais para a fundamentação da nossa identidade.

Nem tudo, pois, são nuvens negras. E se um Prémio como este, resistindo contra ventos e marés, se foi afirmando na sua seriedade e na sua posição única na sociedade científica portuguesa, está também aqui em jogo a clarividência de algumas pessoas e instituições. Não é um agradecimento que aqui se faz, pois os agradecimentos tendem a diluir-se em significados que são, por vezes, que me desculpem a expressão, corriqueiros de tão repetidos.

É o reconhecimento de que, sem a boa vontade de pessoas e instituições exteriores a esta Universidade, este Prémio, embora fosse possível ainda, não teria o impacto e o significado que todos nós desejamos que ele tenha.

É o reconhecimento da boa vontade sempre expressa e aberta dos membros de todos os nove júris que se reuniram durante estes nove anos para deliberar sobre o valor das obras que os concorrentes decidiram apresentar.

É o reconhecimento da confiança que várias dezenas destes concorrentes depositaram no valor do Prémio por cuja distinção, muito mais do que pela remuneração, ansiavam.

E é também, citado em último lugar para vir especialmente sublinhado, o reconhecimento da vontade de participar nesta aventura da mente, expressa por todos aqueles que responderam ao nosso apelo do mecenato num país ainda tão pouco habituado a dar sem esperar receber: para além do próprio Prof. Victor de Sá, este nosso reconhecimento estende-se ao Governo Civil de Braga, à Fundação Cupertino de Miranda, à Fundação Eng.º António de

Almeida, à Câmara Municipal de Guimarães, à Câmara Municipal de Famalicão, à Câmara Municipal de Braga e à Universidade Lusófona. Um reconhecimento é sempre mais, a meu ver, do que um agradecimento, pelo menos na extensão da sua temporalidade. Assim é este.

Também ao Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, distinto colega e amigo, as minhas especiais e calorosas saudações muito sentidas pela sua presença que mais dignifica este acto.

Ao laureado, Dr. Telmo Henrique Faria, e à sua obra "Debaixo de Fogo!", os meus parabéns em nome do Conselho Cultural e, atrevo-me a dizê-lo, do Prof. Victor de Sá, cujo maior gosto seria, como bem sabemos, o de poder assistir hoje a esta sessão.

O nosso reconhecimento ainda a todos os que aqui vieram dar mais significado a esta festa.

Alocução proferida na entrega do Prémio de História Contemporânea

Jorge Fernandes Alves

Como membro do júri do Prémio de História Contemporânea – 2000, júri que integrou ainda os Professores Fátima Bonifácio e Norberto Cunha, cabe-me, desta vez, na cerimónia de entrega do prémio, a responsabilidade de proferir algumas palavras de enquadramento e justificação da respectiva atribuição.

Necessariamente, as primeiras palavras terão um pendor pessoal: não posso deixar de assinalar a gratificação que representa para mim o facto de participar numa actividade que é fruto de uma instituição do Prof. Victor de Sá, de quem tive o privilégio de ser aluno, logo no meu primeiro ano da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Não esquecerei que, com o Prof. Victor de Sá, desenvolvi o meu primeiro trabalho de investigação, o qual, sem eu o pressentir, direccionaria a minha posterior carreira de investigador, permitindo-me, mais tarde, voltar ao seu contacto, já como colega, ainda que fugazmente, quando o Prof. Victor de Sá preparava já a sua retirada. Retenho e registo a imagem do professor sábio, do professor sereno, do professor acessível, imagem que ocultava uma outra faceta que todos lhe conhecíamos, a do homem lutador e, a vários títulos, resistente de longa duração.

A instituição do Prémio de História Contemporânea pelo Prof. Victor de Sá revela uma outra vertente da sua personalidade e da sua trajectória de investigador, a de ter sido um dos cabouqueiros da História Contemporânea de Portugal, procurando estudar temas de um tempo próximo e responsável directo pela modelação do presente. Liberalismo, socialismo, república, mereceram-lhe a atenção historiográfica, procurando, segundo as suas próprias palavras, *“desmitificar valores dominantes e incontestados”* e colmatar *“as grandes omissões, os vazios criados pelo ostracismo a que tinham sido votados os intelectuais oitocentistas cujo pensamento perturbava a boa ordem liberal”*. Atitude científica que, na opacidade dos dias então vividos, recebia sinais proibitivos.

O Prémio de História Contemporânea surge, neste contexto, como símbolo de um testemunho, como marca de um tempo novo, que o Prof. Victor de Sá também ajudou a construir para nós usufruirmos. Vale a pena lembrar mais algumas palavras suas, tal como as anteriores, retiradas da introdução ao livro *“Sociologia em Amorim Viana”*, que passo a citar:

“Hoje não se imagina – felizmente já não é fácil imaginar! – o quanto foi difícil e custoso, doloroso mesmo, romper esse cerco mental, espécie de cordão sanitário, que tolhia e asfixiava as novas gerações. Por um lado na família, por outro na escola, enfim e sempre na própria sociedade contida e vigiada, o cerco estava montado e as brechas quase imperceptíveis”.

Agora, a análise histórica sobre a época contemporânea apresenta, entre outros incentivos, em que o maior será sem dúvida o favor do público, o Prémio desta Universidade, numa iniciativa do Prof. Victor de Sá, institucionalmente acolhida e dinamizada pelo Conselho Cultural de uma “universidade nova” como é a Universidade do Minho, que o tem sabido potenciar e prestigiar. E, como estímulo que pretende ser, o Prémio está mesmo limitado à candidatura de jovens, em termos etários, procurando incentivar, reconhecer e legitimar as contribuições de novos historiadores. A história deste Prémio mostra que é uma aposta ganha, tendo sido galardoado um número já significativo de trabalhos para a compreensão da época contemporânea portuguesa. E, sobretudo, estimulou-se um conjunto de jovens que apresentaram trabalhos brilhantes a prosseguirem nos caminhos da investigação, proporcionando-lhes um dado significativo para o seu *curriculum*.

A história do prémio e a sua função de estímulo terá mesmo de ir para lá dos galardoados, pois verifica-se anualmente um grupo significativo de concorrentes, dos quais, por razões óbvias, emergem apenas os premiados. Para os que não chegam a receber o prémio, mas o poderiam merecer, fica aqui uma palavra de apoio pelo contributo que também fornecem para a renovação do campo historiográfico.

Do estudo do jogo de sombras que foi o período do Estado Novo veio, mais uma vez, o Prémio relativo ao ano 2000, surgindo como o resultado consensual da apreciação pelo júri de um conjunto muito interessante de trabalhos candidatos.

Debaixo de Fogo! – Salazar e as Forças Armadas (1935-1941) é o título do trabalho premiado, elaborado pelo investigador Telmo Faria. Desenvolve-se em torno desse equilíbrio precário que marcou as relações entre os militares que fizeram o golpe de 28 de Maio de 1926 e o arquitecto da institucionalização constitucional da ditadura dela derivada – Salazar. Consolidado o movimento militar, para o qual Salazar encontrou um destino, institucionalizado o regime, que fazer com os militares? E estes, representados pelos chefes hierárquicos, que atitudes assumem perante a ordem de retorno ao quartéis e claras disposições de controlo político sobre o Exército? É respondendo a este tipo de questões, que o autor nos apresenta a reforma militar do Estado Novo naquele período, com Salazar a dar destinos diferentes aos protagonistas da revolução, em face de objectivos claros de transformar o Exército num “verdadeiro braço da defesa política do Regime”. Para a narrativa deste processo, o Autor faz uma leitura política dos acontecimentos, socorrendo-se de um amplo leque de fontes informativas, numa pesquisa minuciosa que lhe permite descortinar pormenores, tensões e estratégias. E, deste modo, fornece-nos uma narrativa inovadora, esclarecendo um processo complexo, determinante para a institucionalização do Estado Novo, num tema arredo das preocupações historiográficas tradicionais.

Assim, o trabalho vencedor honra o Prémio de História Contemporânea e, em nome do júri, endereço ao seu autor as mais vivas felicitações, com votos de uma carreira de investigação auspiciosa.

A Universidade do Minho e o seu Conselho Cultural estão de parabéns e merecem o reconhecimento da comunidade historiográfica pela atenção que, desta forma, prestam à História Contemporânea Portuguesa.

Recepção do Prémio de História Contemporânea Telmo Faria



É com muita honra que hoje recebo em tão ilustre academia o Prémio de História Contemporânea, também marcado por esse grande vulto da historiografia portuguesa que foi o Prof. Victor de Sá. Honra-me por ser um estímulo e por o entender como uma distinção, uma distinção não entre o conjunto de trabalhos apresentados a concurso, certamente merecedores, mas à investigação histórica, como uma tarefa necessária de aprofundamento, no caso, da realidade portuguesa dos anos trinta deste século. Encaro-o por isso como uma valorização da importância que têm assumido os estudos de História do Estado Novo, já agraciados no passado por esta Casa do Saber, que é a Universidade do Minho, e que vem agora vincar uma nova área disciplinar – o das relações civis-militares, como domínio disciplinar da História Política.

O trabalho "*Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*" foi objecto das minhas provas para a obtenção do grau de mestre, defendido em Julho de 1999, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, então, sob um título diferente: "*As chefias militares do Estado Novo. Das vésperas do conflito espanhol aos inícios da guerra mundial (1935-41)*". Quis a Comissão Portuguesa de História Militar distingui-lo com o *Prémio de Defesa Nacional*, e a Fundação Mário Soares atribuir-lhe uma menção honrosa do seu prémio de história contemporânea. A distinção hoje aqui recebida, pela importância e prestígio que o Conselho Cultural da Universidade do Minho tem, multiplicam as responsabilidades de um estudo que dentro de dias estará disponível em livro.

É caso para dizer, que a partir daí, também o livro estará, como indica o título, "*Debaixo de Fogo*". Debaixo do fogo insuspeito da crítica e da avaliação pública.

Aproveito a oportunidade apenas, para partilhar algumas das inquietações, e para sublinhar aquilo que penso em relação às grandes perplexidades, que foram afinal de contas o motor da pesquisa e do interesse geral pela investigação.

Diga-se em primeiro lugar, que se nos depararam algumas questões prévias:

1. Historicamente, procurar explicar a génese do regime mais duradouro do século XX português, sem perceber que na matriz original desse longo regime está o espectro militar é, se quisermos, realizar uma análise política insuficiente do ponto de vista da essencialidade histórica.
2. A questão militar no Estado Novo é na fase da sua formatação, genética e central. Percebê-la tornou-se nas novas abordagens do regime autoritário em algo incontornável e até paradigmático.
3. Estudar a história da liderança política de Salazar implica conhecer bem o quadro histórico da sua afirmação, o que se faz num processo de relação civil-militar complexo, e por isso, fascinante, no acto de desventrar uma realidade política como foi a do Estado Novo.

Estas afirmações só podem ser passíveis de aceitação se pensarmos na questão militar como um universo estruturante das relações políticas, o que

implica, desde já, uma assumpção paradigmática clara: a de que o mundo militar e dos militares se constrói num fluxo político. Ou seja, que o assunto militar, enquanto objecto de estudo histórico-politológico possa ser assumido na clássica perspectiva de que os militares são políticos, o que nos afasta de abordagens, a nosso ver redutoras, de que a história militar tem como fio condutor preferencial a prestação guerreira, o cenário da batalha, ou a valorização ideológica da espada e do cavaleiro...

Nada melhor para testemunhar o paradigma teórico de que falamos, do que mergulhar no desafio de perceber a construção e a manutenção do Estado Novo, integrando a *questão militar* como uma problematização política.

Foi nesta perspectiva, renunciando a uma metodologia analítica não sistémica, e não comparativa com outras realidades históricas autoritárias, que procurámos demonstrar lacunas por preencher no actual quadro historiográfico português.

Em primeiro lugar, saber porque é que, sendo o Estado Novo um regime autoritário originário de uma fase de ditadura militar, só consegue resolver "o problema militar", no final da década de trinta. Problema militar que tem duas grandes componentes, e que são, se quisermos duas grandes linhas de força que dominam a história política portuguesa nas vésperas da II Guerra Mundial, a saber:

1. A necessidade do Estado Novo se assumir como uma ditadura civil, fazendo regressar a quartéis muitos dos protagonistas militares do panorama político, não só posterior a 1926, como muitos daqueles que se foram habituando a intervir na vida política durante a I República. Era preciso mais do que afastar militares dos cargos governativos, afastar muitos dos políticos que eram militares da própria instituição "Forças Armadas"(FA).
2. A necessidade incontornável de reformar o mais importante ramo das FA – o Exército –, mas fazê-lo só depois de Salazar controlar *politicamente* esse processo de reforma. É por isso que só a partir de 1935 se criam as condições históricas ideais.

Estes dois parâmetros dominantes demonstram-nos um processo histórico denso, complexo, e por isso rico de acontecimentos e de interpretações. Vale a pena, todavia, tentar especificar melhor essas condições que criam o terreno histórico cujo estudo elaborámos:

Porque haveria que neutralizar as chamadas chefias militares conservadoras que se confundiam com a classe dirigente da Ditadura Militar e nunca deixaram de ser verdadeiros defensores políticos de uma República regenerada, refundadora do espírito do 5 de Outubro, entretanto prevertido pelos “civis” durante 16 anos;

Também porque era matéria prioritária afastar as oposições ao salazarismo, desde a oposição da esquerda republicana, que Luis Farinha bem demonstrou no seu estudo sobre o *revirinho*; até aos ímpetos proto-fascistas, que A. Costa Pinto nos aprofundou nos seus estudos. Essas oposições à esquerda e à direita só a partir de finais de 1934 são completamente desertificadas do paranoma político português (o que existirá, futuramente, será o reacender sem êxito e num formato de *putchismo* frentista de sectores perfeitamente anulados pelas forças afectas a Salazar);

A modernização institucional, através de novas estruturas orgânicas no comando superior militar. O modelo foi seguir uma solução europeia com a criação de organismos superiores da defesa nacional, que pudessem centralizar as grandes decisões militares. É nessa linha que surge o CSDN (Conselho Superior de Defesa Nacional) e o CSE (Conselho Superior do Exército), por exemplo¹. O primeiro será na prática o Governo transformado especificamente numa estrutura de política militar, e o segundo composto pela hierarquia militar, sofrerá um esvaziamento político até que se alteram os protagonistas do CSE, num processo de clara substituição do velho generalato republicano por rostos “mais salazaristas”;

O saneamento político-financeiro. Desce cedo (1931) que homens de Salazar nas FA (Forças Armadas), sobretudo, jovens militares reformistas como o capitão Santos Costa, ou o major Barros Rodrigues, desencadeiam um intenso trabalho reformista do Exército, mas só a partir de meados de 1934 se pode avançar graças ao alívio de despesa pública efectuado com a modernização da Marinha. Será esse novo fôlego financeiro, decorrente do fim de um ciclo de investimentos e verbas atribuídas à Marinha, (que fora a prioridade até aí), que se avança, o que acontece em 1935 com a nova Lei de Reconstituição Económica. Ficavam agora lançadas no texto da lei as condições financeiras para modernizar, reorganizar e rearmar o principal ramo das FA: o Exército;

5.º Essa reorganização e o rearmamento militar da força terrestre tem um contexto histórico favorável: o facto de se intensificar o perigo e a ameaça exterior sobre o país, seja numa versão iberista, seja numa versão revolucionária projectada a partir de Espanha (no que era o auge de toda uma tradição de estado-maior: a ideia de um perigo continental provocado a partir de Espanha); quer ainda, como acontece no Verão de 1935, através de ameaças vindas da crispação internacional com incidência nas nossas colónias africanas, por exemplo.

Serão estas grandes razões que permitem a Salazar intervir seguramente, ou seja, com maior controle político, sobre um sector tão delicado como era o Exército na sociedade portuguesa dos anos 30, o que lhe facilitará o sentido da grande reforma militar que irá projectar entre 1937/38. Para isso, contribuiu ainda, como materialização do tal controle político, a “tomada” da pasta da Guerra, em Maio de 1936. A partir daí, teremos ainda um processo muito intenso de conflitos entre chefes militares, de secundarização das opções das chefias quanto a armamento e dimensões de Exército, seguidas de uma autêntica “limpeza política” nos órgãos e estruturas das Forças Armadas, substantivadas pelas reformas publicadas em Dezembro de 1937.

Em termos de resultados imediatos, o plano militar recebe uma reforma, mas os seus chefes nunca se deixam de sentir, na verdade, Debaixo de Fogo! Debaixo do fogo político de Salazar, ou da conjuntura de perigo potenciada de Espanha ou através de Espanha, seja durante grande parte da Guerra Civil, seja até ao afastamento da ameaça alemã sobre a Península, o que até 1941, preocupa decididamente todas as chefias militares. Sobretudo pela nossa fragilidade militar e pela indefinição da nossa política de defesa.

É preciso não esquecer, que estamos perante uma conjuntura de construção de uma força militar que se sentia desde, praticamente o final da I Guerra Mundial, num *zero militar*, em termos de equipamento e de organização. O primeiro dado essencial para a existência de uma política de defesa passa pela definição estratégica e pelo assegurar de meios que possam dar resposta a esses objectivos estrategicamente definidos. A meu ver, a indefinição estratégica foi dominante até, pelo menos, 1941, tal como os meios, ou seja o equipamento e o armamento foram meramente episódicos até essa altura por razões que aprofundámos e que se cruzam entre dificuldades dos mercados externos estratégicos, como o britânico, e entre dificuldades internas de responder a

modelos de organização divergentes entre Governo e as Chefias Militares. A precisão destas questões leva-nos a rejeitar algumas leituras pouco rigorosas sobre a estratégia portuguesa, e mais concretamente sobre a leitura do Governo, ou seja, através do Capitão Santos Costa sobre o assunto. Dizer por exemplo, que tivemos entre 1935 e 1950 como elemento dominante um princípio de Exército de massas, defendido por um rosto do Governo, como era Santos Costa, é não perceber as teses minimalistas e financeiristas que Salazar e Santos Costa defenderão para o Exército português. Em muitos casos contra as chefias, sobretudo entre 1935 e 1941. Essa questão de um Exército de massas pesa não só na reorganização como no rearmamento, e o que acontece mesmo em plena II Guerra Mundial é uma longa indefinição na defesa portuguesa, só clarificada depois da ajuda britânica, que é clara e realista: em caso de ataque, Portugal deverá retirar-se para as colónias, sobretudo transferindo a sua administração para os Açores. Esta tese, aceite pelo Governo só em finais de 1940, demonstra como a incapacidade militar foi a tónica desde a construção do Estado Novo, e tendo em conta as grandes conjunturas de perigo de 36-45.

A defesa de Portugal parece ter-se, dada a fraqueza militar, feito através do canal da diplomacia, como aposta principal da defesa externa, o que não deixa de constituir uma das mais fortes perplexidades históricas, não só sobre os militares portugueses e a sua instituição, mas sobretudo perante a historiografia.

Estas questões aqui levantadas, procuram apenas suscitar um pouco do que se explora no nosso estudo, feito com grande entusiasmo, apesar das grandes dificuldades para a obtenção de documentação essencial ao labor e à cientificidade da História. Todavia, esperamos que o resultado possa acrescentar algo de novo e possa dar um contributo para uma reflexão sobre o assunto. Foi sempre essa a nossa preocupação principal, pautada pela relativização das nossas interpretações, mas sempre crente que outros juízos se pronunciarão e que só a partir dessa altura, o estudo, poderia na verdade, não dar-se por acabado, mas ao invés encontrar o seu próprio início.

Termo, voltando-me uma vez mais para o Júri e para todo o Conselho Cultural desta Universidade, agradecendo-lhe a confiança depositada e o incentivo público que quiseram dar. Já teria valido a pena, pelo verdadeiro prazer que pude experimentar no aprofundar do estudo, hoje, tem seguramente outro sabor e outro valor, por saber que V. Ex.^{as} se interessaram por ele.

Muito obrigado.

Nota

¹ A filosofia do pós-I Guerra Mundial, na maior parte dos países europeus, alavancada no espírito de que a guerra era um assunto demasiado sério para ser deixado aos militares, como referia Clemenceau, foi a da criação de organismos superiores que centralizassem as questões da defesa nacional, vistas agora numa esfera mais alargada do que o plano restritamente militar.



Sessão comemorativa do Milenário de Guimarães



O Conselho Cultural da Universidade do Minho, em colaboração com a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães, promoveu, no passado dia 12 de Julho, uma sessão comemorativa dos mil anos da história vimaranense.

A sessão, que teve lugar no Salão Nobre da Sociedade Martins Sarmento, abriu com a intervenção do Presidente do Conselho Cultural, Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva que referiu a íntima ligação da Universidade do Minho com a cidade de Guimarães, desde a sua criação, também explicável pelas tradições universitárias da cidade que remontam ao século XVI.

Realçou ainda o trabalho cultural exemplarmente desenvolvido pela Sociedade Martins Sarmento e a sua cooperação com a Universidade do Minho, de que aquela sessão constituía mais uma confirmação plena.

A intervenção de fundo esteve a cargo da Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira, docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, cuja tese de doutoramento tinha incidido sobre a Guimarães Medieval e de cuja apresentação se encarregou a Doutora Manuela Martins, professora catedrática do Instituto de Ciências Sociais e Presidente da Unidade de Arqueologia. A conferência intitulou-se “Guimarães e Portucale: entre o passado e a memória” e vem publicada neste número da revista “Forum”.

Seguiu-se a intervenção do Dr. Henrique Barreto Nunes, com a apresentação dos números 25 e 26 da Revista *Forum*, publicação do Conselho Cultural da Universidade do Minho, correspondentes ao ano de 1999. Este último número recolhe as intervenções realizadas na homenagem ao Dr. Santos Simões, promovida pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho na cidade de Guimarães, em Outubro de 1999.

A sessão encerrou com as palavras do Presidente da Sociedade Martins Sarmento, Dr. Santos Simões, que se congratulou com a iniciativa, realçando a colaboração que se tem verificado entre aquela Sociedade e a Universidade do Minho, nomeadamente em termos culturais.

As intervenções de Lúcio Craveiro da Silva, Manuela Martins e Santos Simões encontram-se reproduzidas nas páginas que se seguem.

Palavras de abertura

Lúcio Craveiro da Silva

É certamente Guimarães uma das cidades que, em Portugal possui um passado mais glorioso. E esse passado, felizmente, não é um passado morto, mas vivo.

Há passados gloriosos que apenas se recordam quando compulsados nas páginas adormecidas da história. Guimarães, pelo contrário, é uma cidade sempre desperta quer se abra o livro da história no passado, quer se admire a sua vitalidade no presente. Possui excelência, realce, cultura, desenvolvimento, no passado e no presente.

No presente logo nos surge, evidentemente, a Universidade do Minho que promove em Guimarães alguns dos seus melhores cursos, o que é devido não só à competência da Instituição mas também à intervenção esclarecida da cidade que, ao contrário de outra localidade que também tinha direito legal à Universidade, ela desde o princípio pediu, facilitou, conseguiu e apoiou com inteligência o estabelecimento também aqui da Universidade do Minho.

É que Guimarães estava melhor preparada para compreender e exigir a presença de uma instituição universitária pois já na sua tradição do século XVI experimentara e gozara, por algum tempo, de Estudos Gerais de nível univer-

sitário, com Frei Diogo de Murça, no então Mosteiro da Costa, onde se concederam “os graus de bacharel licenciado e também de doutor a todos os que provarem adquirí-lo depois do devido exame”.

Ainda nas perspectivas do presente, não poderemos deixar de nos referir sobretudo à Sociedade Martins Sarmento, às suas notáveis iniciativas culturais e ao seu dinâmico presidente a quem, por isso, o Conselho Cultural já prestou a devida homenagem. A Sociedade Martins Sarmento com o seu espólio valiosíssimo, a sua Revista já secular e as inúmeras actividades científicas e de projecção educativa caminha na vanguarda das iniciativas e realizações culturais não só na cidade mas ainda nacionais, com incidência até para além das fronteiras e por isso só não cooperam com ela os governantes distraídos mais preocupados com discursos teóricos do que com realizações de necessidade urgente e imperiosa ...

A sessão de hoje, mais centrada na evocação dos condes portugalenses e de Mumadona, uma das figuras emblemáticas da história vimaranense pré-nacional do século X, e agora evocada por uma das nossas melhores especialistas da história medieval, ajuda-nos certamente a manter vivo o sentido do valor das actuais instituições vimaranenses e a necessidade de apoiá-las oportunamente, de modo particular a Sociedade Martins Sarmento que partilha com o Conselho Cultural da Universidade do Minho e a Câmara de Guimarães a necessidade de recordar este milénário da sua história não por um sentimento meramente passadiço mas para, recordando-o, nos sentirmos obrigados a melhor realizar as tarefas e valores culturais do presente. A maior riqueza de um povo reside sempre no valor vivo e actuante da sua cultura. Eis a razão porque nos reunimos aqui para celebrarmos festivamente este milénio.

Apresentação da Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira Manuela Martins



A tarefa que me foi solicitada de apresentar a Doutora Conceição Falcão, conferencista desta noite, constituindo uma honra é, simultaneamente, uma tarefa árdua. É uma honra, porque é naturalmente um privilégio apresentar alguém que possui o *curriculum*, as qualidades, a idoneidade e a energia da Doutora Conceição Falcão. É uma tarefa árdua porque é sempre difícil falar de alguém a quem nos liga um já longo percurso académico, de mais de 20 anos e uma não menos longa amizade, feita de convivências, experiências e solidariedades, de momentos de alegria, mas, também, de inevitáveis

desencantos que partilhámos, quer na vida académica, quer pessoal. Assim, a minha apresentação corre o risco de oscilar entre a objectividade possível de uma avaliação das qualidades científicas da conferencista e um referencial subjectivo das suas capacidades, naturalmente omissas em qualquer nota curricular de natureza académica, mas perceptíveis para quem com ela convive no dia a dia da Universidade, ou para quem a tem como professora, colega, ou amiga. Perdoem-me, por isso, os presentes, se a minha intervenção extravasa o campo da nota biográfica que é comum na circunstância. De facto, nos tempos de mudança conturbada em que vivemos, em que se secundarizam os valores humanistas, a ética das posturas e a coragem do afrontamento, em benefício de posições politicamente mais correctas, de protagonismos por omissão, não poderia, senão por pura traição à conferencista, ignorar a personagem que dá vida às narrativas que constituem o seu *curriculum científico e académico*.

Permito-me, por isso, invadir esta apresentação com breves retalhos de uma convivência, através da qual procurarei dar expressão à pessoa e à obra.

Conheci a Doutora Conceição Falcão em Outubro de 1979, aquando da minha entrada como assistente na Universidade do Minho. Vinha então engrossar um magro corpo docente de um Curso de bacharelato em História e Ciências Sociais, do qual a Doutora Conceição já fazia parte, desde 1976, pois, na qualidade de assistente requisitada, esteve na origem da estruturação do referido curso, trabalhando de perto com o Professor Doutor Baquero Moreno, e, posteriormente, com o Professor Doutor Aurélio de Oliveira. Como jovem assistente estagiária o meu contacto não foi com os referidos doutores mas com a Doutora Conceição Falcão, cujas recomendações e orientações recordo com gratidão, pois marcaram a minha imediata simpatia. Os princípios que defendia de qualidade e exigência no ensino, o incentivo ao cumprimento das regras e a sua notável relação com os alunos, que então, tal como agora, pautavam a sua postura como docente, caíam bem em alguém que, como eu, iniciava um percurso académico e idealizava a vida universitária com algum espírito de missão. Esse modo particular de ser e de estar da Doutora Conceição Falcão em nada se alterou ao longo dos anos, marcando todos os jovens docentes que entraram no Departamento de História, sobre os quais teve uma influência directa e positiva. Algo que se manteve coerente e

persistente na sua vida académica foi também a sua postura com os discentes, com os quais granjeia imediata simpatia. De facto, a Doutora Conceição Falcão não é uma professora qualquer, cujo trabalho se esgota na preparação e leccionação das aulas. Ela é a pedagoga nata, cujo papel persiste fora da sala de aula, onde, sempre e quando a procuram, seja no gabinete, nos corredores, no bar, ou num simples jantar com os alunos.

Mas o espírito de exigência e dedicação, imagem de marca da Doutora Conceição, não se esgota no seu papel enquanto docente, revelando-se no modo como encara qualquer tarefa lhe é distribuída, seja no desempenho de cargos, seja na participação num qualquer grupo de trabalho, seja na simples redacção de um ofício ou memorando. Por detrás dessa exigência estão a seriedade e o profissionalismo que sempre conferiu ao seu papel de docente universitária, qualidades que contrastam e colidem, cada vez mais frequentemente, com as posturas bem diferenciadas de elementos mais jovens da comunidade académica, menos preparados, menos exigentes, mas, sobretudo, mais ambiciosos e apressados.

Emprestando as suas capacidades e seriedade a tudo o que faz, coloca-as, naturalmente, também, em tudo o que escreve, enquanto historiadora.

Recordo com agrado a leitura da sua tese de Mestrado "Uma rua de Elite na Guimarães medieval (1376-1520)", apresentada e defendida na Universidade do Porto, em 1987, e publicada em 1989 pela Câmara Municipal de Guimarães. Lembro-me de ter comentado então que a escrita da Doutora Conceição ressuscitava os homens, pondo-os novamente a calcorrear os espaços de Guimarães. Desde então não mais deixei de ler os seus trabalhos, acompanhando com interesse o percurso historiográfico da conferencista. O mesmo discurso, ensaiado na tese de Mestrado, surgirá dez anos depois, amadurecido, na obra notável que constitui a sua dissertação de Doutoramento, apresentada e defendida na Universidade do Minho, em 1997, a que deu o título de "Guimarães: duas vilas, um só povo. Estudo de História urbana (1250-1389)". Através de uma narrativa secundada por um profundo conhecimento das fontes vimaranenses e num discurso inteligível, de inegável modernidade, a Doutora Conceição Falcão apresenta-nos personagens e lugares, faz-nos entrar nas casas e circular nas ruas, animadas por actividades. Entre agentes e espaços

de um quotidiano recriado, visionam-se, também, os poderes, os interesses e os conflitos da Guimarães medievla. Para além da qualidade histórica do texto, permito-me salientar a qualidade da escrita que o particulariza, mas, também, a qualidade que decorre da sua permanente capacidade de questionar e problematizar a construção do discurso histórico.

É a Doutora Conceição Falcão uma profunda conhecedora do acervo documental da Guimarães medieval, à qual dedicou até hoje praticamente 70% do conjunto da sua produção científica. São-lhe familiares as fontes, que secundam a publicação de trabalhos dados à estampa sobre as finanças, a justiça, os poderes, o vestuário, ou a construção, temática à qual vem dedicando crescente interesse, testemunhado em várias iniciativas inéditas no quadro da investigação medieval no nosso país. Entre elas conta-se o seu empenho em dar a esta investigação um carácter pluri-disciplinar, procurando formar arquitectos que procedam à reconstituição dos edifícios descritos nos documentos, ou em granjear a cooperação internacional para a pesquisa do tema.

Mas, se a História Urbana constituiu sempre o cerne da sua investigação, os seus interesses orientam-se, também, para o estudo do mundo rural, não lhe sendo estranhas, nem as paisagens, nem as construções, desta feita mais descentradas do universo vimaranense e abrangendo o quadro geográfico mais amplo do norte do país.

Autora de um conjunto alargado de trabalhos científicos, que vingam pela qualidade e, em muitos casos, pela inovação, a Doutora Conceição Falcão é bem conhecida e reconhecida pela comunidade científica, facto que se traduz nos numerosos convites que lhe endereçam para estar presente em reuniões científicas, ou em júris de provas académicas.

Todavia, o seu contributo à história medieval vimaranense, cujos escritos contribuíram, decididamente, para renovar o discurso sobre a importância de Guimarães no quadro das origens da nacionalidade, conseguiu ultrapassar a esfera meramente académica, granjeando-lhe a simpatia e o reconhecimento público do município que lhe concedeu, em 1998, a medalha de mérito intelectual de ouro pela sua dissertação de doutoramento. O mesmo trabalho granjeou-lhe, também, o prémio Alberto Sampaio, instituído pela Sociedade Martins Sarmento e pelos municípios de Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

Não me sendo a mim que cabe, em última instância, o protagonismo desta sessão e porque já vai longa esta apresentação, gostaria de terminá-la sublinhando aquilo que me parece constituir a essência do percurso de vida da conferencista.

Penso que essa essência reside no facto de ser intrinsecamente uma pedagoga. É-o por formação precoce, desde os 18 anos, tendo sido professora em diferentes graus de ensino. Mas, é-o, também, por natureza. E é essa natureza que lhe concede as qualidades que possui de permanente exigência consigo própria, de capacidade de inovação, mas, também, de insatisfação. Porque, a Doutora Conceição Falcão não vê o ensino como uma profissão, mas como uma missão, talvez a mais nobre das missões, pois dela depende a qualidade e capacidade dos futuros cidadãos e porque sempre se revê nas questões, necessidades e ambições dos jovens que, ano após ano, passaram e passam pelas suas aulas, ela é necessariamente alguém que se renova, que se adapta, excepto nos princípios que lhe asseguram a coerência como pessoa. Em vinte anos de convívio com a Doutora Conceição Falcão nunca a vi vergar, ceder, nem desistir. Essa coerência da pessoa, que transparece tanto na académica, como na investigadora, se é para alguns sinónimo de rigidez, é para mim, como para muitos outros, um importante ancoradouro.

Creiam que o seu convívio próximo constitui um raro privilégio.

Palavras finais

Santos Simões

A sessão de hoje é, para nós, razão do mais justificado regozijo por muitos motivos. Porque se trata de acompanhar o Conselho Cultural da Universidade do Minho numa iniciativa prestigiante que se deve ao saber e empenhamento do Prof. Lúcio Craveiro da Silva, sócio Honorário desta velha Instituição, que muito se honra em tê-lo como um dos seus pares e sempre se regozija com a sua presença. Pela iniciativa, em si, que assinala e recria um passado que muito tem a ver com o nascimento deste centro urbano e também com um primeiro balbuciar da terra portuguesa.

Por também trazer até esta nossa Casa duas professoras prestigiadas da Universidade do Minho: a Prof.^a Manuela Martins a quem a Arqueologia da nossa região, e não só, já tanto deve, quer pelo que tem investigado no domínio do castrejo, quer pela acção desenvolvida na persistente luta pela restituição e salvamento do que resta de Bracara Augusta e a quem esta Sociedade agradece uma vez mais a disponibilidade que sempre manifesta em nos ajudar com a sua inteligência e saber. Por nos oferecer a satisfação de uma vez mais apreciar a mais apaixonada e lúcida investigadora do passado de Guimarães, a Prof.^a Conceição Falcão, através de um trabalho de investigação que abre pistas que não podem ser percorridas no escasso tempo de uma vida. Sabe V. Ex.^a o alto apreço em que a temos nesta Casa e isso é garante suficiente do enorme júbilo em tê-la tido hoje como conferente.

Uma palavra ainda para o Presidente da Câmara Municipal, aqui representado pelo Senhor Vereador Armindo da Costa e Silva, a quem agradecemos a disponibilidade para estar presente. Compreendemos e lamentamos o facto de não poder estar presente e isso mesmo lhe disse telefonicamente quando me contactou a informar dos motivos da sua forçada ausência. Cumpre uma honrosa missão acompanhando o Senhor Presidente da República a S. Tomé, onde há uma cidade geminada com Guimarães. Mas é para nós igualmente motivo de júbilo o facto de a Câmara Municipal ser co-organizadora desta iniciativa, não só pelo que este acto significa mas por ver o nosso Município integrando com a Universidade do Minho e esta Instituição uma iniciativa cultural de relevante significado.

E correndo o risco de porventura repetir algumas ideias que já foram expressas pela ilustre conferente, repetição que a existir não tem nem o fulgor nem o saber das que foram feitas, permita-se-me que, na senda do longo caminhar das gentes desta região, não esqueça aqui os povos que primeiro lançaram as sementes da cultura que hoje fulge em esplendor nas formas da cerâmica da Penha e de Briteiros, na forjadura do ferro, na elegância e criatividade das peças de granito e na fina sensibilidade das peças de ouro. Constitui momento alto de reflexão e admiração verificar o contraste entre o trabalho na dura pedra granítica e o labor delicado do ouro. As mãos calejadas dos castrejos transformavam-se em hábeis manipuladoras de sensibilidade quase feminina, principalmente para *tecer* as formas leves e delicadas que ornaram os esquisitos torques, braceletes, pulseiras, anéis e arrecadas.

A ocupação romana não conseguiu destruir essa herança e, como legado de colonizador culturalmente diferenciado, deixou-nos marcas indeléveis de progresso social, económico e cultural que perduraram ao longo dos séculos.

Um novo marco na história da região surge cerca de quinhentos anos após o período de romanização deste território.

Na passagem do século VIII para o IX, Vímara Peres fixou-se nesta região em granja ou prédio rural, ou *villa*, e não repugna que, desde então fosse conhecida por Vimaranes, ou a partir da eventual fixação de seu filho Lucídio Vimaranes. O certo é que, quando em 950 a Condessa Mumadona fundou na

pequena quinta o seu Mosteiro, já o local era conhecido como Vimaranes. Depois desta atrevida incursão em domínio que não é o meu, importa voltar à linha de força que desejo sublinhar. A criação do Mosteiro pela Condessa veio a possibilitar que Guimarães se tornasse um importante polo cultural através da oferta de uma preciosa biblioteca que não só foi o embrião do primeiro centro de estudos, como esteve na base do poder político que a terra manteve até a passagem da capital para Coimbra, onde existia também então um importante centro de saber: o Mosteiro de Santa Cruz.

O pequeno polo rural cresceu e desenvolveu-se a sombra da generosidade de Mumadona, em relação ao Mosteiro. E onde cem anos antes alguns poucos servos cultivavam um prédio rústico, agora, uma população laboriosa e de gentes de armas gravitava à volta do Mosteiro acolhia-se à protecção do Castelo.

Guimarães polarizava, então os quereres dos barões portugalenses que rejeitavam a autoridade dos Travas e deram D. Afonso Henriques como rosto da sua revolta em S. Mamede.

Se Guimarães ostenta a honra de aqui ter acontecido a primeira tarde portuguesa, não é sem justificado orgulho que se pode e deve enaltecer a importância da cultura na génese de Portugal.

Por isso é duplamente justa a sessão que hoje aqui realizamos.

A terminar, não quero deixar de agradecer ao Conselho Cultural nas pessoas do Prof. Lúcio Craveiro da Silva e Dr. Henrique Barreto Nunes o terem também distinguido esta Sociedade com o lançamento de dois números da prestigiada revista "Forum".

Doação do espólio literário do Dr. Francisco Miranda de Andrade à Biblioteca Pública de Braga

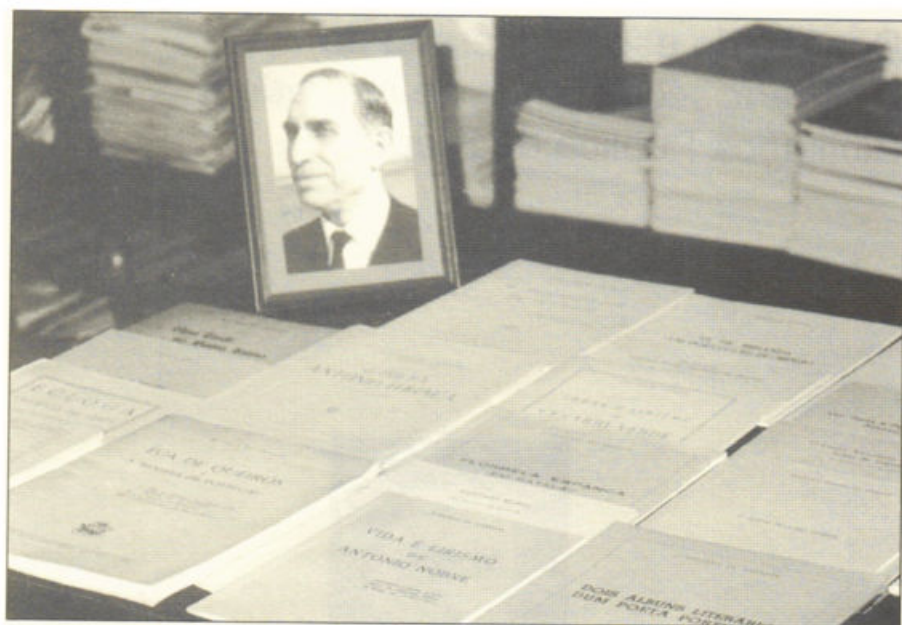


A família do Dr. Francisco Miranda de Andrade (1902/1999), antigo Reitor do Liceu Nacional de Braga, do qual foi professor entre 1941 e 1958, num gesto de enorme generosidade decidiu doar à Biblioteca Pública de Braga, a biblioteca particular e o espólio literário daquele ilustre intelectual.

A doação foi formalizada numa cerimónia realizada na Sala Manuel Monteiro da Biblioteca Pública de Braga, no dia 10 de Julho de 2000, durante a qual usaram da palavra a Dr.^a Constança Miranda de Andrade, sua filha e o Prof. Doutor Vítor Aguiar e Silva, vice-reitor da Universidade do Minho.

O protocolo que legitima a doação, e que a seguir se transcreve, foi assinado pelos filhos do Dr. Miranda de Andrade e pelo senhor Vice-Reitor da Universidade do Minho.

No local esteve patente uma pequena exposição bibliográfica da obra de Miranda de Andrade, bem como de alguns documentos significativos pertencentes ao espólio.



Protocolo

Francisco Miranda de Andrade nasceu a 26 de Agosto de 1902, na cidade de Barcelos (freguesia de Santa Maria Maior), tendo sido seus pais Fernando Augusto de Andrade e Rosa Augusta Miranda.

Faleceu na Póvoa de Varzim, em 14 de Maio de 1999, encontrando-se sepultado no cemitério de Barcelos, em jazigo de família.

Francisco Miranda de Andrade era licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras do Porto (1925) e diplomado pela antiga Escola Normal Superior de Lisboa (1929).

Exerceu o magistério nos liceus de Viana do Castelo, Passos Manuel e Gil Vicente em Lisboa, Faro, Lamego, Braga e Alexandre Herculano, no Porto. Desempenhou as funções de reitor do Liceu de Lamego (1935-1939) e as de vice-reitor e reitor do Liceu de Braga (1941-1958).

Em 1958, em 1959 e em 1966, foi superiormente designado relator de livros destinados ao Ensino Oficial, sendo, para tal efeito, agregado à segunda secção da Junta Nacional da Educação.

Em 1961, em 1963 e em 1966, foi equiparado a bolsheiro do Instituto de Alta Cultura.

Além da colaboração que prestou a vários jornais de Barcelos, Braga, Porto e Lisboa, escreveu e publicou os seguintes ensaios e obras de investigação literária : *Camões e o Platonismo* (1926), *O Poeta António Fogaça* (1949), *A Lição de Camões* (1951), *Eça de Queirós e a "Revista de Portugal"* (1953), *Ao Ritmo da Vida (Estudos e Crónicas)* (1959). Organizou e prefaciou o volume intitulado *Obra Poética de António Fogaça*, editado em 1964 pela Câmara Municipal de Barcelos a propósito das comemorações centenárias do mesmo poeta, em 1963, das quais foi o promotor.

Foi também autor de vários estudos publicados em diversas revistas e boletins culturais ("Bracara Augusta", "Quatro Ventos", "Ocidente", "Panorama", "Gazeta Literária", "Boletim Cultural da C. M. do Porto", "Boletim da Biblioteca Municipal

de Matosinhos", "Barcellos-Revista", "Labor", "Sulco", etc.) sobre Garrett, Bocage, António Feijó, Jaime de Ségurier, António Nobre, Luís de Magalhães (de quem organizou os volumes póstumos *Campo-santo e Anoitecer*), Florbela Espanca, Paulino Cabral, Sá Meneses (conde de Matosinhos), Sá de Miranda, bem como sobre Goya, Leonardo da Vinci e Chateaubriand.

Entre 1946 e 1949 foi director do jornal bracarense "Correio do Minho".

Em 1954, fundou em Braga uma delegação da Aliança Francesa de Paris, tendo sido o seu primeiro presidente, funções que exerceu até 1959, promovendo a realização de variadas iniciativas culturais.

Foi sócio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, da Sociedade Portuguesa de Escritores, da Associação de Antigos Alunos da Universidade do Porto e da Academia Portuguesa de Ex-líbris.

Francisco Miranda de Andrade casou em primeiras núpcias, em 9 de Maio de 1928, com Maria José Gouveia Reis Santos Florêncio, tendo tido três filhos deste casamento: João Jorge Santos Miranda de Andrade (falecido), Branca Maria dos Santos Miranda de Andrade e Estela Augusta dos Santos Miranda de Andrade.

Por morte da primeira esposa, casou em segundas núpcias com Maria Augusta do Vale Azevedo Lima, tendo tido quatro filhos deste casamento, que se realizou em 7 de Agosto de 1943: Maria Constança Lima Miranda de Andrade, Francisco Manuel Lima Miranda de Andrade, Maria Augusta Lima Miranda de Andrade e João Manuel Lima Miranda de Andrade.

Após o falecimento do Dr. Francisco Miranda de Andrade, ocorrido em 14 de Maio de 1999, os seus filhos decidiram contactar a Biblioteca Pública de Braga, propondo a esta instituição a doação da biblioteca e do espólio literário daquele ilustre professor.

Depois de analisado na casa em que o Dr. Miranda de Andrade residiu no Porto, nos últimos anos da sua vida e comprovado o interesse de que se revestia para a instituição o espólio literário e parte da biblioteca, a BPB decidiu aceitar aquela generosa oferta e integrar nos seus fundos o referido conjunto documental.

O espólio literário é constituído por dossiers que reúnem elementos bio-bibliográficos, documentos pessoais e fotografias; manuscritos e dactiloscritos de trabalhos publicados e da colaboração na imprensa; documentação variada (manuscritos, fichas, apontamentos, recortes de jornais, etc.) relacionada com trabalhos de investigação realizados ou em curso; cartas, cartões e bilhetes postais de diversos escritores e intelectuais (de que se destacam, pela quantidade, as de Amândio César, Joaquim Paço d'Arcos, Carrington da Costa, A. Álvaro Doria e Augusto Soucasaux, mas onde se incluem outros nomes de relevo da cultura portuguesa) e de familiares de escritores (filhas de Luís de Magalhães); documentos relativos à actividade docente e à Alliance Française; documentação diversa avulsa, de carácter pessoal ou literário; obra publicada (livros, separatas, revistas e colaboração na imprensa), etc. O espólio inclui ainda 4 medalhas comemorativas e duas zincogravuras (retrato e ex-libris).

Quanto à biblioteca, constituída por cerca de 800 volumes, reúne predominantemente obras da literatura portuguesa (ficção, poesia e ensaio) cujos núcleos mais ricos dizem respeito a Eça de Queirós, Joaquim Paço d'Arcos, Amândio César, Luís de Magalhães, literatura francesa, estudos de arte, monografias e estudos da história local. Devem referir-se ainda algumas revistas, nomeadamente a "Revista de Portugal" (4 volumes encadernados) e colecções incompletas de outros títulos ("Labor", "Distrito de Braga", "Boletim Cultural da C.M. Porto", "Barcellos Revista", "Boletim da Bib. Mun. de Matosinhos"), bem como diversos números avulsos de outros títulos.

A doação feita pela família do Dr. Miranda de Andrade não impõe qualquer tipo de condições, a não ser a assinatura de um protocolo em que fique consignada a entrega do espólio à Biblioteca Pública de Braga.

Deste modo, não é obrigação da BPB manter a integridade da biblioteca, pelo que verificando-se a existência de muitos títulos de livros e periódicos que a BPB já possui, esta poderá dispor deles, nomeadamente para oferta ou permuta com outras instituições, sendo privilegiados a Biblioteca Geral da Universidade do Minho e a Biblioteca Municipal de Barcelos.

O espólio literário do Dr. Francisco Miranda de Andrade, que já se encontra depositado na BPB, encontra-se em fase de inventariação e receberá posteriormente o tratamento técnico adequado.

Quanto aos livros e periódicos que ficarem na Biblioteca, serão devidamente registados e catalogados, com referência à sua origem. Das publicações disponíveis para oferta ou permuta far-se-á uma listagem.

Finalmente, a Biblioteca Publica de Braga compromete-se ao cumprimento das seguintes cláusulas:

- 1 – Entrega de cópias dos inventários realizados aos doadores que os pretenderem receber.
- 2 – Colocação das obras da autoria do Dr. Francisco Miranda de Andrade, dos números das revistas em que colaborou, de um conjunto seleccionado de alguns dos livros doados, nomeadamente dos que apresentem dedicatórias autografadas, e do seu espólio literário num corpo de estantes devidamente identificado.
Os restantes impressos que é de interesse conservar serão integrados nas colecções da BPB, tendo sempre referência à sua origem.
- 3 – Concessão de facilidades de consulta dos documentos doados aos seus filhos.
- 4 – Concessão de fotocópias dos documentos doados, sempre que solicitadas pelos seus filhos.
- 5 – Publicação do presente protocolo, bem como da bibliografia do Dr. F. Miranda de Andrade na revista "Forum", do Conselho Cultural da Universidade do Minho.
- 6 – Oferta de exemplares dessa revista, bem como de outras publicações que porventura sejam feitas a partir do espólio, aos seus filhos.

O presente protocolo é celebrado tendo como primeiro outorgante a Universidade do Minho / Biblioteca Pública de Braga, representada pelo seu Vice-Reitor Prof. Doutor Vítor Aguiar e Silva e como segundos outorgantes Branca Maria dos Santos Miranda de Andrade, Estela Augusta dos Santos Miranda de Andrade, Maria Constança Lima Miranda de Andrade, Maria Augusta Lima Miranda de Andrade e João Manuel Lima Miranda de Andrade.

Braga, 10 de Julho de 2000.



Bibliografia de Francisco Miranda de Andrade

(1.^a parte)

A Biblioteca Pública de Braga comprometeu-se a organizar e divulgar a bibliografia de Francisco Miranda de Andrade.

Na primeira parte deste trabalho incluem-se somente trabalhos publicados em livro, os artigos em revistas de que se extraíram separatas e as edições por si organizadas.

Numa segunda parte, a publicar oportunamente, referenciar-se-á a abundante colaboração de Miranda de Andrade em revistas e jornais.

1

Livros e separatas

Camões e o platonismo : um problema de critica literária. Barcelos : Companhia Editora do Minho, 1926. – Tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O poeta António Fogaça : estudo biográfico-crítico. Braga : Livraria Cruz, 1949.

Écloga chamada do Gerês. Braga : Oficina da Livraria Cruz, 1951.

A lição de Camões. Braga : Livraria Cruz, 1951.

Eça de Queirós e a "Revista de Portugal". Lisboa, Alvaro Pinto (Rev. Ocidente), colof. 1953.

Sobre o lirismo de Cesário Verde. [Lisboa : s.n., 1955?]. – Sep. "Ocidente", 48.

Uma tarde, no Bairro Latino. Braga : [s.n.], 1955. – Sep. "Quatro Ventos", 4-6.

Ao ritmo da vida : estudo e crónicas. Braga : [s.n.], 1959.

O poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage. Lisboa : [s.n.], 1966. – Sep. "Ocidente", 70.

- António Nobre*. [Lisboa : s.n., 1967]. – Sep. “Ocidente”, 73.
- Dois álbuns literários dum poeta portuense*. [Matosinhos : s.n.], 1967. – Sep. “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 14.
- Garrett e os ingleses*. Porto : [s.n.], 1968. – Sep. “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 31.
- Luís de Magalhães e a evolução do seu lirismo*. [Matosinhos : s.n.], 1968. – Sep. “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 15.
- O poeta, jornalista e cônsul Jaime de Séguier*. Lisboa : [s.n.], 1968. – Sep. “Ocidente”, 74.
- Vida e lirismo de António Nobre*. Aveiro : Lusitânia, 1968. – Sep. “Labor”, 270.
- Florbela Espanca em catalão*. [Matosinhos : s.n.], 1969. – Sep. “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 6.
- Garrett e Chateaubriand*. Aveiro : Lusitânia, 1969. – Sep. “Labor”, 277.
- O escritor Luís de Magalhães*. [Matosinhos : s.n.], 1970. – Sep. “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 17.
- Páginas inéditas dum romance incompleto de Luís de Magalhães*. Porto : [s.n.], 1973. – Sep. “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 34.
- O poeta Paulino Cabral*. Porto : [s.n.], 1979. – Sep. “Revista de História”, 2.
- Notas camonianas*. [Matosinhos : s.n.], 1980. – Sep. “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 24.
- O poeta e Conde de Matosinhos, Francisco de Sá de Meneses*. [Matosinhos : s.n.], 1981. – Sep. “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 25.
- Um poeta e poliglota barcelense : António Malheiro*. Barcelos : [s.n.], 1983. – Sep. “Barcellos-Revista”, 1.
- Sá de Miranda : um português do Minho*. Braga : [s.n.], 1983. – Sep. “Bracara Augusta”, 37.
- Barcelos e Vercelli*. Barcelos : [s.n.], 1985. – Sep. “Barcellos-Revista”, 2.

2

Edição de textos (organização e prefácio)

Aendência de Portugal / Liceu Nacional de Braga; [colab. Miranda de Andrade, Vasco da Gama Lobo Xavier, Alberto Feio]. – Braga : Liceu Nacional, 1949. – Sessão comemorativa do 1.º de Dezembro de 1640.

Locação de Garrett no Liceu Nacional de Braga / [colab. Miranda de Andrade, António Correia de Oliveira, Artur de Magalhães Basto]. – [Braga : s.n., 1955].

Vda mocidade e poesias dispersas / António Fogaça; [organ. e pref. Miranda de Andrade]. Barcelos : Câmara Municipal, [1964]. – Tít. da capa : Obra poética de António Fogaça : as comemorações do centenário.

Aer : últimos sonetos / Luís de Magalhães; prólogo de Miranda de Andrade. – [Matosinhos : s.n.], 1971. – Sep. “Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos”, 18.

CSanto : artigos críticos sobre as mais notáveis figuras literárias e políticas dos séculos XIX e XX, em Portugal / Luís de Magalhães; coord. Miranda de Andrade; [pref. de Joanna Ignez de Lemos Magalhães e Miranda de Andrade]. – Braga : Livraria Cruz, 1971.

António Ventura, *José Régio e a Política* * Eunice Ribeiro

Depois das devidas saudações a todos quantos nesta sala se reúnem, começaria naturalmente por agradecer ao Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho – na pessoa do Professor Norberto Cunha – a ocasião que me proporcionou de estar hoje aqui conversando a propósito de um livro de António Ventura, a quem também devo uma preciosa colaboração (desculpem-me este parêntesis memorialístico...) quando errava por terras portalegrenses nas minhas pessoais “escavações” regionais.

O volume que agora temos em mãos – *José Régio e a Política* – testemunha um notável trabalho de investigação que vem na sequência de um já longo exercício de pesquisa e reflexão sobre a figura de José Régio, no que toca particularmente os seus escritos não-literários: a epistolografia e os artigos de imprensa, com particular destaque para a imprensa portalegrense e o semanário *A Rabeca*. Desse exercício são já conhecidos diversos frutos editoriais:

* Texto lido na sessão de apresentação do livro “José Régio e a política”, iniciativa do Centro de Estudos Lusíadas e da Biblioteca Pública de Braga realizada no Museu Nogueira da Silva em 19 de Outubro de 2000.

para além dos muitos estudos publicados em revistas diversas, destacaria os volumes de correspondência editados pelo Círculo de Leitores e pelo Centro de Estudos "José Régio" (editando, este último, as cartas trocadas entre José Régio e António Sérgio e entre Régio e seus pais) e ainda os *Escritos de Portalegre*, de 1984, livro em parte retomado agora neste *José Régio e a Política* e acrescentado de novos textos. Ao todo, o presente volume reúne catorze artigos de Régio (para além de documentação fotográfica), amplamente comentados e contextualizados nas páginas introdutórias de António Ventura.

Não me vou pronunciar – não o poderia sequer – sobre a ideologia ou a filosofia política de Régio. Neste âmbito, seria o próprio Professor Norberto Cunha orador mais indicado; quis ele pregar-me esta pequena "partida" que eu agora lhe devolvo reservando-lhe o tema e as palavras e cingindo-me, entretanto, a falar sobre o Livro que agora vem a lume, o importante lugar que ocupa na bibliografia sobre José Régio.

São os nascimentos – e também os dos livros – ocasiões sempre memoráveis. E se até para os "maus livros" não deixa isto de ter alguma verdade, muito mais a terá no caso do livro que agora se dá à estampa, uma genuína homenagem a José Régio. Não só pela coincidência (?) da data em que surge, às portas do centenário do nascimento do Autor, como sobretudo por ser um livro profundamente desmi(s)tificador – e não é nada fácil conceber um livro assim. Trata-se, efectivamente, de um livro que descongela mitos. E se qualquer figura literária ou artística acaba, enfim, por ser o resultado de uma cristalização que lhe veio a impor a história e a crítica literárias/artísticas, José Régio parece ser, sem dúvida, das figuras mais maltratadas e redutoramente "fixadas" no panorama da literatura e da cultura portuguesas do século XX. Bastará pensarmos no seu quase completo "esquecimento", na sua quase completa "rasura" ao nível dos *curricula* académicos actuais. Facto tanto mais curioso quanto José Régio demonstrou ser uma figura invulgarmente polifacetada: os que ainda o conhecem ou dele se lembram identificam-no quase sempre como "apenas" um Autor, como "apenas" um Poeta – o dos *Poemas de Deus e do Diabo* ou, talvez ainda mais restritivamente, o do "Cântico Negro", coisa que certamente arrelhiaria Régio a quem sempre pareceu exagerada a sobrevalorização dada pela crítica a esse seu poema de juventude que assim abafava a sua monumental e restante obra.

Mas Régio foi muito mais além disso: foi um teorizador de mérito, responsável pela conceituação da própria categoria periodológica do *Modernismo português*; foi um crítico – não só literário, mas cinematográfico (a sua conhecida paixão pelo cinema mostrou-a, por exemplo, como co-fundador do Cineclube de Portalegre) e plástico. Para além de ser ele mesmo um desenhador – ou “um desenhista de Domingo”, como disfemicamente se auto-apelidava talvez por confronto com seu irmão Júlio dos Reis Pereira, o pintor “oficial” do grupo da *Presença*. Para já não falar de outras suas predilecções: as tapeçarias de Portalegre, de que foi um dos primeiros divulgadores e instigadores; as antiguidades, particularmente a iconografia religiosa que colecionava como um vício, sobretudo durante o seu “exílio” de quase 30 anos em Portalegre, ao ponto de o conhecerem as gentes alentejanas por “homenzinho dos Cristos”, o professor com a mania das coisas velhas...

É necessária uma leitura atenta, profunda, minuciosa, *compreensiva* – para recuperarmos uma noção cara ao próprio Régio –, uma leitura como esta que António Ventura aqui empreende, para se conseguir vencer a inércia dos mitos. É esta leitura que nos redimensiona o perfil de José Maria dos Reis Pereira (cidadão, homem público), acabando inevitavelmente por também redimensionar o de José Régio, o *homem-artista*.

Trata-se de um livro que lê e dá a ler Régio por via da sua escrita para-literária, de uma escrita para-literária muito pouco conhecida – os textos políticos –, subvertendo um dos muitos lugares-comuns que a propósito de Régio se foram engendrando: o seu suposto apoliticismo, uma sua voluntária isenção da vida política onde muitos quiseram ver certa dose de cobardia e de isolacionismo reaccionário, sobretudo durante a década de quarenta e dos conflitos abertos entre neo-realistas e presencistas onde se situa a famosa polémica entre Régio e Cunhal.

Mas aqui outras perplexidades voltam a surgir: a par dessa crítica ao seu assim apelidado “umbilicalismo” narcisista, Régio também acabou por ser acusado de “patrioteiro” e nacionalista *demodé* a propósito da sua posição face à questão ultramarina; e também viu muitas das suas obras apreendidas pela censura: já não me refiro ao *Jogo da Cabra Cega*, onde provavelmente intervinham outros géneros de ingredientes, mas sobretudo às suas peças

dramáticas *Jacob e o Anjo* e *El-Rei Sebastião*. Custa a acreditar que alguém de quem se diz ou se insinua ser anacronicamente “apolítico” (como se tal possível fosse) veja os seus textos sistematicamente alvo de censura. Certo é, porém, que a impopularidade política de Régio muito trouxe à sua impopularidade literária e artística.

O que nos demonstra este sincero exercício de compreensão da postura política de José Régio por parte de A. Ventura desfaz uns quantos de todos aqueles pré-conceitos: se Régio não foi nunca propriamente um “homem da política”, não lhe poderemos negar, apesar de tudo, os vários momentos de intervenção clara e directa na vida política que subscreveu – a adesão ao MUD, as críticas ao Estado Novo em textos de literal denúncia (lembramos tão-só dois textos de 1949: “O recurso ao medo” e “Entre dois regimes”). Momentos inegavelmente entrecortados por períodos de completo desencanto ou desinteresse pelas “coisas da política”, mas que nunca o faziam deixar de ser um “militante” – de uma militância imediatamente ética e apenas mediatamente política ou “escassamente política”, para retomar uma expressão do *Diário Íntimo*. Se “os seus escritos nunca eram de circunstância”, como lucidamente se anota na Introdução do presente livro, se a sua obra literária nunca se inspira directamente em problemas sociais concretos, nunca esses textos deixariam de exprimir uma certa posição política, nunca deixariam de fazer uma certa propaganda: *seja lá ao que for* – nisso tinha decerto razão Álvaro Cunhal quando o disse nas páginas da *Seara Nova*, em 1939, por alturas da sua já citada polémica com Régio.

O paralelo com o âmbito estético parece-me, aliás, elucidativo dessa “forma de estar” regiana, do seu medular cepticismo, do seu contínuo estado de dúvida. Os gestos de sistemática marginalidade, de teimosa heterodoxia que observamos em Régio ao nível da sua postura política tecem uma singular coerência com as suas posições estéticas e teórico-literárias – por entre os imensos paradoxos e incoerências regianos. A opção por uma ideologia de abertura, de eclectismo, de superintegração (e é constante, como se sabe, a afirmação do seu ódio por academias, doutrinas, escolas, *ismos* de qualquer espécie), uma opção que lhe trouxe não poucos dissabores e que lhe dificultou a catalogação ao ponto de se lhe chamar tudo – um clássico, um romântico, um modernista, um expressionista ... –, parece-me típica de quem

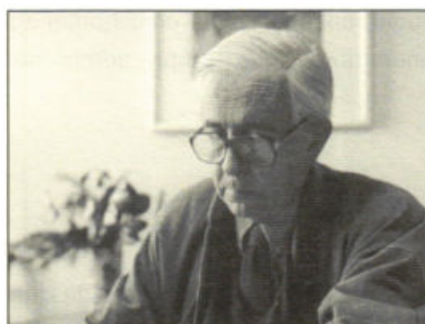
sonha demasiado alto, de quem não vê “senão à escala do Mundo”, voltando a citar o *Diário*, via António Ventura. Se há quem leia tal abertura como medo de tomar posição, porque não lê-la como uma comovente resistência ao tempo, no sentido romântico da recuperação do Absoluto e do Eterno: ser tudo para ser Inteiro, para ser Um, para ser absolutamente Livre.

“Se pudesse aderir fosse ao que fosse! Crer no que quer que fosse” – este desabafo íntimo de Régio, que A. Ventura igualmente transcreve, parece-me resumir o cerne da sua complexa personalidade. De novo, agora pela via da política, reencontramos o dilema do *crer não crendo* – que não é “apenas” um dilema religioso ou metafísico, mas atinge todas as esferas de acção de José Régio como homem, como cidadão, como escritor, como artista. As suas várias formas de descrença são sinceríssimas, são a sua particular forma de existir.

Talvez se tenha esquecido Régio (e não terá sido este também um “esquecimento voluntário”?) por não se saber compreendê-lo. Ou por não ser cómoda, por não ser politicamente correcta a sua particular versão de “sinceridade”. Por não “estar na moda” o seu humanismo. Creio que será essa megalómana vontade de ser do seu e de todos os tempos que tornou a presença de José Régio tão insituável, tão frágil no mapa da história literária e cultural portuguesa. Daí que a ninguém, penso, deixe de “tocar”, a leitura preocupadamente isenta de António Ventura no livro que agora vem a lume e que ilumina, ao fim de um século, uma das múltiplas “faces ocultas” dessa figura singular e singularmente polivalente da nossa cultura que foi José Régio. Por isso, todos nós lhe estamos gratos como, estou certa, Régio também o estaria.

João Manuel Bairrão Oleiro

Francisco Sande Lemos



1

Em 11 de Junho de 2000 faleceu o professor João Manuel Bairrão Oleiro, um dos mais relevantes nomes da Arqueologia Portuguesa da segunda metade do século XX.

Já em 1994 o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde leccionara nas décadas de 50 e 60, lhe dedicou um número duplo da revista *Conimbriga* (32-33; 1993/1994).

Por sua vez a Universidade Nova de Lisboa, na qual exerceu as funções de professor catedrático (de 1976 a 1993), também editou um volume em sua homenagem, em 1996, organizado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Recentemente, Adília Alarcão, Jorge Alarcão e José d'Encarnação subscreveram diversos textos¹, evocando a sua memória, recordando a sua personalidade e o seu contributo para a Arqueologia. Lembraram o "Mestre, o Amigo e o Arqueólogo"². Neste último plano, para além da sua actividade científica, destacaram o contributo do professor Bairrão Oleiro na criação de novas estruturas e sublinharam a sua capacidade para abrir caminhos a novos projectos.

Na verdade, como Inspector Superior do Ministério da Educação, vogal da secção de Arqueologia da JNE, durante duas décadas, e como Director-Geral dos Assuntos Culturais nos anos 70, a sua influência foi decisiva no rumo da Arqueologia Portuguesa.

O nosso testemunho, evocando a sua intervenção no lançamento de dois projectos de Arqueologia, constitui mais uma homenagem, singela, a uma personalidade de grande mérito, que sempre admirámos.

2

Em 1972, dois estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Jorge Pinho Monteiro e o autor deste texto, acompanhados por Eduardo da Cunha Serrão, dirigiram-se ao Campo Grande, à ala poente do imóvel da Biblioteca Nacional, onde funcionavam os serviços da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

Pode dizer-se que estávamos ansiosos.

A descoberta, em 31 de Outubro de 1971³, dos primeiros núcleos de gravuras do complexo de arte pré-histórica do Vale do Tejo, a montante da barragem do Fratel, fora amplamente divulgada pela Imprensa Portuguesa, e suscitara alguma polémica. Na verdade, arqueólogos de renome, designadamente George Zbyzewski e Octávio da Veiga Ferreira, apenas consideraram autênticas algumas das gravuras. Na sua opinião a maior parte das insculpturas teriam sido obra dos trabalhadores que construíram a linha de caminho de ferro da Beira Baixa e que se entretinham a gravar no xisto, utilizando para o efeito os grandes parafusos dos carris.

Não tínhamos pela direitos científicos, já assegurados pela imediata divulgação da descoberta, tanto na Imprensa, como em sede própria, na secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Por outro lado, já dispúnhamos do necessário certificado para os trabalhos arqueológicos, autorizados pela Junta Nacional de Educação em 13 de Janeiro de 1972.

Mas, receávamos que o amplo projecto de salvamento, que tínhamos arquitectado, pudesse encontrar escolhos burocráticos, ou ficasse bloqueado por dificuldades financeiras.

A reunião era crucial, pois tratava-se de expor as linhas de trabalho que pretendíamos desenvolver e fundamentar as verbas de que necessitávamos.

Já não me recordo dos pormenores da reunião entre os alto funcionários que representavam o Estado e os elementos do GEPP⁴.

Contudo, mantenho viva a memória da cordialidade e simpatia, expressas pelos drs. Bairrão Oleiro e Carmelo Rosa.

Concluída a audiência não só tínhamos adquirido a certeza de que João Manuel Bairrão Oleiro depositava toda a confiança no GEPP, como também sentimos que o bom acolhimento significava, para além de um voto favorável, um precioso estímulo para o projecto de salvamento que nos propúnhamos levar a cabo.

De facto, o Ministério de Educação subsidiou as subseqüentes campanhas de prospecção que permitiram identificar um dos mais vastos complexos de núcleos gravados da Europa, núcleos que se estendiam ao longo de mais de trinta quilómetros, entre a barragem de Fratel e o Tejo Internacional.

Aliás, o interesse do professor Bairrão Oleiro não se limitou a facilitar os trâmites burocráticos, no âmbito do seu pelouro. Estou convencido que o seu empenho foi decisivo para a atribuição da significativa quantia que a Fundação Calouste Gulbenkian destinou aos trabalhos arqueológicos de registo da arte rupestre do Vale do Tejo, reforçando assim o financiamento estatal.

Sem dúvida que o profícuo entendimento entre Eduardo da Cunha Serrão e o GEPP garantiu uma plataforma de trabalho, conforme já destacámos num outro texto, publicado na revista *Forum* e dedicado à memória de E.C.S.

Mas, sem o apoio das entidades que tutelavam o património e a actividade arqueológica, pouco poderíamos ter avançado.

Por outro lado, não se pode encarar esse apoio como um desígnio pontual, mas sim como um passo mais na renovação da Arqueologia Portuguesa, projectada pelo professor Bairrão Oleiro.

De facto, quando se celebrou, no Porto, em 1973, o II Congresso Nacional de Arqueologia, João Manuel Bairrão Oleiro, na sua qualidade de Director-Geral dos Assuntos Culturais abriu o evento com um discurso breve, mas que anunciava toda uma política, um pensamento estruturado sobre os possíveis caminhos no quadro do estudo e salvaguarda do património arqueológico⁵. O texto dessa intervenção é um documento de grande relevância para a História da Arqueologia das últimas décadas. Entre outros aspectos destacam-se nesse documento: a preocupação em regulamentar a actividade arqueológica, reduzindo o número de escavações e obrigando à elaboração de relatórios científicos; o empenho no inventário dos sítios; o interesse no desenvolvimento da Arqueologia de Salvamento, nessa época limitada a raras intervenções. Neste último âmbito referiu, expressamente, dois salvamentos em curso: o da Arte Rupestre do Vale do Tejo e o da zona de Sines.

Dos objectivos enunciados no seu discurso concretizaram-se vários. Alguns ainda em 1973, como o Portaria que regulamentava os Trabalhos Arqueológicos; outros, mais tarde, já na década de 80, quando foram criados o Instituto Português do Património Cultural e os Serviços Regionais de Arqueologia do Norte, Centro e Sul; ou quando se estabeleceu o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos.

Um dos desafios lançados em 1973 pelo professor Bairrão Oleiro era a realização da Carta Arqueológica Nacional, ou Inventário dos Sítios, tema que continua na ordem do dia.

Quando, hoje lemos alguns artigos sobre gestão do património, estranhamos a ausência de referências à intervenção de abertura do III Congresso Nacional de Arqueologia, pois que foi um dos primeiros textos que iniciou, em Portugal, numa linha de modernidade, um tema sobre o qual a bibliografia portuguesa é cada vez mais abundante, embora nem sempre bem escorada.

É bom que se recorde que a Portaria de 1973 só foi substituída em Julho de 1999 por um Decreto-Lei, mais extenso, mas talvez demasiado intrincado e com articulados discutíveis, ou obscuros, quando comparados com o diploma que revogou.

Ou que se lembre que o Inventário Nacional dos Sítios Arqueológicos ainda não está disponível, embora se tenham verificado assinaláveis avanços.

3

O interesse de João Manuel Bairrão Oleiro pela Arqueologia de Salvamento não se desvaneceu no período subsequente ao 25 de Abril.

Quase uma década depois, em 1978, salvo erro, tive a oportunidade de me encontrar de novo com o professor Bairrão Oleiro, quando este visitou o Campo Arqueológico de Braga, integrando a comitiva do Secretário de Estado da Cultura, António Reis. O momento era crucial, pois que estava em causa o desenvolvimento de um projecto que pretendia salvar, da destruição anunciada, a maior cidade romana da fachada atlântica da Península Ibérica. E, novamente, julgo, a sua influência foi importante, para garantir a continuidade do estudo e salvamento de *Bracara Augusta*. Atravessava-se um período conturbado. A Junta Nacional de Educação tinha sido extinta em 1977. Preparavam-se novas estruturas. Os projectos arqueológicos eram apreciados pela Comissão Organizadora do Instituto Português do Património Cultural e Natural (COISPCN). E o projecto de *Bracara Augusta* não tinha grande acolhimento entre muitos arqueólogos, provavelmente desfocados em relação às novas correntes da Arqueologia de Salvamento, já dominantes na Europa Ocidental.

4

Estas breves referências demonstram como o professor Bairrão Oleiro se interessava pelos projectos que rompiam com a orgânica tradicional da Arqueologia Portuguesa, apoiando os programas de salvamento, na linha que já anunciara nas palavras de abertura do Congresso de 1973.

Na década de 80 presidiu, durante vários anos, à Comissão Nacional de Arqueologia e continuou a influenciar o percurso desta disciplina em Portugal, na sua qualidade de Inspector Superior do Instituto Português do Património Cultural.

A forma como dirigia os trabalhos da Comissão e aconselhava sobre a melhor forma de elaborar os pareceres, marca uma época em que se procurava fundamentar, com rigor e pedagogia, os actos administrativos.

Por circunstâncias alheias à Arqueologia, afastei-me do IPPC, precisamente quando o professor Bairrão Oleiro foi designado Vice-Presidente daquele organismo, ou seja em finais de 1987.

Todavia, quase uma década depois, em 1994, tive a honra de ser agraciado com o Prémio Gulbenkian de Arqueologia, *ex-aequo* com o professor Bairrão Oleiro.

Este último pela sua importante obra *Corpus dos Mosaicos Romanos de Portugal, I. Conventus Scallabitanus, Conimbriga. Casa dos Repuxos*⁶.

No meu caso, pela dissertação de doutoramento sobre a romanização de Trás-os-Montes Oriental.

Se é um facto que a bibliografia publicada pelo professor Bairrão Oleiro não é muito extensa, não é menos verdade que a construção da Arqueologia, como disciplina teórica e prática, não se limita aos textos.

Quando, nos dias de hoje, se fala e se escreve tanto sobre a Gestão do Património Arqueológico (arte mais complexa e delicada do se julga, arte exigente em tempo e energia), é indispensável destacar a influência que aquele arqueólogo exerceu neste âmbito, ao longo de várias décadas.

Bibliografia

- ALARCÃO, Adília (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro, *Monumentos*, 13, ed. DGEMN, Lisboa, pp. 119-121.
- ALARCÃO, Jorge (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 41 (1-2), ed. SPAE.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2000) – João Manuel Bairrão Oleiro. O Mestre, o Amigo, o Arqueólogo, *Al-Madan*, II Série, 9, p. 215.
- OLEIRO, João Manuel Bairrão (1974) – Palavras de abertura, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto – 1993)*, ed. JNE, pp.17-24.
- SOROMENHO, P. C.; SERRÃO, E. da C.; LEMOS, Francisco de Sande (1972) – Arte rupestre tagana, *Olisipo*, 35, n.º 135, pp. 77-140.

Notas

¹ Ver bibliografia.

² Subtítulo do texto da autoria de José d'Encarnação (2000).

³ Sobre as condições exactas da descoberta ver: Soromenho *et alii* 1972.

⁴ Grupo para o Estudo do Paleolítico Português.

⁵ Ver Oleiro 1974.

⁶ Publicada em 1992.

Breve observação a propósito de um artigo publicado na revista *Al-Madan* Francisco Sande Lemos

No número 22 desta revista¹ publiquei um artigo de reflexão sobre o encadeamento das gerações no quadro da história recente da Arqueologia Portuguesa, com um título, devo confessar, demasiado gongórico: "A vã glória de escrever no presente a história que vai ser investigada no futuro".

O artigo pretendia discutir uma ideia generalizada entre a comunidade arqueológica, sem contestação aparente: o protagonismo da chamada "geração do Vale do Tejo" no contexto das mudanças ocorridas na teoria e na prática da disciplina, nas décadas de 70 e 80 do século XX.

Recentemente, na *Al-Madan*, António Carlos Silva entendeu por bem aludir ao meu artigo, publicado na *Forum*, o que na verdade se justificava, já que fora ele o autor do texto publicado no "Diário de Notícias" sobre a "geração revolucionária" e que serviu de ponto de partida para a minha reflexão.

António Carlos Silva, no essencial, mantém o seu entendimento sobre a matéria, com argumentos que não discuto, para não correr o risco de repetir o que já escrevi. Há, no entanto, um pormenor do artigo daquele arqueólogo que é necessário esclarecer.

De facto, no seu texto, A.C.S. afirma que eu "desvalorizei" (sic) a intervenção dos jovens do GEPP².

E insiste, numa leitura algo precipitada do artigo da *Forum*, pois que noutro ponto transcreve uma, ou duas linhas, que não se referem à "geração revolucionária", mas sim à geração seguinte.

De facto, quem ler o artigo da *Forum*, poderá verificar que a interpretação de A.C.S. é excessiva. Nunca tive a intenção de desvalorizar a influência dos elementos do GEPP, e da equipa do Vale do Tejo, nas transformações da Arqueologia Portuguesa, nos anos subsequentes ao 25 de Abril.

Apenas pretendi relativizar, e contextualizar, o que, obviamente, é muito diferente.

Registado este breve apontamento, nada mais me parece ser conveniente acrescentar, tanto mais que ambos pretendemos evitar uma polémica talvez demasiado específica e que não justifica novos textos.

Como é usual dizer-se, nos grandes e pequenos momentos, ou conjunturas, a História analisará o assunto em maior profundidade, se, porventura, os investigadores do futuro entenderem que o tema é digno de relevo.

Porque, na verdade, talvez esta seja uma questão que já só interessa à faixa etária da terceira idade, fixada num tempo juvenil que há muito se dissipou.

Mas pelo sim ou pelo não, fica registada esta observação.

Braga, Janeiro de 2001.

Bibliografia citada

- LEMOS, F. S. (1997) – *A vã glória de escrever no presente, a história que vai ser investigada no futuro*. Forum, 22, Braga, pp. 85-92.
- SILVA, A. C. e RAPOSO, L. (1996) – *A linguagem das coisas. Ensaios e crónicas de Arqueologia*. Publicações Europa-América.
- SILVA, A. C. (1999) – *Arqueologia Portuguesa no Século XX – um testemunho muito pessoal*. Al-Madan, 8, Almada, pp. 133-137.

Notas

¹ Forum, 22, Braga, pp. 85-92.

² Al-Madan, 8, Almada, p. 135.

FORUM

N O T Í C I A S



Notícias da Biblioteca Pública de Braga Biblioteca Pública de Braga

Actividades realizadas (Julho/Dezembro 2000)

Julho, 1/14 – Exposição bibliográfica sobre “Bracara Augusta”, a propósito das comemorações do Bimilenário de Bracara Augusta. (ASM)

Julho, 18/Setembro, 8 – Exposição fotográfica e documental “Fragmentos da cidade” organizada pelo Museu da Imagem e integrada no programa das comemorações do Bimilenário de Bracara Augusta. (ASM)

Julho, 27/31 – Recital “Poesia cantada”, integrado no projecto “Cinco sentidos não dizem um poema”, apresentado pelo Sindicato de Poesia com a colaboração da BPB, encenação de Miso Ensemble. (SM)

Setembro, 14/29 – Exposição de arte sacra galega, “Santiago de Compostela, um tempo, um lugar”, organizada pela Xunta de Galicia, a propósito da visita do Rei de Espanha a Braga. (S.M.)



Outubro, 1/27 – Exposição de banda desenhada “A Idade Média”, integrada na mostra “Braga desenhada”, organizada pela Associação Juvemedia. (ASM)



Outubro, 3 – Conferência sobre “Mobilidade geográfica e diferenciação social (1834-1926): o caso da emigração de Fafe para o Brasil”, pelo Dr. Miguel Monteiro e lançamento do livro “Migrantes, emigrantes e brasileiros de Fafe” de M. Monteiro, apresentado pelo Doutor Jorge F. Alves. (MNS)



Outubro, 5/6 – Recital poético sobre “António Nobre”, por António Fonseca, acompanhado ao piano por Luís Pipa. (Instituto de Estudos da Criança)



Outubro, 15 – Feira do livro de banda desenhada, organizada pela Associação Juvemedia. (ASM)

Outubro, 19 – Lançamento do livro “José Régio e a política”, de António Ventura, apresentado pela Doutora Eunice Ribeiro, em colaboração com o Centro de Estudos Lusíadas. (MNS)



Outubro, 26 – Lançamento do Livro “Tudo o que temos cá dentro”, de Daniel Sampaio. (SM)



Outubro, 31 – Lançamento do livro “Acção sindical : transformação e desenvolvimento”, de M. Carvalho da Silva, apresentado pelo Doutor Manuel Carlos Silva. (SM)



Novembro, 6/Dezembro, 7 – Exposição bibliográfica “Freguesias de Braga”, a propósito das comemorações do Bimilenário de Bracara Augusta. (ASM)

Novembro, 23 – Lançamento do livro “Da casa grande da rua dos Pelames à casa nova da rua de D. Gualdim”, da Ana M. M. Sousa Pereira, apresentado pelo Doutor J. J. Ferreira Alves. (MNS)



Novembro, 30 – Lançamento do livro “Sinais de trânsito” de Manuel João Ramos, apresentado pelo Dr. Rui Zink. (MNS)



Dezembro, 7 – Lançamento do livro “A comunicação e os media em Portugal (1995-1999)”, coordenação de Manuel Pinto, apresentado pelo Prof. Doutor Aníbal Alves. (MNS)



Dombro, 11/14 – Recital sobre “Poesia sentada”, integrado no projecto “Cinco sentidos não dizem um poema” do Sindicato de Poesia, encenação de António Durães. (SM)



Dombro, 12 – Lançamento do livro “Ser português” de Lúcio Craveiro da Silva, apresentado pelo Prof. Doutor Vítor Aguiar e Silva. (MNS)



Dezembro, 14/31 – Exposição bibliográfica “O livro galego : uma grande descoberta”, em colaboração com a Xunta de Galicia. (SM)



Dezembro, 20 – Lançamento do livro “A lei do celibato eclesiástico”, de Alberto Campinho, apresentado pelo Dr. Agostinho Domingues. (IEC)



Destaques

- J. S. Bach (Julho)
- Eça de Queirós : centenário da morte (Agosto)
- Caminho português de Santiago (Setembro)
- António Nobre : centenário da morte (Outubro)
- Júlio Pinto : morte (Outubro)
- Pe Avelino de Jesus da Costa : morte (Outubro)
- Daniel Sampaio : lançamento de livro (Outubro)
- Sebastião Alba : morte (Novembro)
- Autores galegos em Portugal (Dezembro)



O Livro Galego, uma grande descoberta (nota à imprensa)

Como a seu tempo foi dado a conhecer, a Delegação Regional da Cultura do Norte e a Xunta de Galicia realizaram em Santiago de Compostela de 25 a 28 de Outubro um congresso intitulado – “A Literatura Galega e do Norte de Portugal: O Livro e a Leitura”.

Tendo os especialistas galegos e portugueses que participaram no congresso constatado o desconhecimento mútuo sobre a literatura e os livros editados nas duas regiões, propuseram a realização de actividades que levem a um melhor conhecimento do panorama literário de ambas as partes:

Assim nasceu a ideia de organizar uma exposição de livros galegos na Biblioteca Pública de Braga, que abrirá, no norte, caminhos que permitirão um maior intercâmbio de ideias e darão azo a outras acções culturais de um e outro lado.

A exposição, com cerca de 2000 títulos, estará patente ao público no Salão Medieval (U.M.), a partir do dia 14 de Dezembro, data da inauguração, encerrando a 12 de Janeiro.

Os livros galegos expostos são publicações da Xunta de Galicia e das editoras privadas surgidas nos últimos anos, abrangendo todos os géneros literários. Estes livros passarão a fazer parte do espólio da Biblioteca Pública de Braga, que criará para o efeito uma secção dedicada ao livro galego, a ser periodicamente actualizada pela Xunta de Galicia.

Livros galegos (nota à imprensa)

Devido ao interesse que tem suscitado, a exposição **O Livro Galego, uma grande descoberta**, apresentada pela Biblioteca Pública de Braga no átrio do Salão Medieval, ficará patente ao público até ao dia 26 de Janeiro de 2001.

A ideia da realização desta exposição bibliográfica teve origem num congresso sobre literatura organizado pela Xunta de Galicia e pela Delegação Regional da Cultura do Norte realizado em Santiago de Compostela em Outubro.

Na sequência, a Xunta de Galicia resolveu dar a conhecer a actividade editorial galega no Norte de Portugal (por ano, são editados na Galiza mais de 8 mil títulos em galego, pouco menos do que se verifica em todo o Portugal) e promoveu esta exposição.

Encontram-se expostos cerca de 2000 livros em língua galega, editados recentemente na Galiza, os quais no final da exposição serão integrados nas colecções da Biblioteca Pública e acessíveis à consulta, mercê da oferta que a Xunta da Galicia deles fez àquela instituição.

As obras expostas repartem-se pelos mais diversos domínios do conhecimento. A literatura galega (romance, poesia, conto, teatro, lit. policial, história e crítica literária, etc.) ocupa lugar de especial relevo, com especial destaque para as obras destinadas às crianças e jovens.

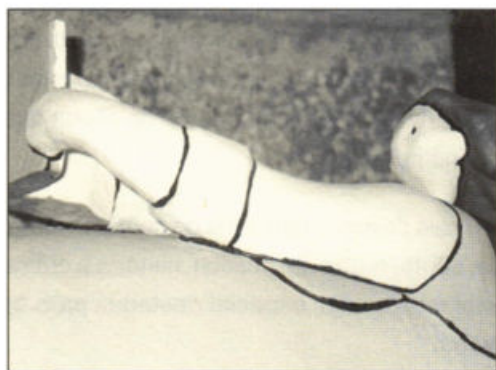
Mas o visitante poderá encontrar estudos sobre a história, a arte, a arqueologia e o património cultural da Galiza, ensaios sobre linguística e filologia, estudos sobre a comunicação social (imprensa periódica, televisão e rádio), cinema e fotografia, guias e roteiros turísticos, jogos e desportos, ciência, ambiente, pedagogia e ainda dicionários, atlas, bibliografias e algumas revistas.

Estão representados quase todos dos grandes nomes da literatura e cultura galegas, de Rosalia de Castro a Carballo Calero, passando por Curros Henriquez, Castelao, Otero Pedrayo, Manuel Maria ou Manuel Rivas.

Existem também livros de autores portugueses editados na Galiza, como Fernando Assis Pacheco, Francisco Duarte Mangas, Bento da Cruz e a ilustradora Manuela Bacelar, além de traduções de figuras de relevo da literatura mundial.

Para além da Xunta de Galicia, estão representadas as principais editoras galegas: Galaxia, Xerais, Laiovento, Ir Indo, Sotelo Blanco ou A Nosa Terra, que publica um excelente semanário que pode ser lido na Secção de Jornais da BPB.

A Biblioteca Pública de Braga completou esta exposição com um conjunto de livros de autores galegos editados em Portugal, como Rosalia, Manuel Maria, Cunqueiro, Celso E. Ferreiro, Mendez Ferrin, Manuel Rivas, entre outros e evoca as relações entre as duas margens do Rio Minho através dos versos imortais do poeta monçanense João Verde.



Notícias do Museu Nogueira da Silva Museu Nogueira da Silva

Actividades (2.º Semestre de 2000)

LURDES MAGALHÃES

Pintura

14/26 Julho



PROJECTO

"Inter+disciplinar+idades", exposição itinerante dos alunos da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto

Pintura, fotografia, instalação e vídeo

28 Julho/26 Agosto

AGOSTINHO SANTOS

Pintura

8/27 Setembro

NUNO RAMINHOS E KID

"StreetFighters 2000" exposição inserida nas comemorações do bimilenário da cidade de Braga

Fotografia

30 Setembro/18 Outubro

ARMANDA PASSOS

"Anunciação"

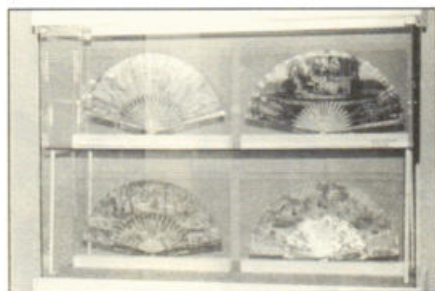
Pintura

4/30 Novembro

EXPOSIÇÃO

"A Colecção de Leques do Museu Nogueira da Silva"

6 de Dezembro/ 3 de Janeiro 2001



Conferências

"Um adereço japonês na Europa do Renascimento: o leque" proferida pelo Prof. Doutor Rafael Moreira

6 Dezembro



Notícias da Unidade de Educação de Adultos Unidade de Educação de Adultos

Actividades (2.º Semestre de 2000)

Uma nova iniciativa de formação intensiva em preparação

Na sequência da anterior participação na rede *Adult Education in Europe*, que culminou com a organização, em Braga, de Fevereiro a Maio de 2000, do *International Programme on Adult Education, University of Minho/2000*, a Unidade de Educação de Adultos (UEA) participou na reunião preparatória de um novo programa de formação. Esta reunião, que ocorreu nos dias 15 e 16 de Setembro, em Berlim (Alemanha), contou com a participação do Presidente da UEA, Prof. Licínio C. Lima e da Dr.ª Paula Guimarães e teve como objectivos a definição e organização pedagógica da iniciativa, assim como a preparação da candidatura ao Programa Sócrates-Erasmus por um período de cinco anos, com início previsto para o próximo ano lectivo.

O novo programa intitulado *European Perspectives of Lifelong Learning and Education of Adults. A Contextual Approach* contemplará três módulos – *Labour and Regional Economic Development*, *Active Citizenship in the Multicultural Society* e *Combating Social Exclusion and the Formal/Non-formal Educational Systems* – e será coordenado pelo Prof. Ortfried Schaeffter da Universidade Humboldt de Berlim (Alemanha). Tal como acontecia no programa anterior, prevê-se que esta formação conte com professores e alunos de diversas Universidades da União Europeia, o que no caso da Universidade do Minho levará à participação de pessoal docente da UEA e de alunos da Licenciatura em Educação, tendo sido decidido alargar a participação a estudantes e docentes de algumas Universidades de países da Europa de Leste.

Unidade de Educação de Adultos em Cabo Verde

Prosseguindo as acções de cooperação encetadas no início dos anos 90 com a Direcção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos, do Ministério da Educação da República de Cabo Verde, e dando desenvolvimento ao Protocolo assinado entre aquela Direcção Geral e a Universidade do Minho, a Unidade de Educação de Adultos (UEA) esteve de novo envolvida em várias actividades que decorreram entre 4 e 9 de Setembro de 2000 nas Ilhas de Santiago, de São Vicente e de Santo Antão.

A missão, executada pelo Presidente da UEA, Prof. Licínio C. Lima, em estreita articulação com o Director Geral, Dr. António Carlos Lopes da Silva, envolveu diversas reuniões de trabalho, intervenções junto aos Animadores dos Círculos de Cultura e dos Coordenadores Concelhios de Alfabetização e Educação de Adultos dos concelhos da Praia, do Mindelo e da Ribeira Grande, bem como a participação em várias sessões de entrega de diplomas a adultos que concluíram a terceira fase da Educação de Adultos.

No dia 8 de Setembro (Dia Internacional da Alfabetização), o Presidente da UEA proferiu uma conferência intitulada "Educação de Adultos e Cidadania

Democrática", que ocorreu na Biblioteca Nacional, após o que participou na cerimónia oficial de atribuição do nome de Paulo Freire a uma rua da Cidade da Praia, com a presença de numerosos convidados e, designadamente, do Presidente da Câmara da Praia, do Embaixador do Brasil e do Director Geral de Alfabetização e Educação de Adultos.

Dos trabalhos realizados e dos contactos mantidos com as autoridades e os técnicos caboverdianos resultaram novas linhas de acção a desenvolver num futuro próximo, com destaque para a intervenção conjunta em projectos de investigação-acção e para o aprofundamento da cooperação no plano da formação a realizar na Universidade do Minho.



Edifício da Direcção Geral, situado na agora designada "Rua Pedagogo Paulo Freire".



Participantes na cerimónia de descerramento da placa da rua Pedagogo Paulo Freire, na Cidade da Praia, a 8 de Setembro de 2000.



Autoridades presentes (da esquerda para a direita: Embaixador do Brasil em Cabo Verde, Presidente da Câmara da Praia, Director Geral da Alfabetização e Educação de Adultos).

Apresentação de resultados do projecto *Aprendendo no Local de Trabalho*

No desenvolvimento da pesquisa *Aprendendo no Local de Trabalho*, a Dr.^a Paula Guimarães apresentou a comunicação intitulada "Aprender no Local de Trabalho: Um Projecto de Investigação-Formação com Enfermeiros" na 7.^a Conferência de Investigação em Enfermagem Ano 2000: *Investigação, um Desafio* que decorreu de 10 a 13 de Outubro de 2000 na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Esta apresentação incluiu algumas análises sobre os dados recolhidos, assim como uma avaliação das iniciativas de investigação e formação que este projecto contemplou até ao momento.

A pesquisa *Aprendendo no Local de Trabalho* apresenta como objectivos a identificação e análise de processos de *educação informal* desenvolvidos por enfermeiros no hospital entendido enquanto contexto de trabalho. O projecto conta com a participação dos elementos da UEA, Prof. Licínio C. Lima coordenador do projecto, das Dr.^{as} Amélia Vitória Sancho e Paula Guimarães, do Prof. Almerindo Janela Afonso do Instituto de Educação e Psicologia desta Universidade e da Prof.^a Beatriz Araújo, da Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian, em Braga, tendo incluído a Enf.^a Maria de Fátima Pinheiro, do Departamento de Educação Permanente do Hospital de S. Marcos, até Junho de 1999. Até hoje, a investigação levou ao desenvolvimento de um estudo de caso de uma enfermaria num hospital português, assim como a realização de entrevistas e observações directas, produção de relatos escritos e diários por enfermeiros, numa acção de formação promovida pela UEA e apoiada pelo Programa Intervenção Operacional da Saúde (Ministério da Saúde), de Outubro a Dezembro de 1998.

Educação de Adultos popularmente iniciada: novos desenvolvimentos

O projecto de investigação Educação de Adultos Popularmente Iniciada (PIAE), que está a ser desenvolvido pela UEA desde 1998, contou com novos desenvolvimentos neste último semestre de 2000. Foram concluídos os estudos de caso das iniciativas de educação de adultos implementadas pelo Centro Social Juventude de Mar (Esposende), pela Universidade do Autodidacta e da Terceira Idade do Porto (Porto), pela Associação Cultural de Educação Popular (Viana do Castelo) e pela Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais (Guimarães). Desta forma, foram elaborados quatro relatórios intitulados "Uma Experiência Inovadora em Contexto Associativo – Estudo de um caso em S. Bartolomeu do Mar", da autoria de Amélia Vitória Sancho, "As Ovelhas Negras. Universidade do Autodidacta e da Terceira Idade do Porto", de Luís Rothes, "Novos Espaços em Educação Popular: A Formação de Animadores Infanto-Juvenis", de Maria Augusta Trigueiro da Rocha e "*Nas Margens de Dentro: Um Projecto para Desempregados*", de Olívia Santos Silva.

Na sequência destes relatórios, está em preparação uma reunião de trabalho que contará com a participação de representantes das associações populares nas quais foram implementadas as iniciativas estudadas e dos elementos do PIAE. Nesta reunião, que terá lugar nos primeiros meses de 2001, serão analisados os dados já recolhidos, assim como se abordará o papel que as associações populares desenvolvem hoje em dia no subsistema da educação de adultos, em Portugal.

Barcelona 2001: participação em acção de formação intensiva

No contexto da participação na rede internacional *Adult Education in Europe*, a UEA irá participar na acção de formação intensiva intitulada "How to Face Professional Future as Adult Educator?". Esta iniciativa terá lugar na Universidade Autónoma de Barcelona (Espanha), de 5 a 16 de Fevereiro de 2001, e contará com o envolvimento de diferentes universidades europeias – a Universidade Autónoma de Barcelona (Espanha), entidade responsável pela acção, a Universidade de Groningen (Holanda), a Universidade Católica de Lovaina (Bélgica) e a Universidade do Minho.

A participação da UEA nesta iniciativa assumirá duas formas. A primeira consiste na selecção, efectuada em Outubro de 2000, e no apoio à frequência da acção de seis discentes do 4.º ano da Licenciatura em Educação da Universidade do Minho. Ao longo desta formação, as alunas Dalila Costa, Maria Luisa Pereira, Sandra Ribeiro, Raquel Oliveira, Sara Pereira e Sónia Valente terão a oportunidade de apresentar os objectivos e o plano de estudos do curso superior que frequentam e analisar com colegas de outras universidades europeias as actuais saídas profissionais dos Licenciados em Educação, em Portugal. A segunda forma de participação implicará a docência do módulo "The 'state of the art' of the education of adults in Portugal", que estará a cargo das Dr.^{as} Amélia Vitória Sancho e Paula Guimarães, da UEA.

FORUM

NOVOS COLABORADORES



Novos Colaboradores

Maria da Conceição Falcão Ferreira

Nasceu em Braga, a 24 de Junho de 1946. Terminou o Curso do Magistério Primário com 16 valores, iniciando a sua vida profissional, aos dezoito anos, no então Ensino Primário Oficial. Prosseguindo os seus estudos, como aluna voluntária, concluiu o Curso Complementar dos Liceus, em 1968, com 16 valores. Na Faculdade de Letras da Universidade do Porto terminou o grau de Bacharel e o Curso de Ciências Pedagógicas, em 1971, com 14 valores, vindo a licenciar-se em História no ano de 1974, também com 14 valores. Enquanto terminava a licenciatura, concluíra, em 1973, o Estágio Pedagógico em História e Português, na então Escola Técnica de Alberto Sampaio, em Braga, com 17 valores, e o Exame de Estado na Escola Técnica Oliveira Martins, no Porto, com 15.7 valores. Em Julho de 1987 obteve o grau de Mestre em História da Idade Média, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, obtendo a classificação de "Muito Bom" com o estudo: *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*; em Dezembro de 1997 doutorou-se, no mesmo grupo disciplinar, na Universidade do Minho, tendo sido aprovada com "Distinção e

Louvor", com o estudo: *Guimarães: duas vila um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Trabalho que viria a merecer a atribuição da *Medalha de Mérito Intelectual em Ouro*, pela Câmara Municipal de Guimarães, no dia 24 de Junho de 1998 e o Prémio Alberto Sampaio, *ex-aequo*, em Dezembro de 1999. Percorreu o *cursus* profissional leccionando nos Ensinos Primário, Preparatório, Secundário, Médio e Superior, onde é docente no Departamento de História, do Instituto de Ciências Sociais. Assume, actualmente a responsabilidade da docência das disciplinas de *Idade Média Portuguesa*, *Seminário de Investigação II e Métodos e Fontes Documentais para a Arqueologia*. Por acordo inter-Universidades integra o centro de apoio da Universidade Aberta, em Braga, desde Junho de 1990. Desde 1997/1998 que teve a seu cargo diversas tarefas institucionais: Directora dos Cursos de História, Presidente da Comissão de Estágios de Ensino da História, Presidente do Conselho de Cursos de Ciências Sociais e Directora-Adjunta do Departamento de História. A sua investigação prevalente tem-se fixado, desde longa data, no estudo de Guimarães medieval, com enfoque nos problemas de história urbana, entre os séculos XIII e XV. De quando em vez, e no perseguir o mundo das cidades, escreveu sobre Barcelos, Braga e Santarém. Enquanto prossegue o interminável caminho pela Guimarães medievá, e ultima a publicação da tese de doutoramento, com apoio da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho, encetou já um outro projecto aliciante: a tentativa de reconstituir a habitação corrente nas cidades medievais nortenhas, em estreita colaboração com a Unidade de Arqueologia, e cujos primeiros resultados já publicou. Entre as demais temáticas de interesse, e a cuja investigação se vem dedicando, conta-se o estudo das oligarquias urbanas, no quadro das relações de poderes. Numa abordagem pluridisciplinar, e através da orientação de trabalhos académicos, tem direccionado a sua pesquisa em temas relacionados com a contabilidade e fiscalidade medievais. Por fim, dá seguimento ao projecto de aproveitar os jovens investigadores, quer para prosseguir os estudos de Guimarães urbana, quer para iniciar o longo percurso pelo vasto termo concelhio medievo, entre o campo e a cidade.

Publicações científicas

"Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)", *Revista de Guimarães*, vol. 106, Guimarães, 1986, p. 81 a 150 e vol. 107-108, Guimarães, 1987-88, p. 89 a 310, reunido em: *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, ed. da Câmara Municipal e SMS, 1989 (295 p.).

Os besteiros do conto de Guimarães na centúria de Trezentos, Separata da *Revista de Ciências Históricas*, vol. 3, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1988, p. 183 a 216.

Elementos para um estudo sociotopográfico na baixa Idade Média: um espaço residencial de elite, Separata de *Cadernos do Noroeste*, vol. 2-3, Braga, Universidade do Minho, Ciências Sociais, 1989, p. 179 a 216.

Ingerências de D. Afonso V na vida municipal de Guimarães: os privilegiados da coroa, Separata da *Revista de História*, vol. 8, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1988, p. 83 a 157

O arcebispo de Braga, a sua Igreja e os privilegiados da coroa, Separata das *Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 2, Braga, 1990, p. 515 a 556.

"Guimarães", *Atlas de cidades medievais portuguesas (séculos XII-XV)*, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, p. 15 a 17.

Uma contenda entre o cabido de St. Estevão de Valença e os lavradores de Afife e Vila Meã (1509), Separata da *Revista de Ciências Históricas*, vol. 4, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1989, p. 223 a 235.

Breves notas sobre feiticeiras e feitiços no Portugal de Quatrocentos, Separata da *Revista Agua Mole*, vol. 3, Braga, 1989, p. 1 a 15.

Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. 6, Porto, 1989, p. 175 a 221 (artigo em co-autoria com Luís Miguel Duarte – FLUP).

"Pinheiros" e "Mendanhas" de Barcelos em confronto nos finais do século XV (1498/1490)", *Revista de Ciências Históricas*, vol. 5, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1991, p. 47 a 69.

"Barcelos, terra de condes: uma abordagem preliminar (Parte I)", *Barcelos-*

-*Revista*, 2.ª série, n.º 2, Barcelos, CMB, 1991, p. 5 a 28); "Barcelos, terra de condes: esboço da vila medieval (Parte II)", *Barcelos-Revista*, 2.ª série, n.º 3, Barcelos, CMB, 1992, p. 5 a 67. Reunido em Separata com o título: *Barcelos, terra de condes*, Barcelos, 1992 (91 p.).

Gerir e julgar em Guimarães nos finais da Idade Média, Guimarães, *Cadernos de História* n. 1, AMAP e CMG, 1993 (100 p.).

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Retalhos de uma memória. Um projecto de futuro, Separata de *Boletim de Trabalhos Históricos*, II série, n. 1, Guimarães, AMAP, 1993, p. 7 a 17.

As quintãs de "Gominhães" e a coexistência medieval de um topónimo, Separata de *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 anos do nascimento de Alberto Sampaio (15 a 17 de Novembro de 1991)*, Guimarães, 1995, p. 245 a 265.

Apêndice – A Imagem dos reis na cronística medieval, 2.º vol. da *História Política e Institucional da Idade Média Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta 1995, p. 13 a 201.

Sintomas de crise nas finanças concelhias da Guimarães fernandina – as quitações de 1371, Separata da *Revista de Guimarães*, vol. 103, SMS, 1996, p. 297 a 323.

"Um percurso por Guimarães no século XV", *Patrimonia*, n. 1, Cascais, 1996, p. 9 a 16.

"Guimarães e Braga nos séculos XIII e XIV: uma questão de poderes", 2.º Congresso Histórico de Guimarães (24 a 27 de Outubro de 1996), *Actas*, vol. 6, Guimarães, CMG e Universidade do Minho, 1997, vol. 6, p. 121 a 128.

"A viabilidade do reino português", *A História do Eixo Atlântico* (coord. de Xosé Manuel Souto González), Vigo, Punto Gráfico, S. L., 1999, p. 146 a 158.

Identidades, diferenças e diásporas no Portugal Medieval, Separata de *A Diáspora: raízes e realidades culturais*, Braga, ICS, 1999, p. 23 a 34.

Roupas de cama e roupas de corpo nos testamentos de Guimarães (1250/1300), Separata da *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. XIV, Porto, FLUP, 1997 [1999], p. 33 a 63.

"Elites de Barcelos medieval entre privilégios e ofícios públicos", *Barcelos*

terra condal – Congresso, vol. I, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1999, p. 395 a 428.

"Saídas clandestinas do Norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX", *Os "Brasileiros" da Emigração* (coord. de Jorge Fernandes Alves), Vila Nova de Famalicão, 1999, p. 160 a 183 (em co-autoria com José Viriato Capela – UM).

Os testamentos de Pedro Afonso, conego de Guimarães: um querer de vontades diversas (1494-1498), Separata de *In Memoriam Carlos Alberto Ferreira de Almeida*, vol. I, Porto, FLUP, p. 315 a 323.

"Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medieval", *Edades, Revista de História*, vol. 6, 2.º semestre, 1999, Universidad da Cantabria, [2000], p. 11 a 37.

No prelo

"Memórias da Idade Média, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães, *Boletim de Trabalhos Históricos*, II série, n.º 3.

"Relações entre poder local e poder central – aspectos de uma relação complexa", *Colóquio Internacional – Universo Urbanístico Português (1415-1822) – A Cidade como Civilização*, Coimbra, 2 a 6 de Março de 1999.

"Habitações de Santarém Medieval: subsídios para o seu estudo", no prelo, *Homenagem ao Professor Doutor João Francisco Marques*, FLUP [2000].

Guimarães: duas vilas um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389), Ed. da Câmara Municipal de Guimarães e da Universidade do Minho [1999].

Construção corrente em Barcelos medieval, no decurso do *Encontro de História Local*, Barcelos, CMB, 2000.

Em preparação

Vimaranenses nos registos de Matrículas de Ordens da Sé de Braga (século XV).

O mosteiro de Vilar de Frades: um património em 1508.

A habitação rural do Norte de Portugal.

Maria José da Gama Lobo Salema

Nascida a 23 de Julho de 1934, em Lourenço Marques, Moçambique.

Licenciatura em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa (1956). Diplôme d'Etudes Approfondies (D.E.A.) en Linguistique et Phonétique (Option Linguistique et Didactique des Langues) pela Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III (1982). Doutoramento em Linguística Francesa pela Universidade do Minho (1993).

Docente do ensino secundário de 1959 a 1979 (leccionação das disciplinas de Português e Francês) em liceus/escolas secundárias de Lourenço Marques e Lisboa.

Docente da Universidade do Minho a partir do ano lectivo de 1979/1980 onde, como Assistente Convidada em regime de destacamento/regime de colocação especial – comissão transitória de serviço/regime de requisição:

- Leccionou, no Instituto de Letras e Ciências Humanas, as cadeiras de Didáctica do Francês, Língua Francesa e o Seminário de Estágio/Temas Integrados;
- Foi orientadora científica de diversos núcleos de estágio;
- Assistente Convidada Requisitada da Universidade do Minho, aposentada desde 29/06/1995.

Participação em reuniões científicas nacionais e internacionais; em provas académicas; orientação de dissertações de Mestrado e publicação de artigos na área da História do ensino/aprendizagem do francês em Portugal.



